

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

HELMIR OLIVEIRA RODRIGUES

A INSURGÊNCIA DO MANGUE: RIO E LAMA EMBRENHANDO-SE
NAS FISSURAS DO TABULEIRO DE XADREZ

Niterói, novembro de 2015.

HELMIR OLIVEIRA RODRIGUES

A INSURGÊNCIA DO MANGUE: RIO E LAMA EMBRENHANDO-SE
NAS FISSURAS DO TABULEIRO DE XADREZ

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Psicologia do Departamento de Psicologia da
Universidade Federal Fluminense, como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio dos Santos Baptista.

Niterói, novembro de 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R696 Rodrigues, Helmir Oliveira.

A insurgência do mangue: rio e lama embrenhando-se nas fissuras do tabuleiro de xadrez / Helmir Oliveira Rodrigues. – 2015.

159 f.

Orientador: Luís Antônio dos Santos Baptista.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2015.

Bibliografia: f. 154-159.

1. Cidade. 2. Heterotopia. 3. Imagem. 4. Experiência. 5. Narrativa.
I. Baptista, Luís Antônio dos Santos. II. Universidade Federal

**A INSURGÊNCIA DO MANGUE: RIO E LAMA EMBRENHANDO-SE
NAS FISSURAS DO TABULEIRO DE XADREZ**

HELMIR OLIVEIRA RODRIGUES

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Antonio dos Santos Baptista (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Ana Cabral Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Kleber Jean Matos Lopes
Universidade Federal de Sergipe

Niterói, novembro de 2015.

Agradecimentos

À Sergiane, esposa, companheira e amiga. Pela sua generosidade, amor e apoio incondicional, demonstrada ao longo desses últimos anos. Mesmo no tempo em que tínhamos um mar de asfalto entre nós ou entre uma viagem e outra, sempre se mostrou confiante e compreensível quanto aos caminhos que decidir trilhar. Pela força nos últimos meses, que foram primordiais, para que eu finalizasse esse trabalho.

Aos meus pais, Iracema e João, Aos meus irmãos, Helder, Hildon e Heviton, pelo amor de todo sempre.

Luís, agradeço pela parceria, amizade, pela atenção inquietante para esse trabalho. E, sobretudo, por intensificar em mim as forças que apostam na escrita como ferramenta ético-política de interferências na vida.

À todos do Coletivo Jurema pelas leituras, provocações, interferências necessárias para que essa tese fosse produzida. E pelos ótimos e felizes encontros, ao longo desses quatro anos. Veridiana, Bia, Joaozinho, Maicon, Jefte, Tiago, Poliana, Gabriel, Peehfe, Leo, Geraldo e Diego.

Veridiana, pela amizade e carinho demonstrado desde os primeiros dias.

Elton, Joaozinho, Maicon, Tiago por toda a acolhida nesses anos e boas noites de conversas.

Marcelo e Ana Cabral pela leitura atenciosa e por todas as preciosas contribuições, que tiveram fortes ressonâncias nesse texto que se faz tese.

Kleber, grande amigo, por nossas conversas e problematizações sobre as questões que nos atravessam no presente, sobretudo da cidade que habitamos. Pela parceria no pensamento e também pelas preciosas contribuições para o texto-tese.

Teresa e Danichi não só por terem aceitado, formalmente, comporem a banca, como também pela força da alegria demonstrada por fazer parte desse momento.

Eder, grande desencaminhador do presente psi, pelas sempre boas e potentes conversas sobre a vida.

Hevelyn, pelo carinho e toda a hospitalidade.

Aos amigos sergipanos que, comigo, invadiram a UFF: Sandra, Bruno, Dani e Carolzinha.

Ao grande amigo Brunão, pela leitura e revisão atenciosas do texto.

Ao amigo Ricardo, pela ajuda com a tradução do resumo.

Aos amigos Suzzi, Diego, Leo Japa, Allyne, Mariana, César, Kyzze, Danilo, Dido, Kalyne e demais colegas de trabalho, que entre uma viagem e outra, deram a cobertura necessária.

Acredito, porém, que os rios que percorrem o imaginário do meu país cruzam territórios universais e desembocam na alma do mundo. E nas margens de todos esses rios há gente teimosamente inscrevendo na pedra os minúsculos sinais da esperança.

Mia Couto.

À Sergiane, Guilherme e Gabi (todo amor que houver nessa vida).

Resumo

Esta tese toma a cidade como espaço de problematização do presente. O objetivo é analisar os processos atuais de transformação e nas práticas de normatização do espaço urbano, que tem ocorrido na cidade de Aracaju. A partir da categoria de heterotopias elaborada por Michel Foucault, a cidade é pensada em sua heterogeneidade, composta por espaços distintos, que se justapõem e que estabelecem uma relação de tensão e conflitos entre si, criando rupturas no contínuo da vida cidadina. Dentre esses espaços outros, o mangue e o rio que cortam a cidade, são tomados como produtores dessa tensão. A categoria de imagem dialética de Walter Benjamin e das reflexões atuais de Didi-Huberman sobre as imagens colocam-se como ferramenta conceitual primordial para interpelar e problematizar as transformações urbanas que tendem a colocar as tensões e conflitos, inerentes à cidade, como algo que advém de falhas na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano. Experiências erráticas pelas ruas tabulares da urbe são utilizadas como forma de apreender e intensificar, nas cenas do cotidiano, essas imagens fulgurantes. Por meio dessas experiências, narrativas foram forjadas, trazendo histórias que intentam por provocar interferências no presente nas vidas cidadinas.

Palavras-chave: Cidade; heterotopias; imagem; experiência; narrativa.

Abstract

This thesis talks about the city has space has focus on social conflicts. The aim this study are to analysis the nowadays transformation process and urban space norms has been developed in Aracaju city. A partir the category of heterotopias produced by Michel Foucault, the city is develop in this heterogeneity, compose by different kind of spaces, and the social conflicts are result by face-to-face, developing crashes in a continuum of social life. In those social conflicts spaces, the mangrove and river had cut the city and are aim of these social tension that has shaken until the present. The Walter Benjamin's dialectic image category with Didi-Huberman's reflections about nowadays perspective has been taken with tools to measure urbans transformations that had been taken tendency to developed social conflicts in cities, as urban politics fails in urban developing. Erratic experiences by tabulates streets at city were used to assimilate and intensify, in ordinary scenes, those flashes images. By those experiences, narratives were formed, bring up stories that promote to infer the ordinary social life.

Key words: City; heterotopias; images; experience; narratives.

SUMÁRIO

Prólogo

14

Uma cidade

32

Imagens: Águas

38

Outros Espaços

40

Espaços de Origem

42

Espaços de Imagens

47

Tabuleiro

51

Os rios invisíveis

59

Das Histórias que contam o rio

60

Imagens: Águas

62

Da Lama ao caos...

64

Experiência e Narração

73

Errâncias

80

O menino e as bicicletas azuis

84

Imagens: vaga-lumes

87

Cartão-Postal

91

As margens do rio: muros e grades

95

As margens do rio: a la carte

100

As margens do rio: nos limites da lei

101

As margens do rio: cartão postal

102

As artes de governar

106

Epílogo

128

Notas Complementares

137

Referências Bibliográficas

154

Musicografia

158

Notícias em Sítios Eletrônicos

159

Prólogo

Que histórias teriam uma cidade para nos contar? Por certo inúmeras. Para cada bairro, ruas, avenidas, festas locais, entre outras coisas que compõem uma cidade, as pessoas que nela residem nos contariam uma diversidade de histórias, que nos fariam duvidar se todos falam da mesma cidade. Contudo, certamente, muitas dessas histórias tratariam de um tempo já passado, tomado como encerrado e que apenas serviria para sabermos como de um ponto distante do passado certas coisas e acontecimentos foram se sucedendo até culminarem no dia em que a história fosse contada.

E o que dizer de histórias que se fazem no e para o presente de uma cidade? Histórias que ao invés de querer buscar algo no passado, para explicar o presente, tomem o passado em sua singularidade, como algo que ainda está em movimento e que consegue interferir no presente. Vestígios, restos de um passado que, vez por outra emergem por entre as brechas e fissuras no concreto e asfalto da cidade, causando irrupções no curso de uma vida que se queria linear, contínua e homogênea, permitindo que sejam produzidas outras narrativas feitas no e para o presente. Histórias marginais, insurgentes, que desestabilizem ideias de uma cidade que se tem por sólida e que sobrepujou os infortúnios e conflitos por conta de todo um processo racional de planejamento que a precedeu.

É sobre essas histórias marginais e insurgentes que trata essa tese.

Há um bom tempo que aquele jovem pesquisador andava inquieto. Leituras recentes o instigaram a pensar um novo problema de pesquisa: a cidade. Leituras que apontavam que, em determinados momentos da história, a cidade passou a ser alvo central de certos saberes e de mecanismos de poder, com o intuito de organizar o seu espaço, dispor corretamente as coisas, ordenar os movimentos e, sobretudo, fazer emergir um tipo específico de sujeito. Os textos também traziam problematizações interessantes sobre as relações intrínsecas entre corpo e cidade, em determinados contextos histórico-políticos, ou seja, de como formas específicas de conceber o corpo humano estavam expressas nos modos de estruturar a cidade, seus prédios, habitações e vias de deslocamento¹.

Assim, em um primeiro momento, o jovem pesquisador interessou-se em estudar alguns movimentos, ao longo da história, que fizeram da cidade esse espaço de inscrição de certos modos de saber e poder. Às horas dedicadas as intermináveis leituras, uma primeira história se delineou e que trazia importantes informações sobre os processos de modulação da cidade a partir da Revolução Industrial, no século XVIII.

Escrevera o jovem pesquisador que as cidades europeias passaram por inúmeras transformações, a partir do século XVIII, por conta dos processos que envolveram a

¹ Livros como *Carne e Pedra* (Sennett, 2006); *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008c); *Corpos de Passagem* (Sant'Anna, 2005); *A Cidade dos Sábios* (Baptista, 1999); *Cidades Invisíveis* (Calvino, 2009).

Revolução Industrial e o advento do capitalismo. Até aquela época as cidades eram espaços que não se configuravam como unidade territorial, senão como uma multiplicidade de territórios heterogêneos, com poderes rivais e até jurisdições distintas. Com os efeitos desses acontecimentos, um grande contingente populacional deslocou-se do campo para a cidade. As cidades se transformaram em poderosos imãs populacionais, muitos iam não só em busca das supostas benéficas do trabalho nas fábricas, pois havia aqueles que eram atraídos pelo vislumbre dos grandes conglomerados urbanos, com suas fábricas e pela necessidade de aventurar-se nesse novo espaço que se formavam. O espaço citadino passa a ser visto como local onde se encontraria as formas de sobrevivência, atrelada a todo o aparato industrial².

As mudanças provocadas pela Revolução Industrial fizeram com que a questão da unificação do poder das cidades ganhasse força. Era preciso fazer das grandes cidades espaços constituídos como unidade, com uma organização coerente, homogênea, com um poder único e bem regulamentado³. Estavam em jogo questões econômicas, pois a cidade passou a ser um importante lugar de mercado, na qual as relações comerciais convergiam e se unificaram ao redor de um mercado tanto nacional, quanto internacional. A cidade como local do mercado e da produção exige mecanismos de regulação homogêneos e coerentes.

² Pechman, R. M. A invenção do urbano: a construção da ordem na cidade. In: Piquet, R.; e Ribeiro, A. C. T. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Fundação Universitária José Bonifácio, 1991, p. 123-133.

³ Foucault, M. O nascimento da medicina social. In: Foucault, M. *Microfísica do Poder*. 25.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b, p.79-98.

Também entraram nesse jogo, questões políticas. O desenvolvimento das cidades, o aparecimento e crescimento, exponencial, de uma população operária fez com que a cidade tivesse seus conflitos intensificados. Diferentes grupos, tais como proletário-burgueses, pobres-ricos, putas-damas, dentre outros, rivalizavam entre si; muitas revoltas por falta de comida eclodiam; grupos de camponeses invadiam a cidade, devido às más colheitas e altos impostos; áreas de moradia que dividiam seu espaço com cadáveres jogados às ruas que já estavam imundas devido ao depósito constante de excrementos humanos, ocasionando a proliferação de doenças. Todas essas questões impulsionaram à necessidade de um tipo de poder político que conseguisse esquadriñar essa população das cidades e que pudesse, assim, intervir para conter o medo que assolava a urbe⁴.

Um medo que diz não só das novas fábricas que estão sendo construídas ou mesmo do amontoado de pessoas que cresce cada vez mais, como também um medo de epidemias urbanas, por exemplo. Para que esse medo não se concretizasse, inúmeras estratégias foram traçadas e a medicina social começou a ganhar espaço como saber que viria a estudar esses fenômenos e apresentar possíveis soluções para contorná-los. Foi assim quando os modelos de quarentena foram utilizados, como forma de conter epidemias. A medicina toma para si esse mecanismo e passa distribuir os indivíduos de acordo com seu estado de saúde, o espaço social é esquadriñado, vigiado e registrado constantemente.

4 Foucault (2008b) e Pechman (1991)

Junto à medicina social outros saberes foram se desenvolvendo, tendo como objetivo servir aos mecanismos de poder responsáveis por agir nas ações de organização dos espaços da cidade, acreditando ser possível a construção de uma cidade devidamente controlada, regulada, na qual as situações de conflitos seriam logo contidas, senão extintas. Esses diversos saberes, como a medicina social, a estatística, higienismo, sociologia, arquitetura, sociologia, dentre outros, foram se articulando de modo criar estratégias para dar conta do problema das cidades e por conta disso um novo saber se constitui: o urbanismo⁵.

O urbano como fenômeno que advém de um processo de ruptura, descontinuidade da história da cidade. Um momento que permite a formação de um novo objeto, campos discursivos sobre a cidade. O urbano emerge dos processos que visavam e visam dar sentido ao espaço da cidade como local dos processos econômicos, sociais e políticos. Essas rupturas na história das cidades, do século XVIII e XIX, abrem precedentes para a construção de novas categorias urbanas. A cidade como objeto da questão social, da formação de novos sujeitos e novas categorias que servem para tentar explicar o fenômeno que chega com as populações: habitat, salubridade, saúde do trabalhador, miséria, multidão, desemprego, dentre outros. Tudo passa a ser objeto de observação e análise de saberes não só para se compreender essa nova sociedade, como também servirá para a construção de mecanismos de poder que venham a agir sobre esse objeto. A cidade passa a ser objeto de reflexão.

⁵ Pechman (1991)

Sobretudo o que se percebe é que a cidade passa a ser alvo central de um conjunto de saberes e poderes, mediados pelo urbanismo, que traçam o modo como ela deve se organizar, dispor os elementos em determinados locais, estabelecer estratégias que induzam os modos de se deslocar na urbe, como forma de garantir uma funcionalidade e liberdade dos movimentos. Era preciso organizar o espaço da cidade, para que se alcançassem os objetivos econômicos e políticos. A cidade tomada como espaço homogêneo, estritamente vigiado, controlado e regulado, onde os fenômenos, em suas variáveis ou desvios deveriam sobrepujar-se às práticas de governo desses espaços.

Acreditavam que um planejamento, um projeto e um ordenamento, sustentados por um pensamento racional seria mais que suficiente para fazer do espaço da cidade, tal como traçado, algo que permaneceria o mesmo, sólido. Por certo, pensava o jovem pesquisador que a ideia de uma cidade homogênea ainda permanece, atualiza-se de acordo com os contextos histórico-políticos.

Essas primeiras leituras puseram o jovem pesquisador a pensar sobre essa cidade que se modulava a partir desses saberes e práticas do urbanismo. Indagava, a si mesmo, sobre a cidade em que habitava. Desde cedo ouvia histórias sobre aquele lugar, o ar próspero que perpassava a urbe, como advindo de uma característica peculiar às demais cidades que ele havia conhecido, quando criança. Seus professores diziam que aquela cidade fora calculada e projetada, a partir de princípios científicos rigorosos, sendo seu formato como o de um grande tabuleiro de xadrez. Suas ruas e avenidas, até onde a cidade cresceria, o modo de conceber, habitar e viver na urbe, tudo isso surgiu do projeto de um importante engenheiro da época.

O pesquisador ficou-se a pensar: sendo a cidade pensada e concebida dessa forma, estariam as formas de vida, que ali habitam, fadadas a viver de acordo com o que estava imposto por esse conjunto de saberes e mecanismos de poder que agem, constantemente, sobre a cidade? Havia algum tipo de vida que conseguiria escapar, mesmo que por pequenos instantes, dessas amarras que tentam fazer da vida e da cidade algo homogêneo, estritamente vigiado, controlado e regulado? Outras formas de viver seriam possíveis?

Problematizações iniciais, por certo. Mas que já impulsionavam o pesquisador a querer se embrenhar, mais ainda, nessa complexa ação que é tomar a cidade como campo de problematização do presente.

Inquieto em seus problemas iniciais de pesquisa, o pesquisador resolveu sair para caminhar pelas ruas da cidade que habitava. Sempre fazia das caminhadas um momento para melhor organizar as ideias. Gostava, particularmente, de ir ver o rio que cortava a cidade. Então, ao chegar até uma avenida que margeia o rio, que é muito movimentada, sobretudo por moradores da região que utilizavam um extenso calçadão próximo dali, para a prática de exercícios. O pesquisador sentou-se na mureta de proteção e passou a contemplar aquele espaço, enquanto pensava nas suas questões.

Pouco tempo depois, um senhor negro e de idade avançada deu-lhe boa noite e perguntou se podia sentar ao seu lado. O pesquisador sinalizou com a cabeça que sim. O velho sentou-se, acendeu seu cigarro de palha e, tal como o pesquisador, ficou a olhar o rio. Mas, logo o velho virou-se para o jovem pesquisador e disse-lhe que desde pequeno tinha esse costume de ir ver o rio, muitas vezes até dormia sob as estrelas, próximo

daquelas margens. Naquela época, ali onde eles estavam sentados era uma região de praia de areias alvas e águas limpas, aonde muitos moradores iam se banhar nos fins de semana, o que diferia dos dias atuais.

Porém, dentre as histórias contadas pelo velho negro, sobre suas lembranças infantis da beira do rio, duas chamaram a atenção do jovem pesquisador. Dizia o velho que quando ia àquela praia, com seus familiares e pessoas da comunidade em que vivia, um dos momentos mais esperados era quando anoitecia. Uma fogueira era acesa, todos se sentavam ao seu redor e os mais velhos passavam a contar histórias de outros tempos sobre aquele rio. O jovem pesquisador, curioso que era, pediu para que o velho lhe contasse algumas dessas histórias. O velho sorriu e disse-lhe que apenas lembrava-se de uma história que fora contada a seus antepassados, por um mercador estrangeiro de outros tempos, que certa vez aportou por aquelas bandas.

O velho negro então passou a contar a seguinte história:

Certa vez, chegava por aquelas terras um importante mercador de outros tempos⁶. Pouco encontrara por lá, apenas avistou, ao longe, uma pequena vila - que soube posteriormente ser de pescadores locais -, alguns fiscais de renda e mercadores locais. Um receio tomava-lhe o corpo, não sabia ao certo onde estava e nem que ventos o levaram até ali. Mas seu ímpeto em desbravar terras que lhe fossem desconhecidas, ao mesmo tempo em que o seu fazer de mercador, fez com que esse sentimento esmaecesse.

⁶ Histórias forjadas a partir do livro *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino (2009) e do livro *Mitologia dos Orixás*, de Reginaldo Prandi (2001).

Logo conseguiu negociar objetos que trazia em sua embarcação, com alguns dos comerciantes locais.

Ao fim do dia, o mercador estrangeiro, sentou-se à beira do trapiche, acendeu um cigarro e pôs-se a contemplar aquela inóspita terra, quase inabitada. Percebeu enormes espaços de terra alagados, grandes pedaços de mangue e terrenos lamacentos. Aos poucos, alguns pescadores locais aproximaram-se e sentaram ao lado do mercador, fazendo-o interromper sua contemplação solitária. E logo ficou sabendo que era costume dos ribeirinhos daquela região ouvir histórias do além-mar, trazidas pelos marinheiros mercantes.

Assim, o estrangeiro apagou o cigarro, levantou-se e passou a pegar alguns objetos a seu alcance: pedaços de corda, um facão, algumas garrafas vazias, remos, dentre outros. Não tinha estabelecido uma lógica para essa escolha, mas queria dar-lhes uma utilidade, mesmo que momentânea. Os pescadores, apesar do estranhamento, observavam atentamente os movimentos do mercador. Este, tendo em mãos o número de objetos que pensava ser suficiente, passou então a dispô-los no chão de uma forma que fazia sentido em sua cabeça. Tinha uma intenção: contar uma história a partir da disposição e formas de movimentar os objetos, por meio de gestos, gritos, danças e pulos. Afinal não dominava a língua local. Em meio às pantomimas do viajante e olhos e ouvidos atentos dos ribeirinhos, uma história ganhava forma. O mercador narrava a história de uma cidade muito distante, que se chamava *Navezuarina*⁷.

⁷ Navezuarina é um dos nomes pelo quais Oxum também é conhecida (Prandi, 2001).

Dizia o mercador que Navezuarina era uma importante cidade de comerciantes, incrustada às margens de um rio caudaloso e de águas profundas, por onde chegavam e partiam inúmeras embarcações mercantes. Trapiches ocupavam trechos das margens do rio e o perímetro da cidade era ocupado por habitações, edifícios comerciais, algumas praças. Diziam os moradores que os locais de ocupação daquelas terras ribeirinhas nem sempre eram os mesmos. Que a cidade vivia numa relação conflituosa com o rio. Eram espaços de tensão, de embates entre as margens, terras e as águas. De tempos em tempos – que eles não sabiam precisar quando – o rio era tomado por forças extemporâneas que deixavam suas águas tumultuadas, com fortes correntezas. O nível das águas subia, consideravelmente, avançando sobre a cidade, inundando as porções de terra seca, varrendo tudo que encontra em seu caminho, destruindo a cidade, criando, para si, novas margens.

Soube o mercador estrangeiro que tais forças advinham de uma deusa, chamada Navezuarina, que habitava as águas daquele rio. Navezuarina era muito bonita, dengosa, generosa e vaidosa, mas possuía um humor primoroso e inconstante. A depender de como estivesse, se calma ou enfurecida, tal humor refletiria em como se comportariam as águas do rio. Os moradores daquela região foram aprendendo, com o tempo, a evitarem possíveis tragédias trazidas pelo rio. Sabiam que a deusa do rio, em sua vaidade, adorava receber inúmeros presentes, desde panos vistosos, para tecer suas vestimentas, como também adornos, joias, perfumes, correntes de ouro, comidas e bebidas. Assim, mesmo em tempo de calma, oferendas eram depositadas no rio, com pedidos à deusa de que aquelas águas continuassem aprazíveis. Contudo, às vezes, quando os presentes

ofertados a Navezuarina eram devolvidos às margens do rio, sabia-se que não foram do agrado da deusa e que tempos tortuosos estavam por vir.

Os moradores daquela cidade exigiam que todos os navegadores estrangeiros, que por ali aportassem, fizessem também uma oferenda à Navezuarina, pois diziam que a ela cabia à permissão de quem poderia ou não navegar por aquelas águas. Muitos foram os marinheiros que naufragaram quando partiam, antes mesmo de conseguirem chegar à foz do rio, pois não acreditaram ou não honraram com tais obrigações. E os moradores disseram mais, que Navezuarina detinha o domínio sobre as margens e águas dos rios de outras partes do mundo. Desse modo, todos aqueles que fizessem uso de seus domínios, onde quer que estejam, deveriam oferece-lhe presentes, como forma de poder gozar de suas águas.

Por fim, o mercador estrangeiro em suas pantomimas, contou que desde que visitou Navezuarina, tomou como costume sempre ofertar presentes a essa deusa, a partir do momento em que adentrava uma foz de rio. E que o fizera, naquela manhã, ao chegar naquela pequena vila de pescadores, incrustada à beira de um rio de águas profundas e caudalosas, tal como a cidade de Navezuarina.

Ao finalizar a sua história, o mercador estrangeiro recolheu os objetos que dispôs no chão. Tinha em si, uma sensação de que apesar de não falar a língua dos nativos, estes pareciam ter compreendido ou decifrado as suas pantomimas. As feições de surpresa e temor quando ele falara sobre a existência de Navezuarina, eram sinais dessa sensação. Não sabia o mercador, que vez ou outra, o rio que banhava aquela vila, além de oferecer aos moradores da região sua forma de sustento, também tinha seus

momentos de fúria, de destruição e de avanços a procura de novas margens. As semelhanças, em certos pontos da história, causavam calafrios nos ribeirinhos.

Já era tarde, o mercador sentia-se exausto. Ele agradeceu a atenção que lhe foi dada e recolheu-se em sua embarcação. No outro dia, novos negócios foram feitos. Ao pôr do sol repetira o que fizera no dia anterior: sentou-se à beira do trapiche, acendeu o cigarro e ficou a contemplar a região. Ao que, logo em seguida, os pescadores foram chegando, sentando-se próximo ao estrangeiro, aguardando por outras histórias. Mais uma vez, o ávido navegador passou a recolher os mesmos objetos do outro dia, porém passou a dispô-los diferentemente. Em suas pantomimas, no movimento que fazia com as garrafas, com os remos e cordas, narrava uma história.

Dizia o mercador que, há muito tempo, suas viagens sempre o levavam a uma terra distante, pertencente a um grande imperador tártaro. A esse imperador ele também levava histórias de suas viagens além-mar, contava-lhe sobre os tipos diversos de cidade que passou. O imperador queria conhecer todas elas, pois esse conhecimento poderia lhe dar a capacidade de domina-las. Dizia o mercador aos ribeirinhos, que nas suas narrativas ao imperador, ele também se utilizava dos gestos, dos gritos e do movimento dos objetos, como forma de se fazer entender.

Certo dia, o mercador estrangeiro ao se por à frente do imperador, começou a retirar de um pequeno baú que trazia consigo, alguns objetos distintos entre si. Passou a coloca-los no chão e dispô-los em linha. Por meio de movimentos estudados dos objetos, o mercador estrangeiro queria representar aquilo que havia de característico em cada cidade que visitara. O imperador, exímio jogador de xadrez, viu naquela forma de

dispor e movimentar os objetos, uma lógica que lembrava-lhe os movimentos executados no tabuleiro de xadrez. Diante disso, pensou que se as cidades fossem vistas como uma partida de xadrez, ao conhecer todas as regras que regem essas cidades, ele poderia ter total domínio sobre seu império, mesmo que fosse quase impossível conhecer todas essas cidades.

Segundo o mercador, o imperador acreditava que se cada cidade fosse pensada como um jogo de xadrez, como um imenso tabuleiro no qual há formas determinadas de ocupar e se movimentar os espaços quadriculados, bastaria conhecer as regras que regem tal tabuleiro, para que se tivesse o domínio completo sobre o jogo. O imperador tinha por crença que uma ordem invisível governava as cidades, suas regras, o seu surgimento e até mesmo as discrepâncias e desarmonias. Tudo que ele precisava para entender e dominar o seu império estava disposto no tabuleiro de xadrez.

Diante das epifanias do imperador, o mercador replicou:

- O seu tabuleiro, senhor, é uma marchetaria de duas madeiras: ébano e bordo. A casa sobre a qual se fixou o seu olhar iluminado foi extraída de uma camada do tronco que cresceu num ano de estiagem. Observe como estão dispostas as fibras. Aqui se percebe um nó apenas esboçado: um broto tentou despontar num dia de primavera precoce, mas a geada noturna obrigou-o a desistir [...]. Eis um poro mais largo: talvez tenha sido o ninho de uma larva; não de um caruncho, pois este, logo depois de nascer, teria continuado a escavar, mas de uma lagarta, que roeu as folhas e foi a causa pela qual a árvore foi escolhida para ser abatida... Esta margem foi entalhada com a goiva pelo ebanista a fim de aderi-la ao quadrado vizinho, mais saliente...⁸

⁸ Calvino, 2009, op. cit., p. 121-122.

Ao ouvir a réplica do mercador, o imperador ficara desconcertado com a quantidade de coisas que era possível retirarem de um pedaço de madeira tão ínfimo e liso. O que dirá de uma cidade.

Nunca aqueles pescadores ouviram falar de um deus, em forma de mulher, com tamanha ambiguidade, que mesmo dotado de extrema beleza e generosidade, podia ter acessos de fúria e possuir força tão destruidora. As histórias sobre a possibilidade de elementos distintos comporem um mesmo espaço, mesmo que de forma desarmônica, também os deixaram abismados.

O estrangeiro agradeceu aos pescadores a devida atenção e recolheu-se em sua embarcação. No outro dia, logo ao nascer do sol, o mercador zarpuu, deixando para trás, embrenhado nas margens daquela pequena comunidade as marcas das suas experiências compartilhadas.

Os pescadores, inquietos que estavam com o que viram e ouviram, tomaram para si aquela história. Em certos momentos do ano, ao fim de um dia de pescaria, reuniam-se com seus pares à beira do trapiche, passavam a contemplar aquela região, que àquela hora ganhava contornos alaranjados, com o pôr-do-sol. Nesse momento, um dos pescadores mais velhos contava sobre essas histórias que haviam chegado do além-mar, dava-lhes novos contornos e enredos a cada vez que a repetiam. Alguns até cravaram no lastro de seus pequenos barcos, figuras que representavam essas histórias, tinha por intuito deixa-las gravadas, para que não fossem esquecidas.

Mas, com o passar dos anos, elas foram se perdendo ao sabor do vento, nas idas e vindas dos ciclos das marés, nos dias de fúria do rio, que afundavam as embarcações que traziam consigo as marcas dessa história. Assim como também, se perderam, pois o progresso que chegara àquela região, não mais permitia a reunião dos pescadores. As histórias de outros espaços e tempos deixaram de ser contadas.

Ao fim da história, o velho negro levantou-se, despediu-se do jovem pesquisador e desapareceu em meio aos transeuntes, que andavam e corriam de um lado para outro, em seus exercícios diários.

As histórias contadas pelo velho negro intrigaram o jovem pesquisador. As forças das imagens narradas faziam emergir uma concepção de cidade como espaço não homogêneo, mas heterogêneo, forjado por diversas forças e elementos, local de embates, conflitos e tensões. As narrativas traziam algo mais: elas compartilhavam experiências de outras formas de conceber a cidade.

Diante de tal constatação, o pesquisador entendeu que para continuar seus estudos sobre a cidade, seria preciso aventurar-se, criar outras formas de experienciar a urbe. Era preciso sair por entre as ruas e avenidas, dispor-se a embrenhar-se por essa cidade sobreposta por espaços de tensão e conflito, deixar-se atingir por esses conflitos, com o intuito de ir à busca de outras histórias esquecidas, mesmo que em fragmentos ou vestígios. Pensava em como engendrar tais experiências. Sabia apenas que precisava se dispor ao risco de uma cidade que desconhecia. Era preciso tornar-se forasteiro numa cidade que lhe era familiar.

O momento de apresentação de um trabalho não é tarefa tão fácil. Ocasão em que devemos deixar a par o leitor o que lhe espera nas próximas páginas, ao longo de todo o texto dessa tese de doutorado. Sendo por isso motivo de ser a última parte de um trabalho que é feita – pelo menos para mim. Várias foram as tentativas de escrita para uma introdução, todas jogadas ao lixo e deletadas. Não caberia a esse trabalho um formato no qual o texto fosse repartido numa linearidade, iniciada pela apresentação do problema ou hipótese de pesquisa, seguida da descrição, de forma breve, sobre o que trata cada um dos capítulos. Para no final da introdução, apresentarmos, também de forma breve, os principais resultados alcançados e se isso responderia ou não à hipótese inicial do trabalho. Desse modo, optei por um começar trazendo uma questão inicial,

seguida de uma longa narrativa, como forma de advertir o leitor sobre o que lhe aguarda nessa tese.

O uso da narrativa talvez tenha a ver com essa dificuldade da ocasião. Porém, também trago no que fora contado, questões que envolvem essa tese, que são ditas mais de uma vez, ao longo do texto. Não uma mera repetição, e sim uma forma de contá-las de novo, de tecer outras histórias a partir delas.

Do que trata, de uma forma geral essa tese? Tomo a cidade como espaço de problematização do presente. O objetivo é analisar os processos atuais de transformação e nas práticas de normatização do espaço urbano, que tem ocorrido na cidade de Aracaju. A partir do conceito de heterotopia de Michel Foucault, a cidade é pensada como em sua heterogeneidade, composta por espaços distintos, que se justapõem e que estabelecem uma relação de tensão e conflitos entre si, criando rupturas no contínuo da vida cidadina. Adoto o mangue e o rio, que cortam a cidade, como produtores dessa tensão, que faz tremer o presente da cidade.

A categoria de imagem dialética de Walter Benjamin, bem como das leituras atuais sobre as imagens, feitas pelo pensador francês Georges Didi-Huberman, colocam-se como ferramenta conceitual primordial para interpelar e problematizar as transformações urbanas que tendem neutralizar ou tornar menos visíveis as forças irruptivas dessas tensões e conflitos, inerentes aos espaços que se se justapõem nas cidades. Os conceitos benjaminianos de experiência, narrativa, origem e história também são trabalhados ao longo do texto.

Essa tese é fruto de uma escrita que se fez a partir de experiências. Experiências por outros sentidos ou outras formas de habitar a cidade. Ao que poderia levar a simples pergunta: mas o que é a cidade? Pergunta capciosa. O imperativo do “ser” se mostra perigoso, pois pode limitar os caminhos que poderiam ser traçados. Ao invés de pensar ou querer responder essa pergunta, essa tese esquivava-se.

As narrativas foram construídas a partir de experiências erráticas de um jovem pesquisador, que ao longo dos anos que envolveram esse trabalho, foi se tornando forasteiro na cidade em que habitava.

A estratégia de um texto em terceira pessoa não foi pensada previamente. Mas foi se construindo ao longo da pesquisa, talvez com receio de que o peso da personalidade, da demarcação do ser do sujeito que fala. A coisa narrada advém da vida, das experiências daquele que narra, mas no próprio ato de narrar, essa coisa se desvencilha do narrador. Era preciso traçar uma estratégia na qual as narrativas apresentadas tomassem a leveza como virtude, para que aquilo que esteja escrito não se perca no esquecimento, que possa ser assimilada às experiências de outrem no pensar e problematizar a cidade. Que tenham novas histórias sobre cidades outras que possam, ou não, também se chamar Aracaju.

Uma cidade

Aracaju, antiga vila de pescadores, elevada ao status de cidade em 1855, para se tornar capital da então Província de Sergipe del Rey. Cidade edificada a partir de um projeto que a estruturou no modelo tabular, já conhecido e amplamente utilizado, à época, em outras cidades pelo mundo. Tal característica, de cidade planejada, ordenada e racional, firmou-se, em todos os cantos do país, como exemplo de sucesso em planejamento urbano. Proporcionando, assim os ares do progresso de um crescimento sempre de olho num futuro promissor, que garantiria a quem ali residisse bem-estar e conforto.

Esse espírito progressista, sofreu modulações ao longo da história seus modos de perpassar pelas ruas tabulares ganhou novo gingado, sustenta-se com novas ideias, mas ainda assim traz consigo resquícios, fragmentos de um passado. Fragmentos que carregam consigo um dizer de uma cidade racionalmente concebida, ordenada e governada, como também um dizer que se esquia e cria brechas nas tentativas imperativas do verbo ser, em querer nomear o que é e o que não é a cidade.

A cidade não para, cresce, expande sua área urbana. De rio a rio, Aracaju vai avançando. Novos bairros, novas ruas, novos moradores. Novas medidas do poder público são anunciadas, com o intuito de garantir a presença desse espírito.

Um bairro-modelo anunciado pelo prefeito, a ser instalado em uma área que anteriormente era somente ocupada, em sua grande maioria, por comunidades de pescadores ou sazonalmente por pessoas que iriam ali veranejar, devido a ser uma área

que beira praias não muito frequentadas. No entanto, ultimamente, tal região tem atraído os olhares de parte de uma população migrante, dos antigos veranistas que acabaram por optar estabelecer residência fixa no local, como também da especulação imobiliária na criação de grandes condomínios residenciais, dentre outros⁹.

O avanço das águas do rio Sergipe sobre a calçada e o asfalto da Avenida Beira-Mar, em momentos de maré alta, gerou preocupação à população que habita e circula pela região. Foi preciso conter tal afronta e ao invés do rio avançar sobre a cidade, esta avançou sobre ele. Quarenta metros de aterro, com a justificativa de evitar a destruição do passeio e da pista de tráfego. As obras de contenção seriam seguidas da urbanização do aterro, com projeto paisagístico, áreas de contemplação do rio, espaços de convivência, equipamentos para atividade física, internet gratuita, dentre outros. A cidade ganhará mais um cartão-postal¹⁰.

Nos limites do município, ao sul, a cidade mais uma vez avançou sobre o rio, e suas áreas de manguezal. Às margens do rio Vaza-Barris e do rio Santa Maria, uma recente obra, no bairro Mosqueiro, fez das margens de lama, concreto. Por meio da construção de uma orla fluvial, com píeres, áreas de lazer, decks para contemplação do

9 A ideia de um bairro modelo está pautada em concentrar no seu espaço escolas, hospitais, comércio, áreas de lazer, dentre outros e teria como objetivo garantir que, a partir deste modelo, o bairro pudesse se desenvolver de forma ordenada, favorecendo a tão sonhada qualidade de vida e conforto, que um espaço racionalmente pensado seria capaz. O anúncio do bairro foi feito no dia 22 de maio de 2013, mas até os dias atuais ainda não saiu do papel. SOUZA, Aldaci de. João Alves anuncia Bairro Modelo para a Zona de Expansão. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=144565>. Acessado em 27 de fevereiro de 2015.

¹⁰ PREFEITURA de Aracaju. Começam as obras do novo Calçadão da Praia Formosa. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=63377>. Acessado em 02 de fevereiro de 2015.

rio, eis que surge mais um novo cartão-postal: a Orla Pôr-do-Sol. Projeto de urbanização que teve o intuito de explorar as belezas naturais como forma de promoção do desenvolvimento turístico da região.

Tais fatos, muito brevemente citados¹¹, compõem uma paisagem recente da cidade. Em tal paisagem também estão dispostas questões que perturbam a vida diária da urbe: aumento populacional, novos empreendimentos imobiliários, verticalização da cidade, trânsito congestionado, vias de tráfego estreitas e não condizentes com o número atual de veículos, transporte coletivo urbano precário, falta de condição de se desenhar alternativas para mobilidade. Paisagem essa, não tão incomum em outras capitais brasileiras. Tais questões levantaram a necessidade de discussão por parte dos gestores públicos, bem como a sociedade civil organizada, sobre esses problemas e que fossem apontadas soluções.

Dentre os pontos em comum acordo e que atravessavam as diversas vozes, estava a necessidade de se pensar o modelo de cidade que era Aracaju e qual ela precisava se tornar, para assim minimizar, contornar ou mesmo encontrar as respostas viáveis para dar conta dos problemas vivenciados no cotidiano da urbe.

Era preciso buscar mecanismos que permitissem ordenar esse crescimento, estabelecer novas normativas sobre a forma de ocupação e circulação da cidade. O documento legal no qual estavam estabelecidas tais normativas, o Plano Diretor de Urbanismo (PDU)ⁱ, datava do ano 2000 e fora visto como ultrapassado. Dever-se-ia atualizá-lo, adaptando-o para as necessidades atuais da cidade.

¹¹ Durante o texto da tese essas e outras situações da cidade serão minuciosamente apresentadas, discutidas e problematizadas.

A Prefeitura de Aracaju, seguindo os trâmites legais, elaborou uma proposta de PDU e a encaminhou à Câmara de Vereadores. O Legislativo deveria fazer as devidas análises, tendo a obrigação de por a proposta de PDU em consulta pública, na qual a população poderia opinar e propor o que achasse necessário ter no documento. Após tal processo, o PDU seria votado em plenário e se aprovado, seguiria para sanção do Prefeito.

Por outro lado, entidades civis, professores universitários e movimentos sociais elaboraram outra versão do plano, segundo eles, de caráter pautado na sustentabilidade ambiental e que beneficiariam a população, sob a justificativa que o que fora elaborado pelo poder público estaria buscando favorecer interesses do mercado imobiliário, flexibilizando as questões referentes ao uso e ocupação do solo; em detrimento de questões ambientais, o que, conseqüentemente, traria prejuízos para a população aracajuana¹².

Mas algo soava comum às duas propostas, embora, aparentemente, opostas. Um mesmo discurso atravessava essas ideias sobre a cidade: o plano diretor, o crescimento planejado e ordenado da cidade definiria o futuro para Aracaju. Uma cidade sem planejamento seria como um comandante de navio sem bússola, diziam. Era preciso planejar, era preciso um projeto que apresentasse um modelo de cidade, seus riscos, perigos, o que nela predomina e o que diante de tais fenômenos se pode, racionalmente, fazer para que o espírito do progresso não se perca de vez, senão que ele ainda aponte

¹² PLANO diretor: uma contribuição a ASMP para Aracaju. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/share.asp?id=126776&janelaenviar=sim&cacao=imprimir>. Acessado em 02 de janeiro de 2014.

para um futuro promissor, promovendo uma qualidade de vida aos cidadãos¹³. De uma forma geral, o que aparece em comum nessas duas propostas é que os modos de governo da cidade precisam ser pensados. As tentativas de fazer a cidade caber na ponta do lápis, dizem de uma arte de governar.

Diante de tal paisagem, de um presente aracajuano que intenta por pensar a vida na cidade de forma ordenada, racional e planejada, atualizando as ferramentas que legitimam tais ações, com o intuito de estabelecer modos organizados de como estas devem crescer, estabelecendo as formas de se locomover, por onde e de que forma, as formas e os locais aptos para a habitação, que vidas cabem ou não nesse modelo de cidade, etc. Vê-se que esses diversos espaços que se chamam Aracaju, que se chamam cidade, estão imersos numa disputa que visa a dizer o que é, o que não é e como dever ser essa cidade. Assim, faz-se necessário, primeiramente, levantar o seguinte problema: que forças são essas que permitem um tipo de discurso que quer dizer ou diz o que é uma cidade? Quais os tipos de relações ou jogos de forças estão presentes na produção dessa verdade sobre o que é a cidade? E concomitantemente, problematizar, a partir daquilo que se faz presente no dia-a-dia da cidade, sobre o seu modo de funcionamento e os tipos de vidas que produz.

¹³ A promoção da qualidade vida, como discurso constante das práticas políticas atuais, tem a ver com a garantia, por parte das formas de governar, ao acesso a um conjunto de recursos disposto na cidade, seja no campo da saúde, educação ou mesmo lazer e que possibilitem ao indivíduo, em todos os ciclos de vida, constituir-se enquanto um sujeito competente e apto a se inserir nos espaços de disputa concorrencial do mercado. Trata-se de uma ação governamental que intenta por fortalecer um Estado de caráter neoliberal. Discutiremos mais a frente sobre esse tipo de Estado e esses modos de governar para o mercado.

E a partir desse problema que nos leva a pensar isso que dizem ser a cidade em seus efeitos, intenta-se buscar outras formas de experienciar a urbe, que nos permita fazer tremer esse modelo¹⁴, explorar sentidos outros de cidade que se fazem no dia-a-dia, que emergem de forma fulgurante, fazendo estremecer o que se queria estável e logo desaparece ao sabor dos ventos e das correntes do rio que passa. Poder saber desse chão onde componho, junto aos meus pares, um lugar dos meus diálogos. Não se trata de querer responder o que é a cidade ou mesmo aquilo que ela não é. Senão esquivar-se desse imperativo do “ser”, desdobrando-os.

¹⁴ O fazer tremer parte de uma ideia apresentada por Georges Didi-Huberman, em um ensaio intitulado *Cascas* (Didi-Huberman, 2013). Nesse ensaio, Didi-Huberman narra uma visita que fez ao local onde fora o campo de concentração de Auschwitz e que, a partir de 1947, foi transformado em museu. Em alguns pontos desse ensaio, o pensador francês nos alerta para uma característica presente no chão do local: o chão berra (p. 109). Um solo castigado, arrasado, rachado pela história e que, por conta de momentos de inundação provocados pela chuva, trazem para superfície vestígios da chacina, fragmentos de ossos dos corpos assassinados. Essa imagem, esse berrar do chão provoca inquietações nos curadores do museu, naqueles que estão visitando e, sobretudo, inquieta e faz tremer o presente. Um presente no qual resumiu Auschwitz a um museu de Estado, a um espaço, supostamente, neutro, um local no qual já se está, previamente, demarcado o que será motivo de espanto – em referência as atrocidades ali cometidas e aonde os visitantes estariam protegidos, como se os mortos não mais estivessem por lá. Contudo, as forças desses vestígios, que insistem em vir à superfície, mostrando que o passado aterrador, dos corpos carbonizados, transformados em cinzas está nas flores dos campos, na água do lago. Essa força está no caráter originário dessas imagens. A originalidade das imagens – tal como foi apresentado por Walter Benjamin – não tem a ver com a ideia de uma “fonte” ou gênese primeira das coisas. Trata-se de uma origem que pertence à história, que se dá na imanência do próprio devir. A origem emerge como um relâmpago, cintilante e estrondoso, capaz de fazer tremer os corpos, de provocar fissuras no tempo, abrindo brechas para o descontínuo, fazendo a terra regurgitar vestígios de outros tempos, que há muito estavam esquecidos ou perdidos sobre outras camadas de terra. Vestígios que são capazes de perturbar, de causar tremores nos movimentos do presente que se queriam estáveis, produzindo um olhar crítico sobre ele e que deixa em aberto caminhos para a emergência de um novo, de uma outra história, de uma outra forma de experienciar a vida. (Benjamin, 1994b; Benjamin, 1994c; Benjamin, 2013; Didi-Huberman, 2010; Gagnebin, 2009a). As discussões acerca dos conceitos benjaminianos de imagem dialética, origem, história, experiência e narração, estarão presentes ao longo do texto dessa tese.

Ao invés de buscar ou elaborar uma resposta sobre o que é ou não é a cidade, cabe aqui, a astúcia do mercador veneziano, Marco Polo em suas inúmeras conversas com o Imperador Kublai Khan, tal como narrado por Ítalo Calvino em seu livro *As cidades invisíveis*¹⁵. Quando questionado, diversas vezes, pelo imperador, para que descrevesse de forma precisa as cidades que visitara, acreditava o imperador que ao conhecer todas as cidades, ao saber o que eram e o que não eram, poderia assim conquistar o seu império. Polo, ao invés de atender aos anseios do imperador, narrava as variadas formas possíveis de se experienciar a cidade - no caso em questão é a cidade de Veneza -, que busquem em torno das muralhas que encerram a cidade em si mesma, pistas, vestígios de algo que fora perdido ou esquecido, mas que tem a capacidade de criar rachaduras no muro e, ao mesmo tempo, abrir espaço para outras formas possíveis de habitar o espaço da cidade.

Imagem: Águas

Ao cair da tarde, muitos se assustaram com o que viam, ao sair de suas casas ou locais de trabalho. Ao olharem para o céu, via-se uma imensidão azul de se perder de

15 CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

vista. Estávamos na terceira semana do mês de março, contando os últimos dias de um intenso verão. Mas o que chegava aos olhos era digno de um daqueles dias de chuva, típicos do final do mês de abril ou maio¹⁶. As ruas e calçadas do bairro 13 de Julho, área nobre da cidade, haviam sido tomadas pelas águas¹⁷.

As águas emergiam dos bueiros e transbordavam do canal que corta parte do bairro. *De onde vieram aquelas águas?* Então, logo se percebe que o que se via era o avanço do rio sobre a cidade. A cada seis horas, a maré fecha um dos seus ciclos de alta ou baixa. Ao atingir o seu pico de alta, a força da maré faz com que as águas avancem sobre a terra, em busca de novas margens. A famosa maré de março mostrava sua força. Por algumas horas, ruas e calçadas deram lugar ao rio¹⁸.

Aquelas águas traziam consigo uma mistura de sedimentos e lama do mangue, com as fezes e outros dejetos, das residências do bairro, que são diariamente despejados no canal que desagua no rio Sergipe. Além de dificultarem a livre circulação de pedestres e dos veículos motorizados, as águas empossadas causavam incômodos pelo odor exalado. Mesmo após o recuo da maré, esse odor impregnava-se nas calçadas, nos carros estacionados, nos sapatos e roupas daqueles que passavam e nas varandas das casas..
Temeridade pelo que as águas carregam escondidas.

¹⁶ Diferente de outras regiões do Brasil, como sudeste e sul, que têm seus períodos de chuva concentrados na estação do verão, ou seja, entre os meses de dezembro e março; em Sergipe o período chuvoso inicia-se com o outono, intensificando-se no inverno.

¹⁷ ESTÁCIO, Verlane. Maré alta provoca alagamentos no bairro 13 de Julho. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=170483>. Acessado em 23 de março de 2015.

¹⁸ O canal de escoamento dos esgotos da cidade para o rio Sergipe, tem o seu nível elevado sempre que a maré está cheia. Quando o nível da maré sobe acima do comum, as águas adentram pela rede de esgotos e acabam transbordando, saindo pelos bueiros e bocas de lobo, inundando as ruas do bairro 13 de Julho.

Contudo, poucos enxergavam que para além da lama ou mesmo dos dejetos humanos que o ciclo das marés devolviam à cidade, as águas faziam emergir vestígios de um outro tempo. O movimento intenso das marés, varreram o fundo lamacento daquele pedaço do rio, provocara perturbações no curso normal das suas águas, fazendo ressurgir, de forma fulgurante, esses vestígios¹⁹. Vestígios de histórias perdidas ou esquecidas ao sabor da correnteza. Histórias insurgentes sobre a cidade que nascera do rio. Elas não vinham para explicar o porquê daquele fenômeno, que atormentava parte da cidade, mas sim para gerar interferências que desencaminham a ideia contínua de um modelo de cidade, que ao longo da sua existência, progredira sobre o rio, ditando para onde ele deveria correr. Que histórias contavam os rios, capazes de fazer desvios nos trajetos retilíneos da cidade tabular? Que modelo de cidade é esse? O que diz ele ser a cidade?

Outros espaços

¹⁹ Aqui esses vestígios são pensados a partir das reflexões de Didi-Huberman (2010), no capítulo A imagem crítica, do seu livro O que vemos, o que nos olha, no qual ele trabalha o conceito de origem e imagem dialética em Walter Benjamin. De uma forma geral, esses vestígios, são fragmentos perdidos de uma determinada história, de um tempo outro e que por algum sobressalto da vida, ele eclode no presente, de forma fulgurante. E mesmo na sua fulgurância, ele possui uma intensidade provocativa de abalar um choque frente a algo que se pensava e uma dimensão analítica sobre a própria vida. Mais a frente, os conceitos de origem e imagem dialética, serão discutidos de uma forma mais minuciosa.

O rio e o mangue se configuram como espaços insurgentes, que não permitem ser controlados por inteiro. São espaços carregados de histórias. Espaços heterogêneos, que nos puxam para fora de nós mesmos, nos corroem e nos desencaminham, que estão em relação a todos os outros, funcionando de um modo a desestabilizar, contradizer esse conjunto de relações que lhe foram impostas. Não meramente visto como espaços da vida, do meio ambiente ou da saúde, ao qual a sociedade organizada poderia estabelecer uma relação de coexistência. Esses espaços que acalmam. São espaços inquietantes, heterotópicosⁱⁱ. São reais, efetivos, delineados na própria instituição da sociedade, são tipos de contraposcionamento. Lugares fora de outros lugares, espaços diferentes dos posicionamentos que refletem e dos quais falam. Têm o poder de justapor em um só lugar real, vários outros espaços, diferentes uns dos outros, que estabelecem uma relação não harmônica. Espaços de tensão, de disputa e de conflito que não possuem um projeto, um modelo a ser implantado²⁰.

O mangue seria esse espaço heterotópico, no qual outros espaços diferenciados e não harmônicos se justapõem. Não só a lama, sua fauna e flora, o mangue se faz também como lugar de dejetos, de corpos infames, de homens-caranguejos. Nessas outras práticas de ocupação o mangue se faz espaço inquietante, o mínimo respingo de lama nas calçadas e ruas da cidade, ou mesmo o avistar de um corpo que despeja seus dejetos no mesmo lugar onde cata o caranguejo que o alimenta, provocam tensões e rupturas, mesmo que de forma fulgurante, no contínuo da vida cidadina.

20 Silva, Eder A. e. *Urbanesas Errantes: experiência e teimosia nos riscos da cidade*. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

Os espaços heterotópicos justapõem tempos, neles não há começo, nem fim, senão restos de um passado que se refaz como um sopro novo, promovendo a destruição daquilo dado como concreto. Tal como cidades invisíveis, que foram soterradas e aterradas para dar passagem ao progresso com suas formas retilíneas e de movimentos uniformes, mas que sobrevivem, minguem e vez por outra, se fazem perceber, emergem, numa fulgurância, provocando torções e deformidades.

Esses espaços outros se constituem como espaços onde as relações não são impositivas. Eles se abrem para aquilo que não tem lugar, para o inaudito, o inexprimível. Lugares originários, autênticos²¹, históricos e de enfrentamentos. O que pode nos dizer as histórias desses espaços outros?

Espaços de origem

O mangue e o rio como espaços que inquietam, que não se deixam ser domados por completo e que não cansam de jogar suas águas e sedimentos sobre a cidade, com o intuito de criar rachaduras, de induzir o transeunte a se perder na cidade tabular. As

21 A autenticidade e originalidade do mangue e do rio estão na sua capacidade, enquanto espaços de origem, de produzir imagens. Didi-Huberman, em sua discussão sobre o conceito de origem e de imagem dialética em Walter Benjamin aponta que a autenticidade das imagens está no sentido em que ela se apresenta como uma imagem crítica, ou seja, uma imagem em crise que no próprio movimento de crítica que provoca sobre o presente, ela também permite a crítica a si própria. Didi-Huberman, G. A imagem crítica. In: Didi-Huberman, G. O que vemos, o que nos olha. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 169-199.

histórias desses espaços esquecidos, invisíveis, são usadas para cortar, para inquietar aquilo visto como imaculado, como dado e sólido. Por certo carregam a intensidade de um tempo do agora, tempo vibrátil que nos tira de um torpor, de uma mera contemplação da vida. São tempos e espaços originários, desencaminhantes.

Tratá-los como espaços de origem não quer dizer que ali estão preservadas a essência, a verdade primeira e absoluta das coisas, que poderiam nos contar sobre a gênese da cidade. Importante para o pensamento de Walter Benjamin²², o conceito de origem não é tomado em seu caráter discursivo ou sintético, mas dialético e crítico; ela é também uma categoria histórica²³. Não tem como função nos contar a gênese das coisas, sendo algo que se dá na imanência do próprio devir. Mas que seus movimentos permanentes que criam ou desfazem margens, ao sabor do vai e vem das marés, podem ser tomados como uma insurgência, quanto às imposições de um tipo de ideia que quer, a todo tempo, fazer dos ciclos das marés algo que se faça sempre da mesma forma, sempre o mesmo movimento, tal qual aos movimentos uniformes, sem brechas para o erro, pensados para a cidade tabular. Contra isso, as águas se revoltam, saltam sobre a cidade, cortam o curso do presente da urbe, abrindo precedentes para outras formas de se pensar e experienciar a cidade. As águas operam um corte na linha do tempo da história tradicional e oficial da cidade. Destroçam a cronologia de um modo de pensar e escrever a história.

22 Benjamin, Walter. Prólogo epistemológico-crítico. In: Benjamin, Walter. Origem do drama trágico alemão. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 13-47.

23 Didi-Huberman, 2010 op. cit.

Assim esse caráter originário se apresenta como um sintoma²⁴ como uma formação crítica que perturba o curso das coisas e como algo que faz ressurgir, mesmo que por um instante, aquilo que fora esquecido no curso da vida²⁵ – os corpos e materiais esquecidos no curso do rio, que acabam se emaranhado nas vegetações dos mangues. Isso dá a esse caráter originário o poder de choque e de formação, morfogênese e novidade sempre inacabada.

Esse movimento insurgente das águas abre precedente para que se possa pensar uma outra temporalidade e formas de narrar o cotidiano da urbe, da cidade de Aracaju, estabelecendo uma outra relação entre o passado e o presente²⁶. Como também, ele permite que se façam críticas à história tida como oficial, esta que reúne, acumula e encadeia os fatos relativos à constituição da cidade, mudança da capital, as intempéries enfrentadas e as vitórias alcançadas ao longo dos anos (estas tratadas de forma triunfal e como sendo responsáveis por sustentar esse ideal de cidade racional e ordenada). Juntam tudo isso, estabelece nexos causal entre eles, encaixando-os numa linha de tempo homogênea, que se dá sempre da mesma forma, sem fissuras e atrela todos esses fatos a certos grupos ou pessoas tidas como responsáveis por serem o motor da história.

24 Termo usado por Didi-Huberman para caracterizar o movimento da origem como algo que ao emergir provoca um tipo de formação crítica, instala uma crise que é pensada como algo que perturba o curso de uma vida que se que linear e homogênea e, ao mesmo tempo, em sua dimensão de análise, de reflexividade negativa torna visível, mesmo que por um instante, restos de uma história esquecida. *Ibidem*, 2010.

25 *Ibidem*, 2010.

26 Gagnebin, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

História dos opressores, nominada por Benjamin como aquela que busca apagar qualquer vestígio ou sinal de acontecimentos desconcertantes, que poderiam pôr em cheque o cortejo triunfal dos vencedores²⁷. Contudo, esses espaços de origem, mangue e o rio, carregam consigo uma dimensão histórica de conflitos, permeadas por embates entre as águas e as margens, entre as águas e os materiais orgânicos carregados e arrastados pelas correntezas. E dessa luta, resulta na produção de novos espaços, novas margens, mesmo que momentâneas. Histórias marginais, que se fazem à margem, que destitui margens antigas, produzindo novas e que propõem escritas inquietantes.

Nessas outras formas de narrar, proposta pelos movimentos originários das águas, a apropriação dos elementos de outros tempos, de um passado que se pensava perdido ou esquecido, essa forma de apreendê-los sofre alterações. O passado não pode ser encarado como um fato em si, estático, que pode ser acessado sempre que se queira, da mesma forma que fora. Um passado que está em movimento, que ainda é capaz de suscitar espanto e reflexão no presente²⁸. Retomar esse passado seria uma tentativa de manter fiel ao que nele pedia um outro devir, que vai se efetivar no presente²⁹. Vestígios, respingos de lama, sedimentos de um passado, que emergem no presente e que quando apreendidos em suas singularidades, permitem uma narrativa que se faz no e para o presente.

27 Benjamin, W. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994d, p. 222-232.

28 Ibidem, Teses II e IV.

29 Gagnebin, 2009 op. cit., p. 97.

Esses elementos do passado se fazem visíveis, em momentos tênues e de perigo no presente, tal como um feixe de luz, sendo somente possível captá-los nessa fugacidade, como lampejos³⁰. Esses respingos de lama são como uma experiência singular, uma imagem que se “eterniza” em sua fulgurância³¹. Devir de intensidade sobre os movimentos de ruptura de uma cronologia, abrindo a possibilidade do instante, de um tempo do agora. Tempo, que é ao mesmo tempo, origem do passado no presente, e evento do instante, que nasce de si, mas não parte de lugar nenhum, ou seja, não tem um essência, nada anterior a ele, que lhe seja causa primeira. Tempo do instante, que imobiliza um tempo homogêneo, impondo-lhe a exigência do presente³².

Tem-se então a proposta de uma narrativa sobre Aracaju que se faz a partir de uma prática de coleta de informações, separação e exposição dos elementos. Não submete os objetos coletados a um imperativo de encadeamento lógico, mas os apreende na sua singularidade e excentricidade. Estuda-se o fenômeno para lhe restituir a dimensão de objeto bruto, único e irreduzível, ou seja, de restituir a dimensão do objeto tal como ele emerge, para preservá-lo do esquecimento ou da destruição que se fazem a partir do momento em que é alvo de explicações já dadas³³. Por meio desse processo, dessa forma de ligação entre o passado e o presente, é que se produz a emergência desses momentos privilegiados, dessas imagens fulgurantes, que provocam cortes, fissuras no concreto, provocando desvios no traçado retilíneo da cidade, induzindo os indivíduos ao erro.

30 Benjamin, 1994d op. cit., Teses V e VI.

31 Ibidem, Tese IX.

32 Gagnebin, 2009 op. cit., p. 97.

33 Gagnebin, 2009 op. cit., p. 10.

Assim essa característica originária é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, obra de destituição e restituição. Ela é tida como a possibilidade de contrapor-se a um tipo de pensamento tido como sólido, homogêneo e vencedor, que enxerga linearidade no mundo. E se opõe a isso, na medida em que gera fissuras e ao mesmo tempo abre caminhos para a emergência de uma nova escrita da história, aberta e inacabada.

Trata-se, nesse trabalho, de encarar e capturar os lampejos de passado que emergem no presente de Aracaju não como um fim em si mesmo, mas tomar o que nele há de originário, operar sua retomada como algo transformador nos movimento do rio-mangue e de que forma agem no e sobre o presente. Não ver o passado como algo congelado, imóvel em si mesmo, tal como um cartão-postal. Fazer dele imagens de lama, carregadas de uma força de irrupção, que invadem as ruas, que sobem pelos bueiros e que respingam sobre aqueles que passam próximo a suas margens, derruba a ideia frágil de uma cidade que superou as adversidades com seu projeto tabular e racional, de grandes feitos, sem arranhões. Abre-se a história para narrativas sobre as imagens fulgurantes que cintilam pelas ruas, becos e avenidas.

Espaços de Imagens

O rio e o mangue, espaços de origem, ao mesmo tempo destituição e restituição, dotados de um movimento dialético em toda sua dimensão crítica, isto é, ao mesmo tempo em sua dimensão de crise e de sintoma³⁴ – turbilhão, o choque que dá sacolejada nas coisas estabelecidas – e sua dimensão de análise crítica, de reflexividade negativa, de intimação – turbilhão que faz emergir as coisas que compõem determinada estrutura, tal como os sedimentos que estão no fundo do rio e vem à superfície quando este se agita³⁵. Além de provocar um desencaminhamento no curso da vida, provoca também uma análise sobre essa própria vida. Espaços produtores de imagens originárias, imagens dialéticas.

Em seu ensaio sobre as imagens críticas como imagens dialéticas, Didi-Huberman³⁶ disserta sobre esses conceitos a partir da ideia benjaminiana de origem. Uma imagem da origem dada como uma imagem da dialética e como dialética da imagem. A dialética é dominada por uma função jamais apaziguada no negativo. O turbilhão que remexe o fundo do rio, que faz os sedimentos do fundo do manguezal chegarem a superfície e se espalhar por onde se sustenta o concreto, faz apreender simultaneamente uma estrutura e seu estado de choque. Essa estrutura presente nas imagens dialéticas não produz formas geometricamente perfeitas, produz formas em formação, transformações, efeitos de perpétuas deformações. Produz ambiguidade, entendida como rítmica do choque. E este, em sua rítmica fulgurante é que dá à imagem sua beleza, como também lhe confere valor crítico, como valor de verdade.

34 Ver nota 13

35 Didi-Huberman, 2010

36 Ibidem, 2010.

A imagem dialética produz história, se torna origem, ela revela uma síntese autêntica (aberta e inquieta), o fenômeno originário da história. Imagem dialética, fulgurante, cintilante, do sobressalto. Uma interpenetração “crítica” do passado e do presente. Só é síntese porque fragmento. A imagem dialética transforma e inquieta duravelmente os campos discursivos, trazendo efeitos de conhecimento. Esse conhecimento terá como efeitos outras imagens dialéticas, que irão interferir em outros campos discursivos. Então, a imagem dialética pode ser vista como forma e transformação, com conhecimento e crítica do conhecimento. Ela possibilita a superação do dilema da tautologia³⁷.

A imagem dialética é, ao mesmo tempo, figura da negação e da superação, fulgurante e anacrônica da superação dialética. Ela é uma síntese não tautológica, pois não pode ser dada como verdade numa visão linear e contínua. Portanto é uma figura aberta e inquieta, sempre em movimento, sempre inacabada. Desse modo, ela abre precedente para pensarmos-la como uma imagem textual, aberta e também inquieta, na qual o ato da escrita abre uma passagem para superar tanto o fechamento do ver, quanto o do crer.

A marca histórica de uma imagem aponta não só que ela pertence a determinada época, e sim que ela deve ser compreendida como um momento essencial da imagem mesma, que ela não reduz, posto que dela procede. Seria o momento da dialética da imagem, na qual a própria imagem dialética produzirá uma crítica do seu presente no momento de agitação deste com seu pretérito. Seria uma leitura crítica,

37 Ibidem, 2010.

explosiva e por isso inexprimível, sendo vista sob a figura histórica da diferença, enquanto na condição de não confrontar seu próprio destino.

A montagem de uma imagem dialética por meio de palavras não é algo fácil. Não se trata de uma descrição ou sistema conceitual, mas um constante dilaceramento das palavras, que consigam manter a crise, a crítica, o choque presentes na imagem. Assim, como afirma Benjamin³⁸, no ensaio sobre o conceito ou das teses da história, uma vez que o passado só se deixa capturar como essa imagem cintilante, cabe ao historiador sustentar a intensidade da força dialética, apropriar-se de uma memória no ato de sua irrupção cortante e fugaz, mantendo sua originalidade³⁹.

Imagens dialéticas, imagens sem margem que nos dão pistas de que algo ocorreu e que ainda pode acontecer. Elas são destruidoras e salvadoras; reafirmam o estilhaçamento da monumentalidade das histórias lineares; restitui através dos destroços, dos lixos deixados, das lamas que respingam na cidade, histórias que se pensava esquecidas, mas sob novos presságios. São histórias que trazem a força de um passado, que quando conectadas umas as outras, forjam novas histórias que podem ser ditas no presente. O passado não volta como era, numa repetição, ele se refaz e retorna como um sopro novo e promove a destruição daquilo dado como absoluto, ele ressurgue como descontinuidade.

As imagens dialéticas tem urgência por dissoluções, para que nesses momentos, esses destroços sejam apreendidos em sua efemeridade, desmanchando-se e permitindo

38 Benjamin, 1994d op. cit..

39 Ibidem.

novas aberturas para outras dissoluções, destruições, para a vida. São fugazes, fulgurantes, aparecem em lampejos que logo se esvaem⁴⁰. Como então apreender essas imagens? Como é possível acessar algo que em todo momento não cansa de escapar? Estariam elas fadadas a se perderem em sua própria efemeridade?

Tabuleiro

Antes da cidade por ali se estabelecer, aquelas terras pertenciam aos movimentos inconstantes do rio. Ao ciclo das marés, novas margens emergiam, enquanto outras sucumbiam. O rio estendia seus braços terra adentro, formavam-se lagoas sazonais, alagadiços, mangues, que carregavam consigo nutrientes, sedimentos, vidas perdidas, de outros tempos, que por força do acaso do movimento das águas, eram varridos do fundo lamacento daquela parte do rio e acabavam emergindo, provocando naquelas terras o florescer de algo novo, que pouco tempo depois pereceria, tão longo findasse mais um ciclo das marés.

Segundo contam, nos idos de 1854, aquelas terras molhadas, próximas a uma pequena vila de pescadores, cativaram os ideais do Senhor Inácio Barbosa, então

40 Didi-Huberman, 2010, op. cit.

presidente da Província de Sergipe Del Rey. Queria ele alavancar um processo de ascensão econômica para a província e para isso precisaria aperfeiçoar os mecanismos da economia local, otimizando o escoamento do principal produto de exportação da região: o açúcar. Tanto a primeira capital da província, a cidade de São Cristóvão, quanto a cidade de Laranjeiras, detentora da maior produção de cana-de-açúcar, não estavam numa posição geográfica favorável, no tocante a um rio de fácil navegação até o Oceano Atlântico⁴¹.

As terras próximas à Vila de Santo Antônio do Aracaju eram banhadas pelo Rio Sergipe, com seu leito profundo, de fácil navegação e com fácil acesso ao Oceano Atlântico. Antes da cidade, já havia um pequeno trapiche, construído anos antes, pois alguns senhores de engenho preferiram deslocar sua produção por vias terrestres até o leito do rio Sergipe. Com o trapiche e o fluxo de mercadorias que saíam e as que chegavam aumentando, a província transferiu a Alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais para aquela praia; e, além disso, decidiram construir uma Subdelegacia e um prédio dos Correios.

A região da, até então, praia do Aracaju começava a chamar a atenção e prevendo que aquela localidade traria ventos de progresso para a província, Inácio Barbosa apresentou à Assembleia Legislativa, no ano de 1855, projeto no qual elevava a pequena vila à cidade, já intitulada Aracaju e ao mesmo tempo propunha a mudança da

⁴¹ As embarcações que aqui chegavam pelo Oceano Atlântico, adentravam pelos rios sergipanos, para terem acesso às cidades como São Cristóvão ou Laranjeiras, subiam o rio até que suas quilhas estivessem quase que roçando o leito do rio. Ao chegarem a tal ponto, embarcações menores capazes de continuar a viagem por águas mais rasas vinham a seu encontro. Outra forma utilizada eram veículos de tração animal, como o carro de boi, que ficavam às margens dos rios.

capital de São Cristóvão para essa nova cidade. Mesmo enfrentando forte oposição, principalmente das forças aristocráticas de Laranjeiras e São Cristóvão, Inácio Barbosa teve êxito, principalmente por conta do apoio das forças liberais da época⁴². O eixo econômico, político e social da província fora deslocado. Uma cidade que nascia em terras distantes dos compromissos dos senhores de engenho. Cidade criada para favorecer os intercâmbios mercantis. Aracaju, uma cidade “livre”⁴³.

A liberdade deveria está expressa nas ruas. Era preciso vencer os brejos, as lagoas, as margens, enfim, vencer todo um cenário desenhado pelo rio, este que tanto fora utilizado para justificar a cidade. E, juntamente, ao empecilho do rio, Inácio Barbosa enfrentava pressões políticas, por conta do descontentamento quanto à mudança da capital para terra onde nada havia. Via-se a necessidade de agilidade nas ações de construção da nova cidade, devido ao receio de que a nova capital fosse sustada pelos poderes imperiais. Mas Barbosa não queria que a cidade se erguesse de qualquer forma, queria que se diferenciasses dos modelos coloniais, apresentando um traçado vanguardista e moderno.

42 Loureiro, Kátia Afonso Silva. Trajetória Urbana de Aracaju, em tempo de inferir. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas – INEP, 1983. pp. 50.

43 Porto, Fernando de F. A cidade do Aracaju: 1855/1865. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991, p. 16.

Naqueles anos que beiravam a metade do século XIX, via-se, Brasil afora, que novos projetos urbanísticos ganhavam forma ou estavam em vias de debate, com o intuito de melhorar as condições de vida nas cidades, consideradas como grandes polos comerciais. Influências advindas de grandes cidades europeias, a exemplo de Londres e Paris que passavam por processos urbanísticos bem profundosⁱⁱⁱ, como também ares de mudanças que começaram com a chegada da Família Real e a Corte Portuguesa que se instalara, no ano de 1808, na cidade do Rio de Janeiro^{iv}, incitavam que a cidade a ser erguida deveria trazer em si os ares do progresso da modernidade.

A nova capital deveria carregar em si a aura progressista da época. Uma cidade que não apresentasse as irregularidades das habitações, ruas e demais espaços urbanos existentes na província. Urgia-se que cada movimento fosse devidamente pensado, era preciso planejar a cidade. Uma cidade ordenada, onde o indivíduo não pudesse se perder, que não desse margem ao erro, cidade não contingente à história, justamente por seu caráter racional. Todos os passos seguiriam, tal como o método cartesiano, as certezas e evidências da razão⁴⁴.

44 No posfácio da edição brasileira do livro “O Camponês de Paris”, de Louis Aragon, Jeanne Marie Gagnebin apresenta, sob a influência do livro e de autores como Walter Benjamin, uma perspectiva de leitura sobre a cidade que escapa às imposições da razão cartesiana. Segundo a autora, durante as reflexões enclausuradas de Descartes, o mesmo recolhido na interioridade da dúvida radical, como forma de escapar ao erro, esboça os fundamentos de seu pensamento a partir da ideia de uma cidade ordenada, modelar, racional, na qual o indivíduo não seria induzido ao erro. Cidade a-histórica, racional. A esse tipo de cidade, Gagnebin contrapõe a ideia de uma leitura da cidade que se faz a partir experiência do erro. A errância como forma de escapar às amarras da identidade e da razão. Uma experiência que força os limites dessa razão, provocando brechas, rachaduras. Tomar a cidade não como algo já dado, como eterna, senão como algo efêmero, como uma imagem do pensamento, como paisagem a ser percorrida e decifrada. Gagnebin, J.M. Pós-fácio: uma topografia espiritual. In: ARAGON, Louis. O Camponês de Paris. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 241-259.

Para isso, a incumbência de elaborar o projeto e coordenar os serviços de construção da nova cidade, fora dada a um conhecedor das ciências dos traçados e dos cálculos matemáticos, o engenheiro Sebastião Pirro.

Pirro se ateve a um plano simples de alinhamentos geométricos, concebido sobre forte influência de modelos urbanísticos considerados de vanguarda, à época, instalados em cidades como Washington, Buenos Aires e Chicago. Buscando um projeto de fácil execução para a demarcação das ruas do terreno, Pirro traçou um quadrado de 540 braças de lado, com 32 quarteirões simétricos, com 55 braças de lado (110mx110m) separadas por ruas de 60 braças de largura (13,20m).

O tal modelo de cidade tabular pode ser encontrado em outros tempos da história ocidental. Seus traçados simples e facilidade na execução do projeto, além de garantir agilidade para que a cidade fosse erguida, trazia uma utilidade do ponto de vista de se ter uma sociedade bem organizada, que apresente um tipo de circulação ordenada, disciplinando as multiplicidades no espaço, artificialmente organizadas de acordo com o princípio da hierarquização, comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos da distribuição. Arquetava-se um espaço^v.

Todavia, as formas de escolha para o local onde a cidade começaria, seu ponto inicial, no qual seria estabelecida a pedra fundamental, não são os mesmos. Na Roma do século 118 D.C, ritos religiosos determinavam onde seria o centro urbano⁴⁵. Nos ritos de fundação de uma cidade romana estabeleciam-se primeiro o *umbilicus* (*umbigo*

⁴⁵ Sennett, R. A imagem obsessiva. In: Sennett, R. Carne e Pedra. 4.^a ed. Rio de Janeiro, 2006, p. 80-110.

humano), ou seu ponto central. Para achar o local exato os topógrafos da época utilizavam os astros como referência. A passagem do sol dividia o firmamento em dois e pelos astros noturnos era possível subdividir o firmamento em ângulos retos. A ideia era que os mapas celestes fossem reproduzidos na terra. Assim, ao encontrar no chão, o ponto em que correspondesse à intersecção das quatro partes da abóbada celeste, ali seria o local do *umbilicus*, a partir do qual seriam definidas as fronteiras urbanas.

Descoberto o *umbilicus*, cavava-se um sulco (*pomerium*) no solo. Traçava-se em ângulo de 90°, as duas ruas principais, que cruzavam-se no meio da cidade. Disso teriam quatro quadrantes simétricos, estes eram repartidos em outros quatro e assim sucessivamente. Até que as regiões da cidade ganhassem o contorno tabular, de forma similar à forma do pavimento do Pantheon^{vi}.

O estabelecimento do centro urbano também tinha caráter religioso. Próximo do local, em que este fosse instalado, cavava-se um buraco (*mundus*), no qual eram depositadas oferendas para os deuses das profundezas. Após o rito tapava-se o buraco, colocando uma pedra quadrada, e acedendo um fogo. Essa era forma encontrada para agradar esses deuses. Os ritos que determinam o surgimento de uma cidade romana, nunca se descuidavam da crença de que era preciso levar em consideração os poderes implacáveis dos deuses invisíveis. Assim, era preciso arquitetar um espaço de forma a agradar a vontade desses deuses.

No caso do estabelecimento do local onde seria erguida nova capital da Província, os princípios e ritos religiosos não foram seus norteadores. A escolha pela margem direita do rio Sergipe, seguiu razões geográficas e higiênicas. Inácio Barbosa

argumentara que a nova capital deveria estar do lado bom do rio, onde se encontrava o povoado do Aracaju. Ali existiam águas muito boas para o consumo, salubridade e ventilação favorável. Além de dispor de facilidades na comunicação por terra, com outras cidades da Província. À margem esquerda, encontrava-se o povoado da Barra dos Coqueiros – hoje cidade, com o mesmo nome. Dizia Barbosa que à esquerda estavam terras estéreis e decadentes, com poucas águas e de clima extremamente quente, mesmo tal localidade apresentando pontos favoráveis em sua topografia, pois era dotado de terrenos planos e secos, não lamacentos e alagadiços como as do povoado do Aracaju.

As razões da escolha de Barbosa poderiam ser questionadas, até porque as águas de lençóis freáticos mais superficiais não eram de boa qualidade ou até mesmo, as questões de salubridade não eram favoráveis, num terreno rico em espaços lamacentos, alagadiços e encharcados. Mas, prevaleceu o sentido geográfico do pensamento racional de Inácio Barbosa, visto que a região onde se instalou a capital era mais propícia à ventilação, em comparação com o povoado oposto, por causa da barreira de coqueiros que por lá existia. Como também as razões econômicas, pois o lado direito do rio era dotado de maiores profundidades no seu leito, o que favorecia a navegação e construção de um porto ou trapiches. Tinha-se, desse modo, uma cidade que não fora fundada de acordo com o movimento dos astros ou mesmo que não se preocupava em aplacar a ira dos deuses do céu e das profundezas. Uma cidade que viera somente da vontade e da razão. Uma cidade laica⁴⁶.

⁴⁶ Gagnebin, 1996, op. cit.

O ponto central e inicial da cidade está localizado na atual Praça Fausto Cardoso, sendo ele o escolhido para ser o centro do poder político-administrativo da cidade. A partir da Praça Fausto Cardoso a cidade cresceria 1.188m (540 braças) para as direções norte, sul e oeste. As primeiras obras se deram às margens do rio.

Paralelo ao rio, Pirro, fez nascer a primeira rua do chão aracajuano: a Rua da Aurora, que se tornou Avenida Rio Branco e que foi popularmente conhecida e chamada – até os dias atuais - como Rua da Frente, justamente por ser a rua que ficava de frente par ao rio. Percorrendo uma extensão desde o ponto extremo norte do tabuleiro até o extremo sul, a rua se estabeleceu como a via mais importante dos primeiros anos do Aracaju. O medo dos miasmas, que acreditavam estarem presentes nas águas estagnadas dos pântanos e lagoas, afastou os primeiros habitantes daquelas terras molhadas, que ficavam a oeste do centro estabelecido para a cidade⁴⁷.

Imponente por ocupar posição topográfica estratégica de frente para o rio, ela se tornou o local por onde se estabeleceram as primeiras residências e comércios. Ao norte as obras dos edifícios da Alfândega e da Mesa de Rendas estavam em fase de finalização, já na direção sul a ocupação voltava-se para as habitações residenciais.

O acesso ao rio era primordial para os moradores da cidade. Por ele chegavam e saíam as mercadorias, necessárias à vida da urbe. As mesmas embarcações também eram responsáveis por fazer chegar por aqui histórias de outras terras, outros rios e mares. Talvez por isso, a cidade crescera seguindo o fluxo do rio, criando-se sobre ele. Mas esse

⁴⁷ Porto, Fernando de F. Rua da Aurora (ou Rua da Frente). In: Porto, F. de F. Alguns nomes antigos do Aracaju. 2ª ed. Aracaju, SE: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2011, p. 79 – 96.

caminho das águas provocou desvios ao projeto de cidade em linha reta. O rio, em seu turbilhão de correntezas indomáveis, não segue o rigor das linhas geométricas, tal como queriam para a cidade tabular, em seu trajeto encontram-se caminhos tortuosos e imprevisíveis. O rio forçara uma curva onde se queria reta.

Seguir o fluxo do rio provocou mudanças nas linhas retilíneas do tabuleiro de Pirro. Três quilômetros ao sul do ponto central, a cidade pensada por Pirro encontraria a curva do rio. A princípio, tal curva fora ignorada pelo engenheiro, fazendo com que a parte a ser edificada ficasse a mais de duzentos metros da praia. No entanto, o presidente da província impôs ao projeto que se curvasse ao rio, como forma de incentivo às edificações na cidade⁴⁸. A cidade estendia-se sobre as águas, acompanhava seu fluxo, criava novas margens sobre o rio.

Os rios invisíveis

O escritor moçambicano Mia Couto narra, na introdução do seu livro *E se Obama fosse africano?*⁴⁹, uma pequena história passada em seu país. Conta-nos que,

⁴⁸ Porto, Fernando de F. Rua da Aurora (ou Rua da Frente). In: Porto, F. de F. Alguns nomes antigos do Aracaju. 2ª ed. Aracaju, SE: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2011, p. 79 – 96.

⁴⁹ Couto, Mia. O guardador de rios. In: Couto, M. E se Obama fosse africano? : e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 7-9.

após a independência de Moçambique, o governo criou um programa de registros dos cursos fluviais dos rios daquela localidade. Foram distribuídos formulários de registro por todas as estações hidrológicas, que deveriam ser rigorosamente preenchidos. Era preciso ter conhecimentos sobre o fluxo das águas. Contudo, esse programa foi suspenso devido à guerra civil que se instalara, pouco tempo depois.

Com o final da guerra, o programa foi retomado e muitos acreditavam que tudo recomeçaria do zero. Mas algo surpreendera a todos: em uma das estações hidrológicas, um velho guarda, responsável pelo registro, havia continuado a catalogar os dados. E mesmo findando os formulários, ele grafou a carvão as informações nas paredes do prédio da estação, fazendo do local um imenso livro de pedra.

Talvez, não soubera o velho guarda do encerramento do programa, por conta da guerra. Ou talvez, decidira continuar a missão que lhe foi dada, mesmo em tempos nos quais as esperanças são sufocadas de forma silenciosa e lenta, o velho tivesse mantido o olhar esperançoso de criança, acreditando que as informações colhidas, seriam úteis em um tempo de paz, por vir.

A história do velho guarda surpreendeu e alimentou o sentimento de esperança de Mia Couto. Segundo ele, esse episódio o fizera lembrar a necessidade de dialogar com os invisíveis rios, de perceber que nas margens desses rios há sempre pessoas que, insistentemente, conseguem fazer daquilo que está ao seu redor parede, onde serão grafadas histórias que alimentam os minúsculos sinais de esperança.

Das histórias que contam o rio

Nos anos que antecederam a mudança da capital da Província de Sergipe Del Rey, aqueles que residiam na antiga vila de pescadores podiam avistar, do alto da colina de Santo Antônio do Aracaju, uma movimentação de embarcações nos trapiches construídos numa pequena praia, mais abaixo. Embarcações que abasteciam a Província com mercadorias de outros locais do Brasil Império ou mesmo de outros países. Pelos trapiches também se escoava parte da produção de açúcar produzido por aqui. Além do trânsito de mercadorias, pelos trapiches aportavam histórias. Histórias de outros tempos, de outros espaços pediam passagem e aportavam na pequena vila, que um dia seria cidade⁵⁰.

Os marinheiros traziam consigo histórias de outros cantos. A esses contadores de histórias eram oferecidas as boas-vindas e ouvidos atenciosos, dispostos a saber do que se passa no além mar. Outras histórias se perderam com o vento, caíram no esquecimento ou mesmo preferiram não atracar naqueles simples trapiches, tendo sido arrastadas pelos ciclos das marés e algumas vezes - sabem-se lá se por que acaso - acabavam presas às lamas do mangue ou no fundo do rio.

⁵⁰ Porto, 1991, op. cit.

Veza por outra, essas histórias de outros tempos, ainda se fazem ver e ouvir, mesmo que de forma fugaz, mas que ainda tem a força de provocar abalos por onde se fazem presentes. Histórias que atravessam a cidade de Aracaju, que cortam, que abrem brechas, fissuras e põe em choque o ideal de uma cidade ordenada. Histórias que emergem nos movimentos originários do rio.

Imagens: Águas

Certo dia, uma movimentação atípica em um trecho da Avenida Beira-Mar, chamava a atenção dos que por ali passavam. Agentes de trânsito desviavam o fluxo de veículos, para que máquinas pudessem colocar blocos de concreto no meio da avenida, bloqueando e interditando o trecho que ia do final do calçadão do Bairro 13 de julho até o Iate Clube. Segundo alguns transeuntes e os agentes de trânsito, tal medida se deu devido ao avanço das águas do Rio Sergipe sobre a mureta de proteção, que, segundo eles, separa o rio da cidade. Poucas horas depois, destacava-se em um sítio eletrônico, a notícia de que o avanço das águas ameaçava aquele trecho da avenida, podendo provocar rachaduras no concreto e avanço das águas sobre uma área residencial, causando temor

nas autoridades, responsáveis pela administração da cidade, bem como nos moradores daquela região⁵¹.

No final do dia, uma outra cena podia ser vista no local da interdição da avenida. Naquele instante, as águas do rio estavam muito revoltas e no forte movimento da maré alta, batiam com muita força sobre a mureta de proteção, fazendo jorrar a água salobra e fétida, daquele pedaço do rio, sobre o calçadão e parte do asfalto. Aquele mesmo espaço é utilizado, diariamente, por parte dos moradores da cidade para prática de atividades esportivas. Para aquelas pessoas que circulavam por aquele trecho, a força do bater das águas causava um certo temor no olhar, nos seus corpos.

Certamente um temor por ver aquele que, até pouco tempo, era tido como um dos cartões postais da cidade saltava dos limites impostos pela moldura, invadindo um tempo/espaço que não lhe pertenciam. Afinal as cidades que aparecem nos cartões-postais são feitas para que as louvemos em desfavor da atual, o ideal estaria num tempo já passado⁵². Mas quando a cidade emoldurada resolve invadir, mesmo que em gotejamentos, o que se tem como cidade atual, é preciso que tal fissura seja logo contida.

Entretanto, aparentava-se que além de provocar rachaduras nas áreas sólidas da cidade, o rio intentava algo a mais. Não sabiam os agentes, os transeuntes ou mesmo as autoridades, que tal avanço, que tal agressividade do rio tinha um propósito, que há muito a cidade parecia esquecer. A força com que as águas avançavam sobre o concreto,

⁵¹ Freitas, Adriana; e Susana, Kátia. Trecho da Avenida Beira Mar foi interditado nessa manhã. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=143766>. Acessado em 10 de outubro de 2013.

⁵² Calvino, I. As cidades e a memória 5. In: _____. As cidades invisíveis. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 30-31.

tem como intuito rachá-lo e inundar a urbe com novas e antigas histórias sobre a cidade que nascera do rio. Histórias que tenderiam - não fosse a teimosia das águas - a seguir o curso do rio e desaguar na imensidão do oceano.

Da lama ao caos⁵³...

Da campanha do governador fazia parte, não só a destruição dos mocambos colocados às portas da cidade ou ao lado de suas principais vias de acesso, mas, principalmente, a interdição de que se construíssem novos mocambos. Só se permitia a construção de casas de telhas como aquelas que estavam construindo os Institutos de Previdência e onde iriam morar os operários amparados pela lei⁵⁴.

Os primeiros anos da nova capital não foram tão prósperos como almejava o seu presidente, Inácio Barbosa. Inúmeras dificuldades atingiram aquelas terras, criando

⁵³Science, Chico. Da lama ao caos. In: Chico Science & Nação Zumbi. Álbum Da Lama ao caos. Rio de Janeiro: Chaos, 1994, Faixa 07.

⁵⁴ Castro, Josué. De como os moradores da aldeia teimosa construíram na marra a sua cidade. In: Castro, Josué. Homens e Caranguejos. 2ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1967, p 98 -108.

impasses para que ali se fizesse uma cidade. Apesar das linhas bem traçadas, delineadas e planejadas, a cidade se erguia de forma desordenada, o que ameaçava o aspecto regular do plano de Pirro.

As dificuldades que tomavam a província, no desenvolvimento da nova capital, envolviam: falta de recursos financeiros do governo; quantidade ínfima de mão-de-obra para trabalhar nas obras; a topografia; o pouco interesse na migração das pessoas de outras localidades para residir na capital; e a falta de material de construção de qualidade. Somando-se a isso, um fenômeno que já passara por outras cidades do país, acabou que aportando por terras sergipanas: uma avassaladora epidemia de cólera. Tais fatos possibilitaram que se constituísse um conjunto de mecanismos de saber e poder sobre a cidade, com o intuito de criar estratégias de governo sobre a cidade que permitissem contornar os problemas, direcionando o seu crescimento para o progresso tão sonhado. Começava-se a se formar um modo específico de governo, uma arte de bem governar a cidade. E um dos principais saberes que vai sustentar tal modo de governo, que vai dar-lhe legitimidade, é o saber médico^{vii}.

No âmbito da execução das obras da cidade, o governo provincial enfrentava dificuldades, uma vez que não possuía em caixa, os recursos financeiros suficientes para dar continuidade à capital ideal. Muitas concessões foram feitas aos funcionários públicos, visando incentivar as iniciativas particulares para a construção de residências e áreas comerciais. Ao mesmo tempo, o governo cobrava dos grandes capitalistas, sobretudo os proprietários de terras, os aristocratas da região, que investissem na cidade. Mas poucos aceitaram e investiram. Havia uma grande desconfiança, não sabiam se a

nova capital fincaria seus alicerces ou se estaria fadada a chafurdar na lama. Sendo esse um dos motivos da baixa taxa de migração para a capital, juntamente, com o custo elevado de investimento para ali realizar qualquer tipo de obra.

Já para aqueles que decidiram investir, junto com o governo, outros problemas surgiram. Em primeiro lugar, o tipo de trabalho vigente na época era estritamente o da mão-de-obra dos negros escravizados. A maioria deles estava nas atividades ligadas à cana-de-açúcar. Poucos na cidade, como os negros já alforriados que migraram para as terras do Aracaju em busca de oportunidades nas frentes de trabalho das construções. E incluindo a essa baixa quantidade, os que se aventuravam nas construções, não eram dotados de muita experiência, não eram capazes de interpretar ou seguir o que estava disposto nas plantas das casas.

Em segundo lugar, existia uma enorme dificuldade em conseguir, na região, material de construção de qualidade. Isso ocasionou em edificações que muito se assemelhavam aos modelos já existentes em outras cidades da província, isto é, casas de taipa, caiadas, de paredes lisas e unidas as dos seus vizinhos. E por conta da falta de material adequado, usava-se aquilo que estava à disposição no entorno da cidade que insistia em se erguer. Algumas obras fizeram uso de barros retirados dos locais próximos às margens do rio Sergipe, o que não seria muito problema, a não ser porque tais pontos de coleta, já haviam sido parte do fundo do mangue que existia anteriormente, assim a lama era formada a partir de água salobra e era rica em matéria orgânica. Devido a essas características, as paredes erguidas com esse material, não resistiram por muito tempo e não demoraram a se dissolver.

Concomitantemente aos problemas enfrentados nas construções, a Província de Sergipe Del Rey estava sendo assolada por uma epidemia de cólera, que vinha se alastrando da região sul em direção às outras cidades. Visando conter o avanço, o governo da província ordenou o fechamento dos seus portos e pôs em quarentena as embarcações que por aqui aportavam e que tinha origem de regiões afetadas pela doença⁵⁵. Mas nada adiantou, pois a epidemia se disseminou por vias terrestres, chegando até a capital. Em 3 meses de epidemia, cerca de 30 mil pessoas morreram em toda a província, que aquela época tinha uma população aproximada de 200 mil habitantes. Na cidade de Aracaju, a cólera vitimou 142 pessoas.

Diante de tal tragédia que assolava a província, o governo decidiu agir e pôs na ordem principal de suas ações o compromisso com a saúde pública, sustentando-as a partir de um saber médico. Formaram-se juntas médicas que passaram a ser responsáveis por regiões específicas da província, entre elas Aracaju. Na capital, o governo encomendou uma análise das suas condições de salubridade. Os médicos Guilherme Pereira e Pedro Autran realizaram um estudo minucioso e em seu relatório conclusivo destacaram que:

A natureza do terreno do Aracaju favorece singularmente o desenvolvimento de febres intermitentes e de outras moléstias... Desnecessário é agitar a questão se as febres intermitentes no Aracaju são devidas aos miasmas dos pântanos conduzidos dos lugares fronteiros para o Aracaju pelas correntes dos ventos. É muito natural que os ventos leste, lesueste e nordeste acarrem sobre Aracaju miasmas desprendidos dos pântanos e charcos, que ficam

⁵⁵ Fechar os portos foi uma medida muito cara à província, uma vez que resultou no isolamento da mesma em relação a outras localidades, como também prejudicial para o abastecimento local. Ao mesmo tempo, tal medida não conseguiu impedir a chegada da cólera, que acabou chegando por vias terrestres. (Santana, 2005).

debaixo dos mesmos ventos; mas independente d'esta circunstância existe no próprio Aracaju os elementos necessários ao desenvolvimento das febres intermitentes.⁵⁶

Era preciso organizar a cidade, ordenar o espaço urbano sob a sustentação de um saber científico: a medicina. Pautados pela teoria miasmática de transmissão de doenças⁵⁷, a junta médica traçou os pontos de risco da capital e determinou o que deveria ser feito para enfrentá-los. Matadouros, trapiches, alambiques, cemitérios e curtumes não poderiam mais estar alojados no centro da cidade, devendo deslocar-se para os limites da área urbana. Pântanos, alagadiços e lagoas deveriam ser aterrados. Era preciso garantir a circulação, sem obstáculos, do ar, para que carregassem os miasmas para longe das pessoas. Isso levou ao incentivo para abertura de novas ruas e avenidas, para facilitar não somente a circulação do ar, como também das pessoas. Casas de taipa ou pouco ventiladas deveriam ser proibidas e aquelas já construídas, derrubadas. O governo deveria estabelecer medidas para a limpeza das vias urbanas, não deixando acumular lixo nas ruas. As fontes de água para o consumo humano não poderiam mais ser usadas para banhos de pessoas ou mesmo banhar animais⁵⁸.

⁵⁶ Sobrinho apud Santana, 2005. Santana, Antônio S. As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: 2005.

⁵⁷ Sobre os Miasmas, Machado (1978) cita que a crença era que corpúsculos muito pequenos, que se forem absorvidos pelo sangue, produzem efeitos nocivos; ou como partículas orgânicas que estão dissolvidas nos vapores aquosos, por exemplo, dos pântanos, e que quando dissipados no ar, contaminavam as pessoas; o miasma como aquilo que carrega o princípio de algo que é nocivo à saúde.

⁵⁸ No ano de 1856, o presidente da província Salvador Corrêa mandou abrir três fontes de água de beber em Aracaju e instalou nelas bombas hidráulicas, com o intuito de diminuir a contaminação da água. Ao mesmo tempo, Salvador solicitou que amostras das águas das fontes fossem enviadas à Província da Bahia para que fossem feitas análises da qualidade das águas. O resultado apontou que a água

Visando garantir o cumprimento dessas prerrogativas médicas, para a existência de uma cidade salubre, bem como para regular as edificações na cidade, a Câmara Municipal aprovou a Resolução nº 458, de 03 de setembro de 1856, que dispunha sobre o Código de Posturas de Aracaju. Nele estavam dispostas as exigências mínimas a serem cumpridas em qualquer construção que fosse erguida dentro do quadrado de Pirro. Entre as exigências estavam as dimensões das portas, janelas, construção de calçadas, etc.; os que não cumprissem, sofreriam sanções que iam de multa até prisões⁵⁹.

O código trazia também exigências e proibições sobre os modos das pessoas se portarem na cidade. Os modos de se vestir, andar, falar e ocupar o espaço urbano estavam bem descritos. Não era permitido que indivíduos deitassem em cacimbas ou nas fontes, para que não corrompessem a água; frequentar as praias ou o rio para banhar-se durante o dia, a não ser que estivesse vestido de maneira que não ofendesse à moral pública; outra proibição dizia do não poder gritar pelas ruas, sem que fosse necessário; e existia uma maneira decente e exigida para trajar-se nas ruas da cidade, vilas e/ou povoados da província.

As exigências estavam postas. A “cidade livre” estabelecia a maneira de como se deveria viver tal liberdade. Àqueles que não obedecessem, havia punições determinadas.

consumida na capital era de péssima qualidade. A partir dessa constatação, o governo decide que era necessário implementar ações definitivas para contornar esse problema da água. No ano de 1858, o governo decidiu contratar uma empresa para efetuar o abastecimento de água na capital, tendo também, a empresa, a responsabilidade de efetuar toda a canalização para implantação dos chafarizes. No entanto, a empresa vencedora não conseguiu honrar os compromissos firmados. Outra ganhou a concessão e também não obteve êxito. A água encanada só virou realidade em Aracaju, 50 anos depois, em 1908. (Santana, 2005).

⁵⁹ Porto, 1991, op. cit.

Aos que não tinham condições de seguir tais regras, só lhes restavam buscar alternativas. As exigências para a construção aumentaram, consideravelmente, os custos de viver dentro do tabuleiro. Para os que não podiam arcar com os custos, só restava pular fora do quadrado, indo para regiões aonde o código não chegava. Ao norte do tabuleiro, desenvolveram-se de forma irregular, arruamentos de casas e casebres, de todos os tamanhos e tipos.

Tal acontecimento, juntamente com a necessidade de se construir uma cidade moderna, que fosse espaço propício para o funcionamento econômico e político da província, fizeram com que algo novo começasse a despontar, em meio às práticas coloniais de gestão do território. Uma nova arte de governar, que atravessou o oceano, encontrara um território fértil para se desenvolver e já lançava suas linhas, visando aportar por terras sergipanas, na cidade que nascera para ser livre.

Essas histórias que atravessam a cidade de Aracaju, cheias de lama e que carregam os sedimentos do rio e do mangue, cortam aquela região. Porém, poucos são os que podem ouvi-las, lê-las, pois outro tipo de história, tida como oficial teima em nos contar uma versão asséptica, sem lama, sem cortes, sem fissuras. Uma versão na qual a relação conflituosa entre mangue-rio e cidade, que se arrasta desde meados do século

XIX, estaria superada, graças ao modelo racional de cidade aplicado, rigorosamente, ao longo desses 160 anos de Aracaju.

Histórias que têm por função acalmar, por nos mostrar que por meio de grandes feitos dos nobres da época, como as obras de urbanização que venceram as tortuosidades da topografia da região, a cidade ganhou robustez, durabilidade em seu projeto e uma força capaz de superar quaisquer que fossem as intempéries a que viesse assolá-la. Tal como uma cidade romana⁶⁰, ela está ali, firme, inerte e esplêndida.

No manguezal - tipo de ecossistema característico das regiões de estuários, altamente rico, fértil e diversificado, sua fauna e flora conseguem viver em um ambiente composto de água salobra, terra frouxa, fétida e constantemente alagada – aquilo que fica incrustado em suas lamas é rapidamente absorvido, seus galhos rugosos e o emaranhado de raízes perfurantes, daquela vegetação, agem tal como um polvo, utilizando-se de seus inúmeros tentáculos para perfurar a pele e penetrar profundamente até a carne, fazendo do corpo perdido, parte do mangue⁶¹.

Em cidades cortadas por manguezais, é comum que estes espaços atraiam, seja pelo próprio movimento das marés, seja pelo descarte proposital, ou mesmo devido a sua grande abundância de alimentos, aquilo que na cidade é tratado como descartado, sem lugar, sem fama, infame: lixos, esgotos, fezes, corpos sem luz, pescadores, sem tetos, etc.

⁶⁰ Segundo Sennett (2006, p. 83), na Roma do Imperador Adriano, a arquitetura da cidade, seus monumentos e imagens traziam consigo o aspecto contínuo, duradouro e imutável, repetindo o mesmo trajeto das narrativas épicas e gloriosas sobre Roma, que supera entraves, desastres em favor da prosperidade. Roma permanecia inerte e esplêndida. Uma cidade duradoura, sem rachaduras, que não sofre com as intempéries, sendo isso símbolo de segurança.

⁶¹ Castro, 1967, op. cit.

Ao caírem no mangue, não são desprezados e passam a servir como alimento para aquele espaço. Peixes, caranguejos, pássaros e homens, todos que vivem do mangue, devoram aquilo que nele está. Em alguns, momentos devoram a si próprios, afinal também são mangue.

Mas os mangues não absorvem somente aquilo que vem pela água. Através de seus pneumatóforos, absorvem aquilo que também é trazido pelo ar. Tais como antenas parabólicas fincadas na lama, estas raízes buscam captar os sons, as vibrações, as histórias que vêm das inúmeras partes da cidade⁶². Tudo aquilo que é tragado pelo mangue, é digerido e se transforma em adubo, em alimento para as mais variadas espécies que ali habitam e que em algum momento adentrarão, de forma forçada ou capturada, aqueles espaços do qual foram expurgadas.

As histórias trazidas pelos movimentos das marés, como também aquelas captadas pelas raízes-parabólicas, passam pelo mesmo processo. E em algum momento, o mangue irá devolver, ao sabor do ar e das águas, aquilo que fora processado, sobre outra forma, da qual não se sabe o nome, somente pode-se captar a sua força. Força de querer adentrar, penetrar, embrenhar-se pelos contornos da cidade tabular. Esta que apesar de ter crescido no e do mangue é, a todo o momento, afastada a todo custo da lama, por aqueles que se intitularam seus detentores.

Enganam-se eles, pois os mangues foram os primogênitos dessa terra, dos seus movimentos originários. Eles vieram com as primeiras águas do rio, que desciam

⁶² Science, Chico. Antene-se. In: Chico Science & Nação Zumbi. Álbum Da Lama ao caos. Rio de Janeiro: Chaos, 1994, Faixa 10.

ferozmente ao encontro do mar. Dessa luta constante entre o rio e o mar, os materiais carregados junto aos mangues ocuparam as margens e edificaram-se, de forma silenciosa, contínua e progressiva⁶³. O mangue não para de se transformar, aproveita-se daquilo que busca destruí-lo e dele se faz outro mangue, fazendo proliferar sua vegetação, ocupando novos espaços, fazendo surgir uma porção de terra, onde antes nada se avistava e se preciso for ele reclamará aquilo que lhe fora roubado, com toda força que não só do rio e nem é só do mar, mas do encontro destes, formando algo que nem é doce, nem salgado, salobro: Rio-Mar.

Com a força do Rio-Mar, o mangue joga seus braços sobre a cidade, provocando fissuras no concreto, deixando seus vestígios de lama pelas bocas de lobo⁶⁴ e bueiros entreabertos, ou mesmo fazendo com que seu cheiro fétido, levado pelo ar, faça-se presente na vida que passa. Sua presença, logo notada, é tida como ameaçadora, não se sabe o que essas fissuras, que rompem a suposta camada impermeável do concreto e do asfalto, podem provocar. Poderiam elas provocar desvios por entre as ruas e caminhos da cidade que se queria encerrada nos limites fronteiraços do tabuleiro? O que esses vestígios e fissuras têm a nos dizer sobre a cidade de Aracaju? De que forma podemos contar essas histórias de um presente ameaçado?

⁶³ Castro, 1967. op. cit.

⁶⁴ Boca de lobo é conhecida em Aracaju como o espaço aberto aos pés da calçada, junto ao meio fio e que serve para o escoamento da água para a rede de esgoto. Em outros locais também são conhecidas como um tipo específico de tampa ou grade para bueiros, tendo geralmente formato retangular ou arredondado, sendo vazado ou não.

Experiência e Narração

Instigado por encontrar vestígios de lama, que vez ou outra, teimam em saltar sobre a cidade, um jovem pesquisador decidira por se arriscar por entre as ruas tabulares da cidade de Aracaju, em busca dos mesmos. Não parecia tarefa fácil, propor-se ao risco de andar numa cidade tão familiar. Afinal, o risco pressupõe o erro e a perda, tanto quanto o ganho e o acerto. Como então se perder, tornar-se errático num local que lhe é familiar? Como fugir da prisão da identidade e da razão?⁶⁵ Diz-nos Walter Benjamin, que perder-se numa cidade, tal como nos perdemos numa floresta, é uma atividade que requer aprendizado, que requer instrução⁶⁶. Era preciso que o jovem pesquisador aprendesse sobre como perder as referências familiares, sobre como adentrar no desconhecido, adentrar a experiência do risco, do choque.

Por certo, assumir tal característica errática e arriscada, pressupõe uma concepção de cidade, que difere daquela idealizada nas pranchetas e traçados de Sebastião Pirro. Difere da ideia da cidade cartesiana, vista como não contingencial, a-

⁶⁵ Gagnebin, 1996, op. cit.

⁶⁶ Benjamin, W. Tiergarten. In: _____. *Imagens de Pensamento*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p. 82-83.

história, cujo traçado modelar, feito pela razão universal e solitária de um só arquiteto, se constitui como espaço no qual não é possível, a quem quer que seja, perder-se⁶⁷.

Parte-se da ideia de que outra forma de conceber e narrar a cidade é possível. Contudo, tal concepção e narrativa só podem ser forjadas, na medida em que aquele que se dispõe à postura errática está se dispondo a outras formas de experienciar a urbe. Experiências que o afastam do que lhe é familiar e o põe em contato com uma cidade como espaço repleto de conflitos, como um território do diverso, espaço heterotópico, no qual outros espaços, distintos entre si, se justapõem; local onde a vida insiste em se reinventar como diferença em sua intensidade. Espaço desconhecido, ao qual fazia do jovem pesquisador, um forasteiro.

Em seu ensaio intitulado *Experiência e Pobreza*⁶⁸, Benjamin nos fala de um tipo de experiência que se encontrava em decadência, do início do século XX. A experiência é descrita por Benjamin como formas de sabedoria que são tecidas ao longo da vida e que, em determinados momentos são transmitidas através narrativas orais, escritas, por meio de cantigas de roda, etc. Experiência que se dá numa temporalidade comum a várias gerações, uma tradição compartilhada, sempre retomada e transmitida de pai para filho. Uma tradição que desemboca numa prática comum, na formação válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade.

⁶⁷ Benjamin, W. Experiência e Pobreza. In: Benjamin, W. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 114-119.

⁶⁸ Benjamin, 1994b, op. cit.

Neste ensaio, ele denuncia a perda de força desse tipo atividade, destacando que por volta do começo do século XX, a experiência começa a entrar em declínio. As experiências dos que estiveram nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial tornaram-se incomunicáveis. Os livros que contavam a história dessa época não carregavam consigo relatos transmitidos oralmente pelos que estiveram no front de batalha. A decadência ou empobrecimento da experiência se deu por conta da sujeição do indivíduo às forças impessoais e intensas da técnica, que transformam nossas vidas a todo instante, impedindo-nos de captar tais mudanças e falar sobre elas.

Essa condição de impedimento da fala, do narrar sobre as experiências, leva a Benjamin a retomar a discussão sobre essa questão, problematizando também a decadência das narrativas como forma de transmissão de experiências. No ensaio *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*⁶⁹, Benjamin trata a narrativa como a capacidade de se intercambiar experiências. Seria a experiência transmitida de pessoa para a pessoa a fonte, de onde buscam inspiração os narradores. A narrativa era encarada como uma forma específica e positiva de se transmitir saberes, de se dar conselhos ou até de impor certa autoridade em determinados assuntos e que acabou entrando em declínio em favor de uma forma única e que gera um conforto aos corpos.

Entretanto, como destaca Benjamin, o declínio das experiências tem como efeito o empobrecimento da capacidade narrativa. Ele cita alguns indícios para essa situação, como o florescimento do romance no período moderno e seu tipo de prosa que

⁶⁹ Benjamin, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994c, 197-221.

não é fruto da tradição oral, que tem como origem a solidão do indivíduo e não é advinda das experiências de quem escreve. Ou mesmo, atrelada ao advento da sociedade burguesa, a consolidação de um tipo de comunicação, já presente em outros tempos, de verificação imediata, compreensível em si mesma e que traz consigo as explicações sobre determinados fatos, tratava-se da informação.

Ao que Benjamin contrapõe as características da narrativa. Em tal prática, o narrador retira das experiências aquilo que ele conta, sendo que o fato narrado é incorporado às experiências daqueles que as ouvem. E cabe aqui, destaque à afirmação de Benjamin de que parte da arte de narrar está em evitar explicações. Não há uma intenção para que aquilo que é narrado traduza, literalmente e da forma mais pura possível, a coisa narrada, tal como na informação. Como também não há intenção de que as narrativas tragam uma marca explícita que prendam-na à figura do narrador. Há uma renúncia às análises psicológicas e isso se configura, para as narrativas, como algo que lhe permite ser mais facilmente memorizada. Quanto mais natural seja a narrativa, mais facilmente a história contada será apreendida por aquele que a ouve ou a lê. E este assimilará a sua própria experiência e à vontade de transmiti-la a outrem.

Esta, talvez, seja uma das questões primordiais para esse trabalho. Tomar a narrativa como um tipo de prática que nos permite transmitir experiências. Um tipo de comunicação que não pressupõe explicações já dadas, mas que permita àquele que as ouve ou lê, tomá-las também como experiências, assimilá-las as experiências próprias e poder, a partir delas, transmitir a outrem. Experiências que desencaminham o presente, que nos desprende de nós mesmos e da qual saímos transformados, nunca os mesmos.

Que as histórias contadas sobre Aracaju, possam continuar a ser contadas, que outros possam tecer novas histórias, sobre outras cidades, ao passo em que escutam as experiências narradas.

Porém, é preciso ressaltar que Benjamin não demonstra, nesses dois ensaios em que trata do declínio da experiência e da narrativa, um tom saudosista, nostálgico. Ele acusa o empobrecimento dessas práticas, frente às mudanças, transformações no modo de vida que emergia com a sociedade moderna. A preocupação e o problema do pensador alemão eram outras.

Gagnebin dedica um dos capítulos – *Não contar mais?* - do seu livro *História e Narração em Walter Benjamin*⁷⁰ ao tema do declínio, empobrecimento da narrativa e da experiência. Segundo ela os dois textos de Benjamin são contemporâneos, paralelos, com certa semelhança, mas que chegam a conclusões divergentes. Ela toma essas divergências como ponto de reflexão. Enquanto em *Experiência e Pobreza* Benjamin trata do esfacelamento da narrativa tradicional em múltiplas narrativas independentes, objetivas e irreverentes; em *O Narrador* o tema não é sobre a harmonia perdida, mas o de identificar uma tarefa atual do narrador.

O que Benjamin traz, segundo Gagnebin, é que essa nova conjuntura da narração-experiência aponta para uma outra forma de contar histórias, de como as coisas devem ser ditas, diferente da acepção tradicional. Diante da pobreza de experiência, Benjamin propõe um conceito novo e positivo de barbárie⁷¹. Segundo ele, seria por essa

⁷⁰ Gagnebin, 2009 *op. cit.*, p. 55-72

⁷¹ Benjamin, 1994b *op. cit.*

barbárie que nos arriscaríamos a construir outras formas de experiência e, conseqüentemente, de narrativas, que se fazem nesses momentos de empobrecimento. Encarar tal declínio de frente e, ao mesmo tempo, buscar nessas condições construir, a partir delas, outras formas de experiência.

O problema que se coloca é o de como sustentar uma atividade de narrar que preserve a irredutibilidade do passado, tido como inacabado, preservando também a imprevisibilidade do presente, que afirme o movimento paradoxal da restauração e abertura do conceito de origem.

Benjamin não bate o martelo para marcar de vez a extinção da experiência e da narrativa. Trata-se de uma destruição efetiva, mas jamais fechada. Sendo vista como um processo. Mesmo que estejamos em momentos difíceis, de declínios da experiência e do ato de narrar, que façamos destes declínios também experiência. Então a experiência e a narrativa não se destroem, mesmo que vivenciando condições mínimas de vida, a situações de clandestinidade, a uma vida infame de insignificantes lampejos noturnos⁷².

Ao que retomo o que fora dito um pouco antes. As narrativas que forjam e concebem uma outra forma de pensar a cidade, só podem se dar a partir de experiências erráticas na urbe. Tais experiências também se encontram em declínio. Cada vez mais as formas de transitar pelas ruas, avenidas e espaços públicos se assentam em formas de orientação pré-definida, sempre no sentido da via, com ponto de partida e chegada conhecido. Não à toa o uso de aparelhos que indicam a posição geográfica via satélite, os

⁷² Didi-Huberman, G. *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 121.

GPS, que indicam as melhores rotas de deslocamento, estão em ascensão, presentes em todos os *smartphones* atuais. Perder-se pela cidade é encarado como sinal de perigo. Perder-se na cidade tornou-se algo raro.

Aposta-se nas experiências erráticas. Erráticas, visto que não se busca experiências que tragam explicações já prontas sobre a cidade, mas que apontem para desvios, brechas que permita tangenciar essa cidade veiculada nos outdoors, congelada nos cartões postais, de espaços pacificados, que escondem as tensões e conflitos inerentes à cidade, buscando anestesiar os atos de experienciar a urbe na sua diversidade. Experiências do erro, do risco, do choque^{viii}.

Experiência como algo do qual se sai transformado, nunca se sai o mesmo. Uma experiência que não é somente daquele que a narra, não se trata de uma prática individualizada, senão coletiva, que deve permitir que outros possam sentir seus efeitos. Serve também como fagulha para novas experiências inquietantes e transformadoras. Assim, assumir a condição de errante forasteiro, em sua própria cidade, apresentou-se como condição necessária para que essas experiências desencaminhadoras, pudessem se efetivar como forma de estabelecer uma relação com um cotidiano da urbe permeado por tensões, conflitos e insurgências das imagens advindas do rio e do mangue. É a esse tipo de experiência que se aposta, nesse trabalho.

Sair às ruas se constitui como um risco. Ainda mais quando se abre mão de qualquer que seja os meios de orientação oficial. Sem GPS, mapas ou bússolas. Orientar-se pelo soprar do vento, que traz os odores exalados pelo mangue, ou mesmo pelo ciclo das marés, que apesar de apresentarem constância, ao longo do dia, as águas,

que fazem encher e secar o leito do rio, nunca são as mesmas. Orientar-se atento àquilo que lhe pareça atípico, monstruoso, anormal, que lhe incomode, inquiete. Orientar-se pelo choque.

Errâncias

O errante forasteiro decidira que já era hora de aventurar-se pelas ruas e avenidas da cidade tabular. Sob a instrução de que tal aventura dar-se-ia em ritmo diferente daquele, que costumeiramente, toma a cidade, nas primeiras horas da manhã. Ritmo acelerado, do vai-e-vem das pessoas, seja nos seus carros, ou nos ônibus ou mesmo a pé, como que não houvesse tempo a perder. Esta seria, então, a instrução: deixar-se perder no tempo e pelo espaço da cidade. Traçar um caminho, de acordo com o fluxo do vento e seguir, em busca dos vestígios e fragmentos de outros tempos, que emergem na urbe, e com sua característica inquietante, permite desvios nos traçados tabulares e abre brechas para novas narrativas sobre a cidade.

A princípio ele tomara como percurso o trajeto da cidade que beira ao rio. Tal decisão não foi por acaso, afinal em meio aos escritos sobre a história de Aracaju, um dos relatos, sempre presentes, destaca que no processo de desenvolvimento e construção da nova capital, os responsáveis pelo projeto e pela obra decidiram que a cidade que se erguia deveria seguir o curso do rio – afinal era dele que vinha o sustento para dali se

fazer cidade –, o que veio a gerar uma curva inesperada nos traçados retilíneos do tabuleiro de xadrez. Seguiria, então, pela Rua da Frente. Rua que vai do Mercado Central, em sua face norte, até o ponto onde o rio faz a curva, em sua face sul, próximo ao Iate Clube.

A Rua da Frente já foi nomeada como Rua da Aurora, ao que dizem que esse nome se deu por ser o espaço da nova cidade que recebia os primeiros raios do nascer do sol⁷³. Atualmente é, oficialmente, Avenida Rio Branco. Porém, desde o final do século XIX, é comumente conhecida como Rua da Frente. Tal nome se dá pela posição ocupada, de frente para uma das fortes razões da escolha daquelas terras alagadiças para ser capital: o Rio Sergipe.

Trata-se da primeira rua traçada no Plano de Pirro. Ela se configura como local com grande importância na história de Aracaju. Por estar de frente ao rio, ela figurou como ponto comercial, político e habitacional, sendo muito disputada. Nela se estabeleceram a feira e o mercado municipal, grandes lojas da época, a Assembleia Legislativa, a Alfândega, trapiches, os pontos de convívio social, como bares, cinemas, teatros, dentre outros.

A Rua da Frente presenciou muitas das transformações urbanas da cidade, ela pode ouvir e ver as suas histórias. A chegada das embarcações com suas mercadorias e também com suas histórias de outros tempos e espaços; presenciou as tentativas bem e mal sucedidas de enfileiramento ao mangue e rio, no processo de construção da cidade; foi testemunha das pestes que assolaram a recente capital, dizimando milhares de seus

⁷³ Porto, 2011, *op. cit.*, p. 79-96.

habitantes; viu o tabuleiro ganhar forma, através da consolidação dos primeiros quarteirões, da construção das primeiras residências, sobrados, prédios públicos e comerciais, as primeiras formas de transporte urbano (bondes à tração animal e o elétrico), e as mais atuais (marinetes e ônibus); viu seu então traçado retilíneo, ser curvado, para assim acompanhar o trajeto do rio. Uma rua carregada de histórias, que até hoje acompanha as confusões diárias que emergem no ir e vir das pessoas.

A Rua da Frente, como qualquer outra rua, não pode ser somente encarada como uma via aberta, uma artéria, para ligar um ponto a outro. João do Rio⁷⁴ já assinalara que a rua deve ser vista como algo vivo, por isso dinâmico, como algo que possui uma alma. Um cobertor das mazelas, espaço que transfigura os termos, as significações. A rua nasce do espasmo, do fazer humano. Não se sabe o porquê nascem. Sabe-se que em meio a fluxos diversos, de um aterrar de pântano ou roçar do mato, de um quase nada, se faz a rua e nela se criam diversos tipos de almas: as trágicas, as nobres, as velhas, as infames. Rua lugar da diversidade, local do perigo. Cada rua com a sua história, seus acontecimentos, em cada rua uma cidade diferente. Para compreendê-la, é preciso ter alma vagabunda, ser dotado de curiosidade e deixar-se levar, sair a esmo, seguir os diversos fluxos que cortam as ruas.

Tomado desse espírito, o forasteiro saíra a caminhar pela Rua da Frente, seguindo o rio desde o Mercado Central, para além de onde ele faz a curva ou onde a cidade se curva ao rio.

⁷⁴ Rio, João do. A rua. In: _____. A alma encantadora das ruas: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 28-52.

Nas primeiras andanças, por esse percurso, pouco se via. Não se avistavam as embarcações de outrora, suas mercadorias e histórias. A serviço da cidade, o rio apenas aparenta observar aquelas pequenas embarcações fluviais onomatopeicas, que apenas transportam passageiros, entre a cidade de Aracaju e a cidade da Barra dos Coqueiros, que ocupa a outra margem, numa constante que se repete *tótótótó tótótótó tótótótó*⁷⁵; aparenta observar os poucos pescadores, em pequenas canoas, que teimam em jogar suas tarrafas em busca de peixes ou mariscos; aparenta observar aquilo que a cidade, diariamente, despeja em suas margens e leitos: dejetos, corpos, histórias perdidas ou esquecidas; aparenta observar novas obras, que lhe tomam espaços, que avançam com suas margens fixas de concreto.

Diz o dito popular que as aparências enganam. Apesar disso, seguir o curso do rio, observar a vida na urbe nesse percurso, levantava a suspeita se ainda seria possível encontrar e apreender os vestígios, fragmentos de lama, imagens do mangue, nos quais estariam conservados as forças capazes de provocar inquietações, conflitos e temores, tal qual ocorrera nos primeiros anos de construção da cidade. Teriam esses vestígios sucumbidos às forças normatizadoras dos traçados racionais e ordenados da cidade tabular, ao concreto jogado sobre si? E junto com esses vestígios originários, teria sucumbido o poder da crítica sob esses traçados? Tal como Pasolini⁷⁶ acreditava que os

⁷⁵ O Tototó é um barco feita em madeira movido a motor. Ganhou esse nome devido ao som característico produzido pelo motor. Por muitos anos ele foi responsável pela travessia de pessoas entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros (cidade que fica na margem oposta à Aracaju). Mas, no ano 2006, houve uma queda considerável da travessia de pessoas, devido à construção de uma ponte que liga os dois municípios, facilitando o acesso terrestre entre eles.

⁷⁶ Tomo aqui a discussão feita por Didi-Huberman (2011) no ensaio *A sobrevivência dos Vagalumes*. Neste ensaio, Didi-Huberman traz como problema a sobrevivência das imagens, em suas

holofotes do fascismo teriam extinguido, para sempre, a dança dos vagalumes, teria a cidade cartão-postal conseguido congelar a vida num tempo homogêneo e vazio? Seria o fim das imagens?

O menino e as bicicletas azuis

Certo dia, já próximo ao meio dia, ao final de uma das experiências erráticas pelo caminho do rio, o forasteiro já cansado, afinal aqueles eram dias de verão, poucas nuvens, céu azul e um calor intenso. A sede lhe obrigava a descansar. Sentou-se em uma das mesas de bar, que fica na área dos mercados centrais. Escolhera uma mesa com vista para o rio, não queria perdê-lo de vista, talvez com receio de que em algum momento de distração pudesse perder o saltar das imagens lamacentas sobre a cidade. Para aplacar o calor e a sede que o acometia, pediu uma cerveja bem gelada. Ao seu redor, pessoas que circulavam para dentro e fora dos mercados, eram turistas, consumidores, feirantes e transeuntes. Eis que um pequeno garoto lhe chamou atenção.

Um pequeno garoto, de pele negra, que aparentava seus oito a nove anos, divertia-se com uma bicicleta azul. Poderia não ser nada muito estranho de se observar,

intensidades como forças capazes de provocar abalos no presente, frente aos holofotes de um tipo de poder que sufoca e limita a vida. O pensador francês utiliza-se como disparador para este ensaio, questionamentos do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini quanto ao desaparecimento dos vagalumes na Itália. Uma discussão mais ampliada sobre esse ensaio será feita mais a frente.

aparentemente, em qualquer outro local. Não fosse o fato de a diversão se dar com uma bicicleta parada, presa a um totem de um sistema, recente, de aluguel de bicicletas.

Trata-se do projeto *Caju Bike*. Projeto feito por meio de parceria entre o poder público municipal e algumas empresas, para, como diz em seu site, induzir o uso da bicicleta como um modal de transporte público, incentivar aos aracajuanos a adoção de um tipo de vida mais saudável e uma forma mais ecológica e sustentável de ocupar e se mover pela cidade. A cidade já conta com umas 20 estações devidamente instaladas e sinalizadas em um mapa disposto na estação, principalmente na região central e parte nobre da zona sul da cidade.

Vangloriam-se os gestores públicos com sucesso do projeto. Em quase dois anos foram contabilizadas mais 114.000 usos das bicicletas⁷⁷. Mas, o uso desse sistema não contemplava a todos os moradores da cidade. É preciso que, primeiro, o interessado tenha um celular do tipo smartphone com acesso a internet, para que por meio desse aparelho possa fazer o download do aplicativo específico do projeto. Feito o download, faz-se um cadastro com informações dos dados pessoais do futuro usuário e para finalizar, era preciso ter um cartão de crédito, com o qual seria pago o valor de R\$ 10,00 para o acesso as bicicletas por um mês. Tudo feito de forma virtual, bastando inserir os dados do cartão de crédito, confirmar a compra e tornar-se usuário do serviço.

Tal qual ocorre com os diversos espaços e modos atuais de estar na cidade, as formas de circular, de se mover também são, cada vez mais, alvo da razão econômica de estado, que incide a todo o momento sobre a urbe. Apesar de ter pago pelo serviço, o

⁷⁷ Dados retirados do sítio do projeto, Disponível em: <http://www.cajubike.com/>.

usuário não pode sair pedalando a esmo e por tempo indeterminado com uma das bicicletas. Há um horário para o uso, começando às 6h da manhã e encerrando às 22h da noite. Para retirar a bicicleta desejada, através do aplicativo do celular, o usuário tem um limite de 60 minutos para pedalar e devolver a bicicleta em qualquer uma das estações instaladas. Caso isso não ocorra, o sistema que controla o acesso às bicicletas, começará, a cada 30 minutos excedente, a tarifar R\$ 5,00 diretamente na conta de cartão de crédito. Desse modo, há um tempo e espaço delimitado que se deve percorrer, o controle fica por conta de um dispositivo virtual. A cada retirada e/ou devolução, marca-se o lugar onde se está. Um tipo de circulação, na qual a posição, o tempo de deslocamento e o espaço percorrido estariam devidamente controlados. Concreto e asfalto forçam a ocultação de uma cidade que se constituiu das forças intempestivas e sem nome do rio e da lama. Normatizam-se as formas de percorrê-la, para que não sejamos capazes de ver aquilo que insiste, mesmo que por um pequeno instante, provocar pequenas, mas tumultuosas, rachaduras.

Entre um gole e outro de cerveja, não conseguia parar de observar o menino, em sua brincadeira imaginária com a bicicleta azul. Lembrou-se que outro dia, enquanto estava em uma praça, não muito longe dali, sentado em um banco próximo a um dos totens, fora abordado por um casal, de ares simples, que lhe perguntaram se saberia como eles poderiam utilizar aquelas bicicletas azuis, que sempre apareciam nas propagandas da tevê como sendo uma das novas formas de se transitar pela cidade. Ao explicar todo o procedimento e da necessidade de terem um celular, tipo smartphone e cartão de crédito, um leve sorriso decepcionante saltou em suas faces. Agradeceram a

informação e seguiram seus caminhos, rindo um riso de ironia ou decepção, como que soubessem que há coisas da vida na cidade que não são para todos.

Deu o último gole de cerveja, já era hora de partir, tornar a errar. Chamou a garçonete, pagou pela bebida e se foi. Já o garoto, continuava brincando com aquela bicicleta imóvel, imaginando suas aventuras diante da magrela azul.

Imagens: vaga-lumes

Em seu ensaio *Sobrevivência dos Vaga-lumes*, Didi-Huberman⁷⁸ nos traz uma discussão sobre a questão das imagens tomando como ponto de análise algumas indagações feitas pelo cineasta italiano Pier Paolo Pasolini, quanto ao desaparecimento dos vaga-lumes. Segundo Huberman, Pasolini toma a imagem dos vaga-lumes para retratar um tipo de realidade que envolvia o povo italiano – que pode ser muito bem pensada com povos de outros países – que estaria em vias de desaparecer.

Huberman nos apresenta dois momentos nos quais Pasolini cita a figura dos vaga-lumes: 1. Momento de sua juventude, pelos anos 40, na qual ele presenciara e se encantara com diversos vaga-lumes, que cortavam a noite, por entre os arbustos, como pequenos e cintilantes fachos de fogo; 2. Momento de sua idade adulta, no ano de 1975, quando escreve um artigo para um jornal italiano no qual relata a morte dos vaga-lumes.

⁷⁸ Didi-Huberman, 2011, op. cit.

Pasolini anuncia que devido a mudanças por conta da poluição ambiental os vaga-lumes desapareceram, da mesma forma que se faziam perceber, ou seja, de forma fulgurante.

Huberman assinala que Pasolini, com tais questões intentava em problematizar tempos nos quais modos normativos e homogeneizantes se consolidavam e buscavam minar qualquer forma que se diferenciasse dele, os que resistissem não teriam seu espaço para expressar sua revolta, devendo se transformar em vaga-lumes fugidios, para assim poderem continuar emitir seus sinais. Dizer que todos os vaga-lumes desapareceram significa, então, que toda uma cultura combativa, de resistência, havia sucumbido aos projetores, às luzes do poder, tornando-se também parte dessas práticas homogeneizantes, uma vez que adentraram como peças dessa engrenagem.

Pasolini anuncia uma derrota dos vaga-lumes em decorrência da total cobertura dos projetores sobre todos os espaços, impedindo espaços de penumbras, nas quais seriam possíveis, enxergar o cintilar dos vaga-lumes.

Em meio a tais afirmações de Pasolini, Huberman pondera que certamente, no modo como as coisas estão dispostas, no sentido de uma sensação de que tudo estaria assujeitado sob a luz ofuscante dos projetores e que estaríamos convencidos disso. Convencidos de que não há espaços de contraposicionamentos, heterotópicos, de aberturas, mesmo em tais condições de ofuscamento. Diante disso, coube ao autor perguntar sobre as possibilidades de aparição dos vaga-lumes nos dias de hoje. Quais seriam as chances de enxergarmos seus rastros luminosos? A quem se dirige as imagens dos vaga-lumes?

Ante tal pessimismo de Pasolini, poderíamos indagar se teria o poder da crítica sucumbido sob os imensos projetores de luz, como os vaga-lumes. E no que interessa também para este trabalho, cabe perguntar: teriam as cidades invisíveis sucumbido às fronteiras delimitadas pelos traçados e normas do urbanismo? Teriam o mangue e rio sido vencidos pelo concreto jogado sobre eles?

Ao longo de seu ensaio, Huberman aponta sempre essa problematização quanto à sobrevivência dos vaga-lumes, como uma forma de falar da sobrevivência das imagens, afirmando que estas, ante a perda de crença no poder revolucionário do povo italiano, demonstrado por Pasolini ou ante a um mundo, ao modo de viver que a todo o momento afirma e impõe aos corpos o seu horizonte imóvel de construções totalitárias, as imagens aparecem como um operador político de protesto, de crise, crítica, para, justamente, transpor esse horizonte. É preciso que saíamos à noite, sem pestanejar, a sua procura. Catar os pequenos e ínfimos fachos de luz, seguir seus rastros, para apreendê-los ali mesmo onde eles se iluminam, onde sobrevivem, mesmo que por pouco tempo. Como também devemos compreender melhor sobre esse processo de desaparecimento, de declínio dos vaga-lumes, das imagens.

Assim, é preciso compreender que esses vestígios, essas histórias marginais, perdidas ou esquecidas no e pelo rio e mangue, não estão presas a um único lugar. Ao sabor do ar, aquilo que fora absorvido por esses espaços, após tragado, digerido e transformado, é devolvido à cidade. São levados pelo vento por entre os quarteirões simétricos, para além deles, embrenhando-se em espaços outros, nos quais ficam de tocaia, apenas aguardando os momentos de perigo do presente, para enfim emergir

fugazmente, imobilizando, mesmo que por um breve instante, um tempo que se quer sempre o mesmo, impondo-o a ideia de um presente enquanto intensidade, tempo do agora.

Com isso, o mangue e o rio não estão apenas nos locais já demarcados, atestados a olho nu. Eles se lançaram sobre essa cidade que se quer delimitada, congelada no tempo. E jogaram suas raízes e águas sobre a urbe, foram além das barreiras de concreto, em busca de estabelecer novas margens.

Adentrar esse submundo, embrenhar-se por entre as margens que se formam e deformam a cada ciclo das marés, atolar-se nas lamas fétidas dos manguezais, jogar-se ao acaso e risco dos becos da cidade tabular, se configura como uma condição de construção de um olhar minucioso e atento para esses espaços esquecidos da cidade, aquilo que é resto, destroços já soterrados, mas que carregam histórias de outras cidades, de outros tempos que se atualizam ao se fundirem/confundirem com o presente. E que devido à intensidade fulgurante e destruidora que tem tais fragmentos, ele possibilita criar brechas, fissuras, por exemplo, em modelos de cidades calculadas, projetadas e que se querem homogêneas e em todo momento reguladas.

Captar essas imagens, esse respingos cintilantes de lama, esses vestígios de um passado em movimento, não é tarefa fácil. Para que esse desaparecimento dos vagalumes, das imagens, das experiências não se consolide, faz-se necessário que assumamos a postura ética da do movimento errante, aceitarmos a experiência do risco, do acaso, de sair em busca das imagens, de andar olhando para o chão em busca de vestígios, de fragmentos.

Cartão-Postal

Maurília fora uma das tantas cidades narradas por Marco Polo ao Grande Khan⁷⁹. Cidade na qual seus visitantes, ao passo em que a visitam, eram apresentados a velhos cartões-postais que traziam os registros fotográficos da Maurília de anos de outrora. Esperava-se dos turistas um certo louvor à velha cidade, mas um louvor contido, que não desmerecesse o que de novo se fazia no momento presente. Reconhecer o esplendor dos novos tempos e também ver graciosidade no antigo. Segundo o velejador veneziano, a apreciação à velha cidade só se dava por conta de um ar de nostalgia, que se fazia a partir do momento em que a cidade provinciana não mais existia, sendo apenas uma peça encerrada nos limites do cartão-postal. Polo finaliza a história de Maurília apontando que não se trata de querer buscar identificar que cidade seria a melhor, a do cartão-postal ou a atual. Tal comparação seria inviável, visto não haver relação entre elas. São cidades estranhas, uma a outra. No cartão-postal não estaria o que fora a Maurília do passado, senão uma outra cidade que, por coincidência, tinha o nome similar.

⁷⁹ CALVINO, I. 2009, op. cit.

Passados 160 anos, a atual cidade de Aracaju em muito se diferencia daquela cidade recém fundada e que aos poucos ia construindo suas margens sobre aquele terreno lamacento, pantanoso e desabitado. Asfalto e concreto compõem a paisagem atual de grande parte da urbe. Ao invés da ocupação das vias por pedestres e veículos de tração animal, hoje temos um embate feroz, pelo pequeno espaço das ruas, entre veículos automotivos, como carros, motos, ônibus, além de ciclistas, carroças e pedestres.

A Aracaju, do século XXI, demanda novas ações, que provoquem transformações no espaço urbano, de modo a que a cidade consiga abarcar os novos movimentos de aumento populacional, de expansão territorial, do aumento na frota de veículos, dentre outros. A cidade cresceu para além dos limites do tabuleiro traçado por Pirro. Ao Norte, Sul e Oeste, Aracaju expandiu seu território, com formas de ocupação diversas, muitas vezes não acompanhadas pelo poder público.

Na região sul da cidade, as áreas que envolvem o bairro Aruana (ou Aruanda)⁸⁰ e o bairro Mosqueiro são considerados como compondo a Zona de Expansão Urbana de

⁸⁰ No ano de 2012, uma professora de Língua Portuguesa, que comumente frequenta programas televisivos locais, ensinando sobre o uso correto do português, solicitou à Câmara de Vereadores de Aracaju a mudança na nomenclatura de alguns bairros da cidade. A proposta fora aprovada, pelos vereadores. Segundo a professora: “Quando a gente estuda a etimologia das palavras e mesmo gramática, a gente não admite estes erros. Se erraram ao colocar o nome Jabotiana, porque é que eu tenho que seguir esse erro?”. Assim, o bairro Aruana teve sua nomenclatura alterada, passando a ser, oficialmente, Aruanda. Essa mudança, segundo a solicitante, tem como justificativa que o nome em questão viria de um dialeto indígena, sendo o correto Aruanda, que significa um lugar místico e paradisíaco. Contudo, os moradores do referido bairro não mudaram o modo como se referem ao mesmo,

Aracaju⁸¹. Na primeira década desse século, essa área tem sido ocupada de forma expressiva: condomínios e habitações populares, construídos a partir de investimentos oriundos de políticas públicas de incentivo a moradia popular; como também por condomínios particulares, compostos por casas luxuosas, localizadas à beira mar ou beirando os rios Vaza-Barris ou Santa Maria. Um aumento vertiginoso na população local, já que no ano 2000 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava uma população de 9.377 pessoas⁸² e no último censo de 2010, o resultado da amostra apontou uma população de aproximadamente 30.000 pessoas⁸³. No entanto, apesar de concentrar um grande contingente populacional, os moradores ainda dependem dos bairros mais centrais, no tocante ao trabalho e ao acesso a bens de serviços como: educação, saúde, lazer, área comercial, serviços públicos, dentre outros⁸⁴.

As dificuldades apresentadas em tal região da cidade seriam fruto de um mal planejamento, da falta de uma racionalidade nas ações ocupação, segundo opinião do

utilizando o nome antigo, quando referem-se ao local onde moram. CÂMARA aprova mudanças em nomes de bairros de Aracaju. Infonet. Aracaju. Disponível em: <http://infonet.com.br/politica/ler.asp?id=137654>. Acessado em 25 de fevereiro de 2015.

⁸¹ A Zona de Expansão Urbana (ZEU) é uma área definida pela Lei Municipal nº 873, de 01 de outubro de 1982, a qual dispõe que tal área compreende a porção sul da cidade e tem como limites, o rio Vaza Barris e o canal Santa Maria ao sul, o Oceano Atlântico a leste, o município de São Cristóvão a oeste e ao norte, com o bairro Aeroporto. A ZEU corresponde a 40% do território municipal, onde por um bom tempo concentrava a maior parte de vazios urbanos existentes na cidade. França, Sarah L. A.; e Rezende, Vera F. Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos sócioambientais. Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade. Ano II, nº 3, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/revistavitas/images/URBANIZAO%20DISPERSA%20DA%20ZONA%20DE%20EXPANSO%20URBANA%20DE%20ARACAJU.pdf>. Acessado em 01 de março de 2015.

⁸² Ibidem, 2015.

⁸³ IBGE garante que 75% da Zona de Expansão é de Aracaju. Infonet. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=151626>. Acessado em 01 de março de 2015.

⁸⁴ Atualmente, é possível encontrar certos tipos de negócios, tais como farmácias, mercearias, lojas de material de construção, que conseguem suprir certas necessidades mais pontuais. No entanto, a região carece de mais serviços para suprir a demanda, cada vez mais crescente.

prefeito da capital. Razão pela qual, fez com que o mandatário anunciasse projeto de urbanização para área, por meio do qual seriam construídos toda uma infraestrutura urbana, como escolas, hospitais, espaços comerciais, igrejas, áreas de lazer, um sistema de transporte efetivo, que ligaria aquele bairro às áreas centrais da cidade, projetos de macrodrenagem das lagoas e áreas encharcadas, dentre outros. Todo o projeto foi elaborado por uma equipe de arquitetos/urbanistas contratados pelo poder público. Seria assim, uma garantia de que as ações de transformação da região estarão pautadas nos preceitos racionais e científicos de um bom governo sobre a cidade⁸⁵. Um Bairro Modelo, que permita que Aracaju volte a crescer com racionalidade e que traga benefícios à população, para que a mesma desfrute de um espaço que favoreça conforto e qualidade de vida.

Outros projetos de urbanização compõem esse plano de uma Aracaju do futuro. Uns já implementados, como é o caso da urbanização de parte das margens do rio Vaza-Barris, na região do mosqueiro, com a construção de calçadão, passarelas de madeira, píer, rampa de acesso para transportes marítimos, empreendimento chamado de *Orla Pôr do Sol*. Há projetos em execução, a exemplo da obra de contenção do avanço das águas do rio Sergipe, no bairro 13 de Julho, que além do aterramento de parte do rio e, conseqüentemente, extensão das margens, no local está sendo construído uma imensa área de lazer, com projeto arquitetônico que engloba áreas de convivência, jardim

⁸⁵ PREFEITURA de Aracaju. Prefeito apresenta planejamento para o futuro de Aracaju. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=58557>. Acessado em 03 de março de 2015. O primeiro anúncio das intenções de novos projetos de urbanização, para a cidade de Aracaju, foi feito em maio de 2013, no início de mandato do atual prefeito. Quase um ano após, os projetos serem apresentados. Entretanto, até o presente momento, os mesmos não foram iniciados.

vertical, estacionamento e espaço de contemplação do rio. Outros ainda encontram-se apenas no papel, como o que prevê obras de otimização de um parque público, o Parque da Sementeira. A ideia é próxima aos outros projetos, uma arquitetura diferenciada, preenchida por áreas de lazer, espaços de convivência, de contemplação, acrescentado de uma grande área verde, com orquidários, áreas sombreadas, lagos artificiais. Fazer desses espaços cartões-postais ao ar livre.

Obras, projetos e ações de urbanização que se colocam, tal qual uma bússola, como o norte para um crescimento ordenado, sustentável e de convivência harmoniosa entre os espaços. Está se preparando a cidade para o futuro. Não se sabe que futuro será esse. Aguardam o por vir de uma nova cidade, que já está posta nas imagens delimitadas pelos contornos dos outdoors, das vinhetas e peças publicitárias. Uma cidade pensada para a população⁸⁶. Imagens que acalmam, a serem contempladas pelos que por lá habitam ou por aqueles que a visitam. Que despertam a sensação de que a cidade que cresce e que se busca construir está dotada de uma bússola, que lhe dá o norte preciso, para continuar na direção correta.

Diferente da cidade narrada por Marco Pollo, na qual apresentavam-se, com entusiasmos, em cartões-postais uma Maurília (ou o que se imaginava ter ela sido) de um tempo já passado, pelos lados de cá os cartões-postais dizem de uma outra cidade, que por acaso, também se chama Aracaju.

⁸⁶ Idem, 2015.

As margens do rio: muros e grades

O interesse e as ações do poder público e privado voltados para aquelas terras ao sul da capital, puseram o errante forasteiro a pensar. Quais efeitos desses investimentos poderiam ser percebidos no cotidiano daquela região? Ao que, ele achou que o momento era propício para estender suas andanças erráticas para os limites ao sul da cidade. Região que também é cortada por rios e mangues, que possuíam alagadiços e áreas enlameadas. Mas que, de uma forma diferente do que se passara na parte central da cidade, há mais de um século, os processos de urbanização respondiam a outras questões. Elas também avançavam sobre as margens feitas pelo rio e mangue, tentando contê-los, porém sem querer que elas ficassem invisíveis ou que fossem eliminadas. Tratava-se de criar estratégias para encerrá-las em determinadas molduras a serem contempladas por aqueles que por ali passassem.

Assim, tomado por esse novo trajeto, o forasteiro tomou um ônibus, no terminal do mercado central. O trajeto entre o Centro da cidade e o bairro Mosqueiro, que é de cerca de 30 km, lhe custou quase duas horas. Apesar de um percurso não muito distante, pelo menos para um veículo automotor, as opções de transporte urbano até a região são escassas. Surpreendera-lhe tal questão. Afinal aquela região teve um aumento populacional considerável e muitos do que ali moram, trabalham nas áreas mais centrais

ou próximas ao centro da cidade. Porém, logo lembrou-se que muitos dos novos moradores daquele local, eram de camadas sociais com poder aquisitivo, mínimo, para que gozassem do privilégio de ter um ou dois carros.

Esse tempo de viagem lhe causou enfado. Por vezes tentou cochilar, mas seu sono era interrompido, incomodado. Ora com as freadas bruscas do veículo, que fazia tudo e a todos se projetarem para frente; ora pelos solavancos causados pela própria condição estrutural do ônibus. Mas havia um fator que lhe causava mais incômodo. Um forte odor que vinha do fundo do ônibus. Pescadores e marisqueiras da região voltavam de mais uma manhã de vendas, pelo centro. Com eles, enormes cestas de palha impregnadas com aquele cheiro característico de peixes e mariscos. Esse odor foi ficando mais forte ao longo do caminho. Um odor advindo do rio e do mangue o acompanhava por todo o trajeto, impedindo-o de cair num sono mais relaxante, fazendo-o acordar de tempos em tempos, junto aos solavancos e freadas, como que quisesse que ele ficasse atento ao que passava do lado de fora do ônibus.

Os ônibus para aquela região seguiam dois trajetos: um que seguia o caminho a beira-mar, a Rodovia José Sarney; e outro que seguia por uma área que passa por entre diversos povoados, a Rodovia dos Náufragos. Sem saber, adentrou no ônibus que ia pela beira-mar. Durante o trajeto, tinha à sua esquerda, uma praia com uma extensa faixa de areia, ocupada em determinados pontos por bares de variados tipos, desde o mais simples até o mais sofisticados; e à sua direita uma mescla de grandes terrenos desocupados, sendo alguns de posse particular, de propriedades de aspecto rural, outros devidamente ocupados: alguns empreendimentos habitacionais em plena construção,

inúmeros condomínios fechados, pousadas e clubes. Alguns desses condomínios estão localizados em pontos onde não se avista nada além dele ou do mar. Um pedaço de praia distante da parte mais urbanizada da cidade, habitado ou utilizado por moradores desses condomínios ou mesmo alguns pescadores moradores da região.

Depois de quase uma hora e meia de viagem, chegou ao seu destino. Decidira por começar suas errâncias pelo povoado Areia Branca. Desceu do ônibus, antes mesmo que ele adentrasse a via que dá acesso à estrada do povoado. Queria percorrê-la a pé. Assim, foi. Seguiu por uma estrada asfaltada, mas muito estreita, sem calçamento para pedestres. Em meio a isso, o trânsito de veículos motorizados, na região era bem intenso, misturado com pessoas a pé, a cavalo ou de bicicleta. Ao longo do caminho, percebeu uma questão peculiar: entre as residências humildes e muito simples, que delimitavam seus terrenos por meio de cercas feitas com estacas de madeira e arames, via-se que algo destoava dessas características. Numa disposição não uniforme, encontravam-se terrenos delimitados por enormes muros feitos com tijolos e em seu topo, rodeados por um tipo de arame muito comum em estabelecimentos penais e com câmeras de vigilância em pontos estratégicos. O portão de acesso também era grandioso, alguns não davam nem a possibilidade de que fosse visto a parte interna do terreno. Sabia que na região não existia nenhum tipo estabelecimento penal e tratava-se ali de residências.

Naquele momento, o forasteiro lembrara uma música que tinha como tema a constante presença de muros e grades nas grandes cidades brasileiras⁸⁷. A letra discorre sobre como o medo constante dos perigos existentes, sobretudo nas ruas da cidade, forçam aos seus habitantes recorrerem a muros e grades como garantias de proteção. Mas que não há garantia de proteção sobre tudo, diz a letra. Lembrara também de outros tempos e espaços em que os muros também tinham essa função de proteção contra os infortúnios que vinham do que lhe estava exterior, porém a proteção oferecida não era a uma única residência e sim a uma cidade.

As cidades medievais eram rodeadas de grandes muralhas, que lhe protegiam dos ataques que vinham de fora. Apesar de ser uma vida tutelada por valores religiosos, o que aparenta é que os muros medievais queriam preservar um tipo de vida pública. Era uma forma de fazer com que a vida, com o tempo e o espaço, encerrado ali dentro, não fossem tomados por surpresas, que seguisse um curso previsível. Mas essa imobilidade das cidades medievais foi transformada pelos canhões. Os muros tornaram-se ineficientes, frente ao poderio destruidor daquelas armas. Com a queda das muralhas, a curiosidade por descobrir a vida além muro, fora o momento em que embarcações lançaram-se no desconhecido oceano, em busca da conquista, da expropriação e invasão de novas terras. O medo de adentrar na imprevisibilidade da vida seria domado nessas ações⁸⁸.

⁸⁷ Gessinger, Humberto e Licks, Augusto. Muros e Grades. Álbum Várias variáveis. Rio de Janeiro: 1991.

⁸⁸ Baptista, L. A. A reforma psiquiátrica e a presença da cidade. In: Baptista, L. A. A cidade dos sábios. São Paulo: Summus, 1999, p. 115-127.

A manutenção de uma certa previsibilidade para a vida, ainda se torna um dos maiores argumentos para as muralhas atuais. Previsibilidade que vira sinônimo de segurança. Formam-se grandes condomínios de casas, que se instalam cada vez mais naquela região da cidade, com as mesmas características de muros e grades, criando imensos blocos de moradia que se distinguem dos tipos de habitação e de vida que estão nos “espaços de fora”. Mas de forma diferente, os muros e grades atuais são usados para a manutenção da previsibilidade de uma vida privada, que encerradas em si mesmas criam, para si, a ilusão de espaços que acalmam, que, supostamente, não permitem o encontro de olhares diversos, heterogêneos e que inquietam, como aqueles presentes nas ruas da cidade. Quais seriam os canhões de nossos dias? Teriam eles perdido sua força de destruição frente aos muros atuais?

As margens do rio: a la carte.

Após deslumbrar-se com os muros e grades, o forasteiro tomou o caminho e chegou até um bar que se localiza às margens do rio. Um estabelecimento simples, pertencente a um morador da região, construído em uma área sob um terreno elevado em relação ao rio e dotado de uma bela vista para o rio e o mangue que cortam aquela região. Escolheu uma mesa bem rente a mureta limite do bar, de frente para o rio. Pediu

uma cerveja e o melhor tira-gosto do local. Entre um gole e outro de cerveja, algo o fez tremer o corpo, ocasionando um leve derramar do líquido gelado no copo. Uma faixa publicitária anunciava o menu de um restaurante com ares mais refinados, diferente do bar em que estava, similar a alguns restaurantes da parte nobre da cidade. Aparentemente, nada muito estranho, não fosse o caso da faixa está voltada para a imensidão do rio e do mangue. Ao mesmo tempo percebeu que em grande parte da extensão das margens do rio, que lhe alcançavam o olhar, estava ocupada por grandiosas habitações.

Casas e condomínios localizados em terrenos que se estendem até as margens do rio Vaza-Barris e rio Santa Maria. Criaram suas próprias margens, com decks e píeres de madeira, onde seus moradores podem usufruir do rio. Nos fins de semana, principalmente, nas épocas mais quentes do ano, o leito do rio é tomado por lanchas, catamarãs e jet skys, de propriedade dos donos das robustas casas. O avanço sobre as margens do rio, não foram simplesmente para destruí-las, para dar lugar ao asfalto e concreto, como ocorrera em tempos atrás. E sim para restringir o acesso, para delimitar por quem aquele espaço poderia ser utilizado. A definição não estava escrita em nenhuma lei ou mesmo era imposta por alguma força policial. Alguns dos caminhos de acesso ao rio, comumente utilizados pelos moradores da região não mais estavam tão acessíveis. Mas o que mais servia como forma de restrição àquele pedaço do rio estava dada pelo quanto cada um, ali presente, era capaz de concorrer, uns com os outros, por aquele espaço. Capitalizou-se o espaço público.

As margens do rio: nos limites da lei.

Por meio de uma Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Federal, em Sergipe, a Justiça Federal condenou a União Federal (Estado Brasileiro), a Prefeitura Municipal de Aracaju e a Empresa de Obras e Urbanismo de Aracaju (EMURB) de forma a que esses entes teriam que garantir aos moradores do povoado Robalo, bem como a todos os cidadãos o acesso ao Rio Santa Maria. Tal ação se deu, uma vez que nessa localidade, as margens do rio, áreas de manguezais e áreas de proteção ambiental foram tomadas por casas e condomínios particulares, restringindo o acesso ao rio aos donos das propriedades⁸⁹. A Ação impetrada baseava-se na Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. O art. 10, da referida lei, diz que as praias são consideradas como bens públicos e de uso comum do povo, sendo permitido o livre acesso a elas e ao mar.

⁸⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Justiça aceita pedido do MPF/SE para garantir acesso da população ao Rio Santa Maria: áreas particulares impedem a passagem da comunidade em geral ao rio. Disponível em: http://www.prse.mpf.mp.br/signo/vernoticiaInternet.php?cod_noticia=6021. Acessado em 02 março de 2015.

As margens do rio: cartão postal

Contam-nos as tradições das religiões de matrizes africanas, que as águas dos rios, cachoeiras e lagos são território de Oxum⁹⁰. Considerada o mais belo Orixá entre as demais, Oxum também possui um humor bem caprichoso e mutável. Seu domínio sobre os rios, a faz determinar, a depender do seu humor, como se comportarão suas águas. Quando de bom humor, ela faz as águas correrem calmamente, permitindo uma navegação tranquila e farta pescaria, para os que navegam em frágeis canoas de madeira ou de tronco cavado, ou mesmo em embarcações mais sofisticadas. Mas há a vez em que as águas estão tumultuadas, torrentes estrondosas passando e varrendo o que esteja pela frente, inundando as partes secas, avançando sobre as margens. Se enfurecida, poucos são os que se atrevem a enfrenta-la. Qualquer ato ousado, das tentativas de travessia de uma margem a outra ou mesmo no sair para a pesca, seria repreendido com fúria. Oxum faz varrer as embarcações, com a correnteza do rio, jogando-as contra as margens ou mesmo fazendo-as afundar. A força impositiva das águas avançariam sobre as margens, criando novas, ao sabor das vontades do orixá.

Como forma de agradecer, fazer algum pedido específico ou mesmo acalmar a fúria do belo orixá, as populações ribeirinhas aproveitam ser Oxum muito vaidosa, para oferecer-lhe adereços como pulseiras, espelhos, perfumes, flores brancas e amarelas, champanhe, dentre outras coisas. As oferendas são deixadas às margens dos rios ou cachoeiras, para que a orixá sirva-se à sua vontade. Esperam assim que Oxum lhes dê a

⁹⁰ VERGER, Pierre F. *Lendas africanas dos orixás*. 4ª ed. Salvador: Corrupio, 1997, p. 40-43.

benção e permissão para fazer o uso do rio, para dele retirar seu sustento ou tê-lo como rota de trânsito. Deixar as margens livres, para as oferendas é primordial para que o contato com a rainha das águas doces seja mantido.

Talvez por isso, em tempos outros, na comunidade de pescadores do Robalo, no bairro Mosqueiro, que fica localizado nos limites ao sul da cidade de Aracaju, à beira do rio Vaza-Barris e do rio Santa Maria, as casas não tivessem sido construídas às margens do rio. Ficavam a poucos metros, de onde era fácil ouvir o barulho das águas que corriam em direção ao oceano Atlântico. Deixavam as margens livres, para que o acesso ao rio não fosse prejudicado. Por ser região de estuário, ali também era área de manguezal. Todos que ali viviam aprendiam, desde cedo, os caminhos que levavam ao rio. O acesso àquelas águas era fator primordial para a sobrevivência, do rio e do manguê vinham o que lhes dava sustento. Viviam da produção extrativista da pesca e da terra. O que excedia, era destinado às feiras livres, dos fins de semana, realizadas na longínqua cidade⁹¹.

Até os idos dos anos 60, o acesso da comunidade à cidade, com a área urbana, além de distante, era dificultado pela falta de estradas. O trajeto percorrido se dava à beira mar. Algumas vezes, durante a maré baixa era possível fazer o percurso num caminhão, mas na maioria das vezes, deslocava-se a pé ou no lombo de animais. A partir da década de 70, foi aberta uma estrada, sem pavimentação, entre o Mosqueiro e a área urbana. Mas as dificuldades de deslocamento permaneciam, uma vez que não havia

⁹¹ Nunes, Shauane I. F. A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza: permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras do povoado Mosqueiro/Aracaju-SE. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

transporte público para a região. Somente na década de 80, com a pavimentação asfáltica da Rodovia dos Náufragos e da Rodovia José Sarney é que a região passa a contar com uma linha de ônibus, circulando diariamente.

A construção das rodovias, no início da década de 80, traz uma marcação importante para história dos modos de ocupação daquela região, até então, pouco habitada. O que era uma grande área ocupada por pequenas comunidades de pescadores e por algumas fazendas de coco, a partir daquela década começava a se transformar numa área que chamava a atenção dos agentes imobiliários⁹².

Nos últimos anos, diversos empreendimentos imobiliários passaram a se instalar na região, impulsionados ainda mais com a construção de uma ponte que faz a ligação do município de Aracaju com as praias do litoral sul do Estado. Condomínios de casas, casas particulares e estabelecimentos comerciais são construídos em pontos diferenciados da região, sendo alguns à beira do rio. Formam-se novas margens de concreto e madeira. Diferentemente daquelas formadas pelo avanço ou retração das águas do rio, que mudavam a forma e o local de acesso às águas, essas novas margens são fixas e restritas. Elas criam acessos privilegiados ao rio.

Não mais um rio de onde o fluxo vital seria traçado, não mais o rio como um espaço dinâmico, vivo, que se faz ao sabor dos ciclos das marés. Agora um lugar a ser contemplado e consumido. Para isso, era preciso garantir que o cartão-postal fosse visto. Mais uma vez da lama ao concreto, urbaniza-se o mangue. O projeto Orla Pôr-do-Sol,

⁹² Santos, Tamyres. L.; Nobre, Maria. T. Discursos do estado e práticas de resistência da população no enfrentamento à degradação socioambiental da área de expansão de Aracaju. In: Filho, Manoel. M.; Ferreri, Marcelo de A. Instituições e Cotidiano: formas e intensidades no enfrentamento do comum. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 181 – 207.

empreendimento de urbanização de parte da margem do rio Vaza-Barris e que conta com píer, escadarias de acesso ao rio em vários pontos, rampa de acesso para lanchas e transportes marítimos de pequeno porte, passarela de madeira às margens do rio, parque infantil com balanços, escorregadeiras e gangorras, equipamentos de ginástica, dois quiosques, centro de cultura e de atendimento ao turista.

O que esses processos recentes de urbanização, os cartões-postais do futuro, essa chegada do progresso na região do Mosqueiro, da capital do menor Estado brasileiro, têm em comum? O que eles nos permitem dizer dos modos de governo sobre a vida em nosso presente?

As artes de governar

Nessas histórias sobre a Aracaju de outros tempos e de tempos presente, um problema que envolve as formas ou os modos de governo sobre a cidade e sobre a vida, ganha de destaque. Dois momentos distintos e que possibilitam problematizar as formas de gestão da vida de acordo com suas especificidades, de acordo com o momento histórico-político que as atravessam.

Inspirado nos estudos de Michel Foucault, cabe pensar essas histórias a partir do que ele intitulou por governamentalidade^{ix}, isto é, como uma prática de governo que

se caracteriza como uma forma específica de poder sobre a população, exercida por um conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos, reflexões e táticas, tendo como principal forma de saber a economia política. Foucault⁹³ apresenta os seus problemas e questões sobre a governamentalidade, em dois dos seus cursos ministrados no *College de France*. O curso de 1978 foi intitulado *Segurança, Território, População*^x e o de 1979, chamado de *Nascimento da Biopolítica*⁹⁴. O período entre os séculos XVII e XX, são tomados como os momentos históricos da discussão feita pelo pensador francês, no que se refere a constituição, a partir da consolidação de um poder de Estado, de modos de governo das condutas, que serão racionalmente calculados, pensados e executados. Governo comandado por uma razão de Estado, que pode ser entendida como aquilo que é necessário para garantir a integridade do Estado, como um tipo de cuidado político com que se faz na arte de governar o Estado. Essa racionalidade é tida como a essência e a fonte de todo o saber do Estado sobre si^{vi}.

Foucault demonstra como, ao longo desses séculos, essa razão e essa arte de governar desenvolvem formas e tecnologias de poder específicas, de acordo com o contexto histórico-político, que se inscrevem nas finas espessuras e superfícies da vida dos homens, nos seus espaços de convivência, relação e nas suas condutas, com o intuito de promover o crescimento e fortalecimento do Estado. Para cada momento histórico algo novo emerge, provocando abalos no curso da história e exigindo atualizações nesses mecanismos e estratégias de poder, de modo a sustentar essa razão de Estado.

⁹³ FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b

⁹⁴ FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

Dentre esses espaços de atuação do poder de Estado, a cidade aparece como elemento a se destacar, em dois momentos históricos distintos: no século XVII, no qual se consolida um tipo de governo de regulamentação das condutas, pautado em uma razão de Estado de polícia; e na metade do século XX, quando começa a se formar um tipo Estado, que se sustenta a partir de uma regulação econômica dos modos de governar.

O destaque se dá visto que é possível identificar nesses dois tipos de governo, forte influência sobre os modos de governo que se dão sobre a cidade de Aracaju dos primeiros anos de sua estruturação enquanto capital da província, que acontecia a partir de um ordenamento estritamente rígido das condutas e do espaço urbano; como também de uma Aracaju que se produz no presente, onde suas políticas de ordenamento e organização de seu espaço têm, dentre seus objetivos, a tentativa de fazer da cidade um meio para a inserção de uma lógica econômica, sustentada no princípio da concorrência, que adentra o cotidiano da vida na urbe.

De que se trata esse Estado de Polícia? E como, por meio dele, se pensava a cidade? Com o Estado de Polícia temos um modo de governar que se estruturou ao longo do século XVII e que, de um modo geral, nessa arte de governar o que estava em jogo era estabelecer formas de regulamentação das condutas. Regulamentação de um conjunto de intervenções e dos meios que buscavam o melhor viver, o bem viver, coexistir dos homens como sendo algo útil para o fortalecimento e crescimento do Estado. O que estava em jogo era a manutenção de um equilíbrio comercial e político, entre os Estados que compunham a recente Europa, como também um equilíbrio

interno de cada Estado. Assim, a razão de Estado fez uso, como tecnologia política para seu crescimento e fortalecimento, de um dispositivo de poder intitulado como polícia.

Um Estado preocupado pelo problema do viver dos indivíduos, mas não de qualquer viver, senão de um bem-viver. Cabe ao Estado possibilitar uma vida cômoda aos homens, a política deve ser capaz de fazer com que o fortalecimento e crescimento do Estado estejam, intrinsecamente, articulados com a felicidade dos indivíduos. Para tanto, era necessário que houvesse, por parte do Estado, um conhecimento sobre si, saber das suas riquezas, da sua população, do seu território. Era preciso dispor de um conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizassem o próprio Estado. A estatística emerge como esse saber que possibilitava ao Estado produzir conhecimento necessário sobre si, para poder fazer um bom governo e ela se estabelece pela polícia. Todo o conjunto de procedimentos criados pela polícia, que tem por intuito o fortalecimento do Estado é que faz com que cada Estado saiba em que constituem suas forças, suas riquezas, território e população, onde se encontram as suas possibilidades de crescer ainda mais.

Tem-se, nesse modelo de governo, uma polícia que tem o papel reformador e regulador do Estado. A polícia se ocupa de diversas questões que envolvem a conduta dos homens. Dessas, merecem destaque – para o que se propõe esse trabalho - : ocupação com a saúde; com os cuidados urbanos e tranquilidade pública; e o cuidado com as questões relativas à ocupação dos homens, no tocante ao trabalho, emprego e a pobreza.

No que tange à saúde, cabia a polícia ter atenção constante sobre as condições de saúde cotidiana, impedir que certas doenças pudessem se manifestar e ameaçar a vida urbana. Manter um patamar de higiene e salubridade nas cidades garante a condição necessária para sustentar e dotar os homens de uma aptidão para o trabalho. Assim, as ações da polícia visavam à vigilância: quanto às condições de salubridade do ar, permitindo que ele pudesse circular livremente; com o arejamento dos edifícios e habitações; a não contaminação das fontes de água, o recolhimento dos lixos e dejetos, com a limpeza das vias públicas; dentre outras coisas. Todas essas ações é que gerariam as novas políticas de intervenção sobre os espaços urbanos.

Assim uma outra ocupação da polícia diz respeito aos cuidados urbanos, regulamentando as construções de casas, edifícios, praças, avenidas, ruas, sistema de esgotamento, etc.; por meio do estabelecimento de critérios e exigências mínimas, como a largura das ruas, ditando os locais apropriados para a instalação de certos estabelecimentos na cidade (matadouros, cemitérios, praças, residências, hospitais, etc.); a distribuição e divisão dos cômodos nas habitações, tipos de material de construção adequados; dentre outras coisas. E junto com essas normativas, a que dizem do modo de ocupação dos espaços urbanos, a polícia também era responsável pela vigilância dos modos e costumes dos habitantes, dizendo como cada um e a coletividade deveriam viver, o que era proibido e permitido e por onde e como circular pela urbe.

A polícia se ocupa com os homens, quanto a sua quantidade, na atividade para o trabalho e na condição de pobreza. A força de um Estado dependia do número de habitantes aptos para o trabalho, da sua população, assim estimular o aumento

quantitativo de pessoas era primordial. Quanto maior a população, mais forte o Estado. Ao mesmo tempo, cabia a esse braço do Estado regulamentar os ofícios, apontando a aptidão de cada indivíduo para um tipo específico de trabalho. Para aqueles considerados inválidos e sem condições para o labor, cabia o cuidado por meio caridade.

Essas três ocupações de destaque, só podem ser garantidas ao passo em que a polícia se ocupa de um outro problema: a circulação. Circulação não só dos corpos, como também das relações mercantis. Cabe à polícia dar condições para uma livre circulação ordenada das mercadorias, dos produtos adquiridos das atividades laborais dos homens e para isso é preciso ter conhecimento dos instrumentos e materiais necessários para que a circulação ocorra: as vias de escoamento, como as estradas (abertura de novas estradas e manutenção das existentes) e rios navegáveis (estabelecer as rotas de navegação, construção e manutenção de portos). E a circulação entendida como conjunto de regulamentos, imposições, limites, incentivos e facilitações que vão permitir a circulação dos homens e das coisas, dentro e fora dos Estados.

A polícia atrelada às práticas comerciais, urbanas e de desenvolvimento de mercados e que tem como espaço de intervenção a cidade e seu desenvolvimento urbano. Nesse sentido, a cidade era entendida como um espaço com território delimitado, ocupado por indivíduos diversos, na qual a sua forma de ocupação, habitação, coabitação, circulação, enfim, a coexistência é estritamente vigiada, regulamentada, homogeneizada como forma de preservação e conquista de uma ordem social e um caminho para êxito de um Estado.

Um exemplo, apresentado por Foucault, remete ao modelo das cidades construídas com base no acampamento militar⁹⁵. A partir da figura geométrica do quadrado/retângulo que são divididos em quadrados/retângulos menores. Essas figuras geométricas não precisariam guardar entre si simetrias, existiriam os quadrados mais largos que outros, que ficariam no extremo da cidade, suas ruas sendo mais largas, com espaço destinado para moradia. Já nos quadrados menores, seria alocada a região comercial, dotada de ruas mais estreitas, de uma praça para as feiras, igrejas, um mercado coberto, dentre outros. As ruas mais largas, do bairro habitacional, permitiram mais circulação dos moradores, as estreitas, no caso do setor comercial, permitiriam a circulação mais próxima às lojas. Esperava-se com tais mecanismos, ordenar e disciplinarizar a circulação de um conjunto diversificado de indivíduos, pelos espaços da cidade estrategicamente pensada, hierarquizada e organizada.

O interesse da governamentalidade do Estado, por um bom e melhor viver, pela coexistência humana, em suas relações mercantis de troca e circulação, tendo como campo de intervenção a cidade e seus problemas (a saúde, as ruas, as mercadorias e a circulação), ocorre porque o comércio é visto como fonte ou meio importante da força desse Estado, sendo assim o alvo das práticas policiais, estas tendo como objetivo o crescimento e fortalecimento do Estado.

Porém, em meados do século XVIII, o Estado de Polícia começa a perder força, perder sua hegemonia e ser desarticulado, em favor de uma outra razão de Estado, de uma nova arte de governar, com um novo conteúdo racional que é a economia de

⁹⁵ Foucault, 2008b, op. cit., p. 21-23.

caráter liberal. Os teóricos dessa economia promovem mudanças na perspectiva sobre as populações; sobre o tipo de conhecimento útil à razão de Estado e ao governo. Tal mudança tem como fio condutor as críticas feitas pelos economistas ao Estado de Polícia. Os economistas defendiam que os processos cotidianos que envolvem as relações dos homens são de domínio de um curso natural.

Uma naturalidade que não tem a ver com primitivismo, mas no sentido em que os processos tendem, nos seus embates, nos seus modos de funcionar, a alcançarem certos arranjos e ajustes possíveis, de acordo com uma série de variáveis que os atravessam. Não há, portanto, uma necessidade de intervenção autoritária e impositiva, por exemplo, de um Estado Policial. O que se queria dizer, era que ações autoritárias e regulamentações por meio da polícia, não mais seriam necessárias, estas somente gerariam prejuízo e agravos nos modos como os processos cotidianos se davam.

Não regulamentar, não ditar o que é permitido ou proibido, mas deixar fluir os fenômenos. Deixar fluir os preços das mercadorias, as trocas comerciais e deixar fluir a população no que diz do seu aspecto quantitativo. Essa liberdade é vista como princípio desse novo governo. As coisas não sairiam do controle, mas tenderiam por sua natureza, a encontrarem arranjos ótimos e possíveis, diante das variáveis, as quais estavam condicionadas. Chegar-se-ia, sem uma intervenção ou imposição estatal, a um preço justo das mercadorias, as relações e regras comerciais seriam estabelecidas no próprio processo e a quantidade populacional necessária e ideal, para as condições econômicas e sociais existentes, seria alcançada.

Caberia ao governo, mesmo com uma intervenção limitada, gerir esses processos, regular os fenômenos, seus riscos, perigos e pontos críticos, com o intuito de deixá-los fluir, apenas intervindo com o intuito de que não desviassem, que não caminhassem para pontos considerados anormais. Cabe ao Estado garantir a segurança desses fenômenos naturais, os processos econômicos e os processos relativos à população. E para que tal regulação fosse efetiva, para que se tenha um bom governo, era necessário conhecer como cada um desses fenômenos ocorriam e as variáveis envolvidas. Tal conhecimento deve se apoiar em princípios e métodos científicos. Sem tal método de conhecimento, o governo estaria destinado ao fracasso. Não se trata somente de um conhecimento restrito ao governo, senão uma ciência que também se produz exterior a ele, no sentido em que aqueles que não são os governantes também poderão desenvolver seus conhecimentos sobre o Estado e sobre a arte de governar. O importante é que se tem uma nova relação entre governo e ciência, poder e saber que passam a se dividir em dois polos: um saber econômico, que passa a reivindicar uma pureza teórica visto ser um saber científico; e que, por isso mesmo, passa se colocar como indispensável ao governo em todas as suas ações.

Ao acabar com os limites impostos e estabelecidos pelo sistema da polícia sobre os espaços urbanos, a cidade deixa de ser o alvo privilegiado do governo, como forma de preservação e conquista de uma ordem social. A questão colocada para essas cidades era a da livre circulação, que se baseava nas teorias sobre a circulação sanguínea^{xiii}. Os projetos elaborados para a cidade não eram uma cópia do formato do coração, alias não

havia uma ideia de uma forma, mas traziam um número de coisas que deveriam ser seguidas de forma precisa para o bom funcionamento da cidade.

Nessa nova concepção de cidade⁹⁶ o que está em jogo é a livre circulação. Uma circulação que se dá de forma incessante e regulada, de modo que aquilo entendido como perigo inerente à livre circulação fosse, em seu próprio movimento, anulado. Era preciso separar a boa circulação da ruim, normalizar o modo como e por onde nos deslocamos e como agimos. Não se trata de exigir obediência total a uma determinada lei (proibido e permitido), mas de delimitar marcos aceitáveis para certos fenômenos. Somente quando se ultrapassasse tal linha normal⁹⁷, é que seria necessário algum tipo de intervenção.

Temos, assim, a ideia de uma cidade na qual o planejamento toma a frente do processo, enquanto tática de economia de poder, apoiando-se em números e dados materiais, para trabalhar o espaço do modo como ele se dispõe, sobre suas condições atuais. Como, por exemplo, através de obras para abertura de eixos percorrendo a cidade e ruas largas que garantissem: a higiene (era preciso eliminar os espaços miasmáticos); o

⁹⁶ Foucault, 2008a, op. cit, p. 23-27.

⁹⁷ A linha normal ou um padrão de normalidade é obtido a partir de uma análise de certos fenômenos. O entendimento é feito por meio de uma racionalização do acaso e das probabilidades. Diante dessas probabilidades, traça-se os riscos desse fenômeno em diferentes situações e com isso é possível determinar quais serão os patamares ótimos ou a serem evitados, visto representarem perigo de perda do controle sobre tal fenômeno. Tendo inventariado as diversas formas de manifestação dos fenômenos, estas são postas em série funcionando uma relação às outras. Teremos então a identificação de diferentes curvas de normalidade e a normalização atuará de modo que as diferentes distribuições de normalidade constituam uma relação entre si, onde as que forem taxadas como mais desfavoráveis sejam trazidas para o patamar das mais favoráveis. Portanto, a linha normal é o que vai definir a norma, até onde determinada manifestação do fenômeno é aceitável e em que ponto será preciso intervir, com vias a garantir a segurança dos processos de governo.

comércio interior; ligação das ruas com estradas exteriores, para assegurar o escoamento ou chegada de mercadorias; e a vigilância (o afluxo das populações flutuantes, mendigos, ladrões, etc.).

Não se quer chegar a um patamar de perfeição, onde os movimentos estritamente serão estritamente vigiados, contudo estabelecer maximização do que é positivo (circular da melhor maneira possível) e minimizar aquilo que é inconveniente e arriscado (as doenças e os roubos). Entendendo que nunca serão suprimidas, trabalhar-se-ia com taxas favoráveis e tolerantes, ou seja, com probabilidades. Estruturar-se-ia uma cidade com base na sua polifuncionalidade e que deveria ter como necessidade manter-se aberta para um futuro incerto, mas instruída dos possíveis acontecimentos que poderão ocorrer sobre ela.

Através dos mecanismos de segurança, o exercício de poder não se daria de maneira exaustiva e contínua, através da vontade um sobre os outros, e sim um tipo de governo que agiria sempre que se fizesse necessário e de forma suficiente, para manter as coisas dentro da normalidade esperada.

A intervenção estatal se dará sobre os processos, em assegurar o respeito pelo direito à propriedade individual e que o essencial do mercado liberal, ou seja, que a troca livre entre parceiros e a livre circulação das mercadorias pudessem acontecer. Supervisionar e garantir o bom funcionamento do mercado, esse era o papel do Estado.

Tomar a liberdade, ou certas formas de liberdade e dos fenômenos como prática de uma governamentalidade. O crescimento da ordem e o fortalecimento de uma

razão de Estado serão garantidos por toda uma série de instituições, de aparelhos e dispositivos, que não somente a polícia. Gestão da população, prática econômica, respeito e direito às liberdades; e a polícia. Esta última, com a função puramente de combate à desordem. Essa nova governamentalidade, sustentada por uma racionalidade econômica, é o que fundamenta as práticas de governo modernas e contemporâneas^{xiii}.

Esse modelo de governo, a partir de uma razão econômica, vai dar base para as formas de governo que se tornariam hegemônicas durante todo o século XX e nos primeiros anos do século XXI. Evidente que ao longo desses anos, os mecanismos de poder e as formas de saber que perpassam essa razão de Estado, sofrem modulações por conta dos momentos histórico-políticos que estão imersas, o que também provoca mudanças nas configurações desse governo, do Estado e da economia.

Em seu curso *Nascimento da Biopolítica*⁹⁸, Foucault, em sua continuidade dos estudos sobre a governamentalidade, apresenta a maneira de racionalização dos problemas postos à prática governamental por uma série de elementos próprios de um conjunto de indivíduos de uma dada população e os desafios políticos e econômicos que se constituem a partir desses problemas. Foucault toma a Alemanha do pós-Segunda Grande Guerra^{xiv} como ponto inicial de seu problema, sob a emergência de um pensamento econômico neoliberal ou ordoliberal, muito diferente do pensamento liberal clássico do século XVIII e XIX, mas que veio a ser a base racional de uma nova prática governamental, que começou a se configurar naquela metade do século XX.

⁹⁸ Foucault, 2008a, op. cit.

Não mais uma ideia de uma economia livre que buscava formas de adentrar a um Estado já estabelecido, como no caso do liberalismo do século XVIII e XIX. Senão, uma racionalidade econômica que regula um Estado, ainda com o mesmo objetivo de uma prosperidade e fortalecimento desse Estado. Contudo as práticas de governo se dão por outras formas. A lógica econômica neoliberal está embasada na concorrência de mercado^{xv} como seu princípio regulador. Concorrência que não é tomada como um dado natural, mas como algo que é dotada de uma história, que se produz em meio a certas condições histórico-políticas. A intenção é fazer com que a concorrência não esteja encerrada somente no que diz dos mecanismos de estabelecimento de preços, mas que ela adentre o corpo social, que penetre nas espessuras da vida, estimulando um jogo das desigualdades^{xvi}. E para isso é preciso que as políticas, que a governamentalidade neoliberal crie as estruturas concretas e reais para que isso ocorra.

Porém, há intervenções que acontecem de forma tangencial, sobre elementos que não são diretamente econômicos^{xvii}, mas são vistos como seus condicionantes, seriam aqueles que fazem parte dessa política neoliberal de criar condições concretas e reais para permitir que o princípio da concorrência adentre nos micro-filamentos da vida. Como exemplo dessas políticas, estão aquelas que se dão sobre o espaço urbano. Toda a moldura construída sobre a cidade, a partir das políticas de urbanização que vão modificando sua estrutura, para que nelas funcionem todo um aparato de poder que dê vez à uma economia de mercado.

Para que isso ocorra, as intervenções dessa arte de governar devem agir, por exemplo, sobre os elementos que compõem a cidade, como a população, os regimes

jurídicos que incidem sobre ela e também sobre os seus aspectos ambientais e climáticos. Se numa determinada região, com pouca área habitada, começa a ser algo de interesse do mercado imobiliário, o êxito desse interesse estará atrelado a diversos fatores. Primeiro, é preciso atrair o olhar da população, para os possíveis compradores, que investirão naquela área, ao adquirir um imóvel. Esse investidor deve acreditar que aquele produto, aquela habitação lhe proporcionará não somente o espaço ao qual irá morar, não será mais uma transação comercial, mas o que ao comprar, além do imóvel ele estará tendo acesso ao sonho da casa própria e de um viver mais confortável. Todo esse estímulo deve ser acompanhado por políticas de habitação, que facilitem o acesso ao financiamento de imóveis, com prestações em longo prazo e que contemplem desde as pessoas com rendas medianas, como também aquelas de baixa renda. Assim, o mercado imobiliário conseguirá criar, em uma mesma região, espaços diferenciados, tanto para aqueles que tem mais condições financeiras, quanto para os que tem condições mais precárias. Para cada um deles, uma forma de acesso à moradia.

Ao impulsionar o aumento de um quantitativo populacional em uma área de pouca densidade demográfica, é preciso que sejam pensadas as medidas que serão tomadas com vias a contornar ou solucionar problemas para uma área com poucos recursos do ponto de vista urbano, tais como a falta de saneamento básico; a falta de uma estrutura viária que facilite o deslocamento dos que ali habitam; uma característica peculiar no tocante a vegetação ou topografia do local, que necessite de intervenções do ponto de vista de mudanças no aspecto ambiental, como drenagem de alagadiços, mudanças no curso de rio ou aterramento de parte de suas margens; ou mesmo a falta de

bens de serviço como escolas e serviços de saúde, necessários para que a nova área dê condições de moradia para quem ali for habitar.

Cabe às táticas de governo desenvolver novas políticas que promovam uma organização estrutural, ordenada e regulada da cidade. Para isso devem-se traçar as diretrizes de crescimento da cidade, delimitando nas áreas destinadas a ocupação - seja para a moradia, para o comércio, para o lazer ou para a indústria - os critérios técnicos para essa ocupação. E caso, esse crescimento esteja atrelado a uma condição de estímulo de determinado tipo de jogo comercial e de trabalho, cabe ao governo a promoção de estratégias de qualificação dos sujeitos dessa população, através de mecanismos de aprendizagem, do provimento de ferramentas técnicas ou aperfeiçoamentos, de modo a que eles tenham a capacidade de concorrer entre si pelas vagas de emprego que venham a surgir.

Não se trata mais de um Estado de polícia, com um modelo de governo que tem por intenção a regulamentação da vida, estabelecendo o que é permitido ou proibido de se fazer, esquadrinhando os espaços e tempo, com o intuito de disciplinar as relações comerciais ou as ações cotidianas na urbe. Também não se trata de um Estado liberal, que tem um governo que aposta, tal qual o modelo econômico, na lógica do *laissez-faire*, ao não intervir nos arranjos estabelecidos pelas relações comerciais ou mesmo sobre a população, no tocante a quantidade de pessoas, pois acreditam que esses elementos são regidos por características naturais, que fazem com que, em meio a uma série de variáveis, eles cheguem a formatos ideais para o contexto em que estão. Já nesse modelo de Estado, sob uma regulação econômica, tem-se um governo ativo, voltado

para o mercado e que age diretamente sobre a sociedade, com o intuito de que essa intervenção torne possível a inserção, em todos os espaços e facetas da vida, a lógica econômica que tem como sua essência a concorrência.

Mais do que um conjunto de ações que agem sobre as estruturas da sociedade, esse modelo econômico neoliberal passa a se configurar como um método de pensamento, como algo que terá efeitos visíveis nos modos de subjetivação da vida humana, que passa ser transformado em capital, ou seja, como um elemento, como aquilo que torna possível um retorno financeiro em um futuro por vir. Cada homem é visto como empreendedor de si mesmo, como aquele que vai gerar o seu próprio capital, todas as suas escolhas devem se pautar em estratégias que lhe gere alguma renda. Todas as escolhas estão atreladas a um investimento sobre si, para a formação de um sujeito dotado de um conjunto de aptidões e competências que o permita adentrar ao jogo concorrencial, na busca pelo melhores: emprego, moradia, modo de vida, dentre outros. E isso também faz parte da vida familiar, ao passo em que todos os cuidados com os filhos, no tocante a educação formal, o estímulo à construção de vínculos afetivos, o acesso da criança à cultura ou o lazer, tudo isso passa a ser visto como um investimento, como algo que dará condições àquela criança crescer dotada de inúmeras competências, para disputar seu espaço no mundo.

E, voltando à cidade, para que esse capital humano possa se desenvolver, o seu local de habitação tem que estar, de certa forma, organizado, estruturado e planejado, para que ele consiga dar concretude a esses anseios de constituir a si mesmo, nas suas práticas diárias, como um sujeito competente e apto para o jogo concorrencial. É preciso

que os modos de organização do espaço urbano garantam e sustentem por um bom tempo, uma qualidade nos modos de se viver, que permita que tal investimento sobre si e sobre os outros possam ser feitos. Temos então uma série de políticas, que têm o espaço urbano como um dos seus focos de intervenção, visando à promoção do que, nos dias atuais é comumente chamada de qualidade de vida.

Garantir a qualidade de vida é possibilitar aos indivíduos – no seu processo de desenvolvimento, ao longo dos ciclos de vida – o acesso a um conjunto de recursos, disponíveis no seio urbano, os quais sejam condicionantes para que este indivíduo se constitua como um sujeito competente e apto, que irá se colocar como objeto de disputa para um mercado de emprego. Então, uma cidade da qualidade de vida é aquela que, em sua disposição organização, estrutural e urbana, oferece um leque de ferramentas, seja no campo da saúde; educação; lazer; na mobilidade urbana, por meio de diversos modais de transporte individual ou coletivo; no âmbito dos espaços destinados à moradia; dentre outros. A oferta de todos esses elementos tem como propósito a produção de um capital humano. Temos, portanto, um tipo de governo voltado para as necessidades do mercado.

O que se percebe é que nesses modelos de governo apresentados, a cidade aparece como um alvo importante para as ações de gestão das condutas e da vida. Para cada momento histórico, uma arte de governar específica, assim como também um tipo de cidade distinta das demais. Seja em meio ao Estado de Polícia e sua arte de governar com o intuito de regulamentar e disciplinar o espaço urbano, como forma de promover o controle das ações comerciais, como também controle dos indivíduos. Já nos exemplos

dos Estados, sob uma razão econômica, a cidade é vista como um espaço a ser regulado, ao qual o seu ordenamento deve permitir a fluidez dos movimentos atrelados a um desenvolvimento de um mercado.

Em uma de suas aulas do curso *Segurança, Território, População*, Foucault traz como problema o governo⁹⁹. Ele apresenta uma espécie de inventário da noção de governo entre os séculos XVI e XVIII, apontando que ela sofre modulações com o passar dos anos. Mas há uma noção apresentada, que diz bem sobre essa ação sobre as cidades, como forma impor um determinado modo de se viver. Em um certo ponto da aula, Foucault toma emprestado a seguinte citação: “*Governar é a correta disposição das coisas, de modo a atingir um determinado fim*”¹⁰⁰. Desse modo, fazer um bom governo sobre a cidade articula-se aos modos como as políticas voltadas para esse espaço, influenciam sobre os modos como os elementos que compõem a urbe estarão dispostos.

Esse bom governo, esse modo correto de dispor os elementos, as coisas, em um determinado espaço, tem seus êxitos, pois faz parte de um Estado dotado de uma razão. Estado que pensa suas formas de governo, a partir de uma análise que ele faz sobre si e a partir de si, com vias a conhecer os elementos que o compõe, as riquezas do seu território, seus habitantes. Um conhecimento sobre quem são, como eles funcionam, suas variabilidades, quais os condicionantes que tem efeitos sobre eles e como

⁹⁹ Trata-se da aula de 01 de fevereiro de 1978. Foucault, 2008b, p. 117-154.

¹⁰⁰ Essa citação, Foucault retirou do livro *O espelho político*, de um autor francês do século XVI, chamado de Guillaume de La Perrière. Tal livro trazia uma série de críticas às ideias disposta no livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. A citação encontra-se em Foucault, 2008c, p. 127.

desenvolver técnicas precisas de intervenção. Com isso o Estado pode traçar os meios para atingir seu objetivo de crescimento e fortalecimento.

A ascensão e hegemonia de uma governamentalidade, seja ela de uma razão de Estado de Polícia ou razão econômica, não ficaram restritas à Europa. Com a ocupação e colonização das terras do continente americano, essas práticas também vieram. Tal como os romanos, a conquista ou um proveitoso estabelecimento de um Estado sobre essas novas terras, dependia do modo como se disporia as coisas por aqui, ou seja, dependia dos tipos de governo que se estabeleceriam, se ele seria capaz de modificar as opiniões, as perspectivas, os costumes, entre outros, dos povos a conquistar.

Assim, não há como negar as influências de uma razão de Estado de Polícia, numa Aracaju que moldava, na metade do século XIX. As intervenções voltadas para uma regulamentação, ordenação e disciplinarização dos modos de viver na urbe – tal como descrito ao longo desse capítulo. Como também a influência, numa Aracaju que se faz no presente, de uma lógica econômica para uma razão de Estado, a qual tem em seus modos de governar, práticas que visam dispor as coisas de um determinado jeito, com vias a favorecer a inserção, nas diversas espessuras e tramas cidadinas, dos princípios de mercado, por meio da capitalização dos espaços e da vida. Seja uma praça ou bairro, não se tratam somente de espaços de lazer ou moradia, mas ao mesmo tempo, os modos de pensá-los e estruturá-los busca permitir também um ambiente propício ao desenvolvimento do homem como um ser apto para se inserir numa sociedade estritamente competitiva.

Na ordenação do espaço urbano, as tecnologias de poder que agem a esse favor, tem como intenção produzir um tipo de sujeito para esse tipo de cidade. As políticas urbanas se configuram, então, como estratégias de um poder de Estado que têm fortes efeitos sobre os modos de subjetivação individuais e coletivas. Esses processos de subjetivação de uma governamentalidade estão relacionados, através de uma razão de Estado, aos princípios de salvação, da lei (obediência) e da verdade, que são oriundos dos modos de governo das almas, do pastorado cristão.

Salvação como ideia de que o Estado, a salvação deste e, conseqüentemente, de seu povo, está sempre na iminência da ameaça, assim as práticas de defesa, de garantia do Estado, mesmo que através de práticas violentas, devem ser aceitas. A obediência é garantida por meio de táticas que evitam as revoltas, seja através de ações de violência contra aqueles que se revoltam, seja por ofertas de privilégios dados aos nobres, ou mesmo criando estratégias de combate a certos problemas como a fome e na manutenção do equilíbrio financeiro, o que permite o investimento e gastos com a população.

Para agir sobre a questão da obediência, cabe ao Estado interessar-se pelo cálculo das riquezas, impostos, sua circulação. Esses cálculos tendo em mente os elementos capitais e reais (economia) e cálculo que também visa à opinião, o que se passa na cabeça dos que são governados. Economia e opinião como elevemos de intervenção e manipulação do Estado para que faça valer o princípio de obediência.

No caso do princípio da verdade, o governo deve conhecer os elementos que constituem o Estado, aquilo que serve às forças e recursos para manutenção de si.

Conhecer a população (quantidade, natalidade, mortalidade, estimar as diferentes categorias num Estado, as riquezas naturais). A razão de Estado passa a intervir sobre a consciência das pessoas, para modificação de suas opiniões, o que tem como efeito modulações nos seus modos de agir, pensar, suas formas de constituírem enquanto sujeitos.

O estilo, de como estarão dispostas as coisas, está entrelaçado às formas como experienciamos-nos enquanto sujeitos de um dado saber e poder. As políticas que regulam o espaço urbano seja no aspecto dos critérios da arquitetura dos edifícios, ou nos locais destinados à moradia ou mesmo sob as ações para a mobilidade urbana, todas elas são também efeitos de uma forma com que os indivíduos se pensam enquanto sujeitos, como experienciam seus corpos. Não é possível afirmar que um viria depois do outro, ou vice-versa, mas é possível dizer que há uma relação intrínseca entre as formas de se conceber o sujeito, o corpo humano e os modos de pensar a cidade.

Em seu livro *Carne e Pedra*¹⁰¹, o historiador norte-americano Richard Sennett se desdobra em discutir e problematizar as relações entre o corpo e a cidade, no pensar em como uma determinada imagem e/ou concepção de corpo se expressa e se expressou nas formas urbanas, na história da sociedade ocidental. Seja no modelo tabular das cidades romanas do Imperador Adriano, do século II D.C com sua geometria pautada na simetria bilateral do corpo humano; ou mesmo nas cidades europeias do século XVIII, preocupadas em dispor na sua arquitetura de espaços por onde os corpos, o ar, as águas e as mercadorias pudessem circular, sem obstáculos, tal como o sangue deveria

¹⁰¹ Sennett, 2006, op. cit.

circular no corpo humano; percebe-se que as ações políticas sobre a cidade em relação com a concepção do corpo, são questões que dão fundamentos para se pensar os modos de subjetivação, na história ocidental.

Contudo mesmo nesses modelos idealizados de cidade, pensadas a partir de uma determinada noção de corpo, nesses projetos urbanísticos que visam a ensinar como os corpos devem se mover, nesses ideais, projetos e concepções estejam sustentadas em cálculos, probabilidades e racionalidades, tal como nos apontou Foucault¹⁰², ainda assim, esse espaço que se constitui cidade não é de todo capturado. Apesar desses poderes que sobre a cidade serem formados por micro-filamentos, que o fazem adentrar os mais ínfimos espaços, incidindo, sutilmente, sobre as mais variadas formas de se viver, ainda assim, não têm a capacidade de abarcar a todos. E em meio as intempéries inesperadas, capazes de provocar pequenas fragilidades desse micro-filamentos, há sempre um sopro que aproveita da linha que se rompe, para dali fazer surgir algo que se faz diferente daquilo que fora capturado, algo que não se dizer o que é, mas que é suficiente para produzir uma brecha, por onde se faz uma nova vida.

A cidade, não é um espaço homogêneo, já dado por si. Em si cabem outras cidades invisíveis, que a todo o momento estão se justapondo, se atravessando, criando possibilidades de se constituir novas formas de vida ou mesmo de que aquela forma de vida infame possa sobreviver, pulando de sombra em sombra, evitando ser trazida à luz¹⁰³. Ainda é possível enxergar por entre as ruas da cidade, mesmo que por entre

¹⁰² Foucault, 2008a, *op. cit.*

¹⁰³ Foucault, M. A vida dos homens infames. In: Foucault, M. O que é um autor?. Lisboa: Vega, 1992, p. 89-128.

pequenas frestas de luz, corpos que cambaleiam, ziguezagueiam e que insistem em movimentar-se a esmo; ou mesmo perceber pequenos vestígios de uma vegetação, que já ocupara aqueles espaços, brotando de rachaduras no concreto. A presença, mesmo que fugaz, dessas formas de vida errantes, desses vestígios, causam tremores, desvios e brechas que possam romper o traçado linear.

Epílogo

Mais uma vez o forasteiro errante saía em seu trajeto pela cidade, sem pressa, beirando do rio. Foi uma tarde de forte calor, intensificado pelo mar de asfalto que cobre todo o centro. Percebeu que, mesmo com o crepúsculo que se anunciava, o calor ainda não diminuía. O cansaço tomava-lhe o corpo, fazendo com que tomasse a decisão de encerrar suas errâncias por aquele dia e ir para casa. Parou próximo a um ponto de ônibus, acenou para um que acabava de se aproximar, entrou, cruzou a catraca e sentou-se na janela. Queria ir observando a cidade que passava pela janela.

O ônibus seguia lentamente, devido ao congestionamento formado por conta da batida entre três carros, em um trecho de grande fluxo de veículos. Apesar do cansaço, ele não estava com pressa. Ouvia vozes dispersas de passageiros, alguns reclamavam por conta da demora diária que enfrentavam no caminho para casa, outros das condições físicas dos veículos, dos serviços prestados pelas empresas, como também do alto preço das passagens.

Em meio aquela polifonia de vozes, ele atentou-se a uma que tentava se destacar. Um homem, que subira a pouco no ônibus, pedia a atenção aos demais para algo que ele chamava de testemunho de fé. Falava em alto e bom som para todos e todas da vida desregrada, promíscua e profana que teve, o quanto fez sofrer os entes queridos, a si mesmo, e que encontrou a salvação nas graças das palavras escritas em um livro sagrado muito antigo. Pediu licença aos demais passageiros, para recitar um trecho do

referido livro, aquilo que ele chamava ser a palavra da salvação. Por fim, solicitou aos passageiros, ouvintes da palavra, uma pequena contribuição em dinheiro, em troca das palavras (salvação) e de pequenos *souvenirs* (doces e canetas personalizadas com imagens dos seres sagrados), o pregador dizia que o dinheiro serviria para manter o projeto da salvação. Alguns passageiros contribuíram, talvez comovidos com a história de sofrimento relatada, outros, nem bem o pregador se calou, voltaram a olhar para as mensagens de seus aparelhos de celular. O pregador recolheu as poucas contribuições, sinalizou a parada do ônibus e desceu no ponto seguinte.

Nos modelos de cidade que prezam pela circulação livre, que tem na ideia de movimento o sinônimo de felicidade e saúde, os caminhos da salvação também se fazem no mover-se.

O ônibus se aproximava do terminal de integração. O forasteiro precisaria descer e pegar outra condução até a sua residência. Mas algo fez tremer seu corpo, por um instante, fazendo-o esquecer-se do que fazia dentro daquele veículo lotado, para onde iria e se é que deveria ir. Ele avistara uma placa, dessas de trânsito que indicam as direções para pontos específicos da cidade. Dessas que não permitem aos indivíduos se perderem. Mas aquela placa, embaixo do viaduto, não apontava em direção a um local determinado da cidade, não era uma direção costumeira. A placa apontava em direção à poesia. Achou estranho, pois olhou para onde indicava a seta e não via poesia.

Sua direção acabava de mudar. O cansaço de horas antes se suprimiu ou pelo menos se atenuou. O forasteiro desceu do ônibus, saiu do terminal e foi atrás da poesia, embaixo do viaduto. Pouco se via, a baixa intensidade da luz só permitia enxergar, ao

longe, pequenos lampejos, vozes e gritos dispersos. Vestígios de palavras ritmadas e rimadas eram carregadas pelo vento, esbarravam entre os carros que passavam, perdiam-se em meio ao barulho ensurdecedor das buzinas e motores, algumas até adentravam aos veículos, provocando pequenas barbeiragens dos motoristas. Um barulho de vozes ritmadas, rimadas e bem aguerridas, destoava dos sons ouvidos no *DIA-a-DIA*¹⁰⁴. Era preciso chegar mais perto.

Assim o fez. Chegando mais próximo aonde avistara a placa, viu grupos variados de jovens, que, apesar do pequeno espaço, conseguiam ocupar aquela área de forma bem variada. Jovens que faziam do asfalto, seu palco e seu painel. Microfones abertos ao público, àquele que tivesse algo a dizer, declamar ou reclamar. Poesias, versos, músicas que falam sobre uma Aracaju marginal. Falavam dos becos, favelas, da noite, dos medos que rodeiam a cidade e daqueles que insistem em viver, em meio a sombras, lugar do qual, talvez, não deveriam ter saído. Falavam também da necessidade de ocupar os espaços públicos, conclamavam todos à insurgência contra as tentativas de uma cidade homogênea.

Naquele momento, o jovem forasteiro lembrava um pequeno conto que falava sobre a existência de uma Musa das ruas¹⁰⁵. Essa musa estaria presente nos becos, em meio ao povo, na sua confusão diária. Ela se faz e se desfaz como um raio que corta o céu. Ela não se permite nomeação fixa, pois se renova como a própria vida. Seria essa musa quem faz surgir os vários cantos da cidade, nas classes mais heterogêneas. Ela

¹⁰⁴ O DIA é a sigla o Distrito Industrial de Aracaju, um bairro da cidade.

¹⁰⁵ Rio, 2008 *op. cit.*, p. 234-252.

emerge, é regurgitava em todos os lugares da cidade. Das calçadas, marquises, embaixo dos viadutos, dos burburinhos ocasionais, brotam os versos, as sátiras, a paixão, as cantigas.

Esses versos, canções, sátiras e paixões, são expressões da musa de todos os gêneros e suas histórias anônimas, sem forma prevista, trazem consigo uma série de elementos sobre a vida urbana, sobre as vidas na cidade.

A Musa é triste, vagabunda, livre, humilde. Isso que provoca a outrem tamanha fascinação. As vozes vagabundas que ecoam pelas noites, pelos becos, embaixo dos viadutos, também tem a mesma força fascinante. Transfiguram-se como um sonho permanente da cidade, a qual emerge no limiar poético, entre risos ou tristeza, assim é a poesia que se faz, que se constitui na e da encantadora alma das ruas.

O viaduto, local criado para manter a cidade racional em movimento, ganhou novos usos que não estavam no seu planejamento. São as vozes, gritos, danças e corpos que, em meio a penumbra, dão uma outra rítmica, outras formas de movimentar para aquele espaço, que não é a dos veículos automotores, que não é a da cidade racional, do cartão postal. Por meio de vozes, gritos, rimas e poesias, no Sarau Debaixo se faziam outras formas de experienciar à cidade.

Com o passar das horas da madrugada, o cansaço do forasteiro, amenizado pelo choque da poesia que se fazia debaixo do viaduto, voltava a tomar o seu corpo. Sabia que era hora de sair de cena. Sabia que aquela hora, os ônibus não mais circulavam. Poderia chamar um taxi. Mas preferiu por seguir a pé. Há tempos não caminhava pelas ruas naquelas horas que antecediam o amanhecer. Um pouco de medo tomou-lhe o corpo, afinal em seu cotidiano, inúmeras eram as vozes que alertavam para os perigos da noite e, sobretudo, das ruas.

“Sim, as ruas são lugares de perigos, onde nos colocamos em risco!”, afirmara o forasteiro, para si mesmo, em voz alta. Como que fosse um grito de coragem. E assim seguiu. Enquanto caminhava, por uma avenida deserta, com pequenos lampejos de faróis em alta velocidade, era tomado por aquelas cenas, imagens e sons que se fizeram experiência em seu corpo errante pela cidade. Percebera que pelos diversos espaços em que transitou e que o atravessou, a ideia de uma cidade racional, ordenada e governada ainda pulsava, encontrava novas formas de se fazer viva, atualizava suas estratégias de governo, ela ainda buscava tomar o rio como algo apartado, somente a se contemplar. Ou até como um adereço que, muitas vezes, servia para refletir, sobre si mesma, a beleza da cidade cartão-postal. Ainda se fazia viva nas exigências de diversas vozes, pela aprovação do Plano Diretor de Urbanismo, como forma de resolver os problemas atuais e projetar uma cidade para o futuro, que ofereça conforto e bem estar para os que ali residem. Uma cidade cartão-postal e planejada: cidades que acalmam.

Mas essas outras formas de experienciar a cidade, levaram o forasteiro a perceber que as cidades nem sempre acalmam. Nesses Espaços estruturados para a contemplação

do rio e do mangue, que tendem a induzir – ao menos é o que se deseja – a torpores perante o perigo eminente das porções de lama ou respingos das águas do rio sobre a urbe. Apenas tomam-lhe as suas dimensões de espaço de vida, enquanto meio ambiente a ser preservado dos perigos da cidade. No entanto, o rio e o mangue, espaços insurgentes, transgressores e, por vezes, destruidores que são, tendem a se mostrar somente como esses espaços que coexistem com aqueles que habitam ao seu redor, atraem por sua beleza e no momento oportuno, saltam sobre esse presente de paz e contemplação, provocando abalos, rachaduras, interferências feitas no e para o presente.

Em meio a tal epifania, o forasteiro lembrou uma pequena história que ouvira de um velho negro, que certo dia encontrou sentado nas muretas de proteção que se estendem por toda Rua da Frente, aquelas margens de concreto feitas para dividir o rio da cidade. O velho, enquanto fumava seu cigarro de palha, olhava fixamente aquela paisagem e proferia dizeres que alertavam àquele tipo de cidade que avançava sobre os espaços que outrora foram do rio. Alertas sobre a perda de uma relação de diálogo com os rios invisíveis que por ali passam. E, sobretudo, alerta por todas as formas e usos que se fizeram, ao longo de todos esses anos, daquelas águas caudalosas e profundas e das suas margens, sem que tivessem pedido permissão à Senhora daquele território. Dizia ele, antes da última pitada, que tamanha beleza diariamente contemplada e toda a generosidade que o rio dera àquela cidade, também traziam consigo dimensões de destruição e de fúria.

Para ilustrar o que dizia, o velho passou a narrar, ao forasteiro, uma história que ouvira muitas e muitas vezes, desde os tempos de criança, à beira da fogueira ou em

festas dedicadas aos santos pretos. Dizia o velho, que aquela região, margeada por rios, era território de Oxum. Orixá muito belo, vaidoso e generoso, mas com humor primoroso e inconstante, capaz de jogar toda sua ira sobre aqueles que o desafiam, ocupando seus territórios sem lhe pedir permissão ou trazer-lhe oferendas.

Certo dia o reino de Oxum foi invadido por um povo chamado Ioni. As forças de Oxum foram derrotadas, obrigando o orixá a fugir e se esconder na escuridão da noite. Mesmo escondida, enviou mensagem a seus súditos, dizendo que eles deveriam cozinhar um *ebó*¹⁰⁶, contendo milhares de abarás a serem colocados às margens do rio, pois os conquistadores de suas terras, por ali iriam passar. Ao passarem, os soldados estavam todos cansados e famintos, não resistindo a fartura de comida que encontraram. Todos os abarás foram devorados, porém os soldados não sabiam de um detalhe: haviam sido envenenados. Por fim, todo o exercito morreu e Oxum retomou o controle de seus domínios¹⁰⁷.

Foi a última vez que o forasteiro viu aquele velho negro. Não sabia o seu nome, mas não foi isso que o incomodava. A história do Orixá provocou calafrios no forasteiro. Não se considerava um crente das religiões, muito menos buscava trazer aquela história narrada pelo velho para um crivo interpretativo, como se fosse possível utilizá-la como uma metáfora do que se passava na cidade. Admirava-se que a força do mito está, justamente, na leveza da sua narrativa. Leveza que permite fazer enxergar a mesma

¹⁰⁶ Sacrifício ou oferenda dedicada a algum orixá.

¹⁰⁷ Prandi, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

oposição entre elementos muito delicados, em mostrar que a beleza também pode ser destruidora, sem que essa característica seja tomada como uma dicotomia¹⁰⁸.

As experiências que tiramos dos mitos devem ser analisadas, pacientemente, em seus detalhes, sem precisar recusar. Ele nos permite uma certa recusa de um olhar direto sobre a realidade, onde haveria somente uma única maneira, sufocante e pesada, de narrar e conceber a cidade

Assim, a história do Orixá das águas dos rios, trouxera para o forasteiro a impressão de que o rio e o mangue há muito transbordaram, que eles não se contentam somente com os espaços delimitados pelas muretas de proteção. Suas forças originárias se disseminaram pela cidade tabular, escaparam das tentativas de neutralização das suas forças paradoxais, ainda teimam em deflagrar tensões, ainda são capazes de fazer tremer um projeto de cidade que se quer ordenada, pacífica, a ser contemplada como um cartão-postal. Elas também se fazem cidade.

¹⁰⁸ Calvino, I. Leveza. In: Calvino, I. Seis propostas para o próximo milênio. 3.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-41. Na conferência dedicada a Leveza na literatura, Calvino, primeiramente a apresenta como sendo algo que se opõe ao peso. Falando sobre seus trabalhos, afirma que sempre tentou em seus escritos retirar do campo da narrativa e da linguagem o peso que as acompanhava. No entanto, aponta que nas suas escritas primeiras, acabava que esbarrando no peso. Não conseguia ele fugir do peso das coisas das quais falava, por tentar retrata-las de uma forma direta. A conferência é dedicada a afirmar a leveza como uma virtude, a qual precisaria ser intensificada na literatura. Sendo esta uma das suas propostas para o próximo milênio. Para ele, a leveza é tomada como uma virtude, ela se faz numa escrita que se faz no sobressalto da forma como olhamos para a realidade, não encarando-a diretamente. A leveza não pode ser entendida como uma mera oposição, dicotômica, ao peso. Na própria força do peso há o segredo da leveza. Não há recusa da realidade, mas uma aposta no que nela há de mais diverso, heterogêneo. A leveza da escrita está na capacidade de permitir narrativas que possuam forças sagazes, que não se prendem às amarras que limitar os caminhos da criação.

Ao passo em que seguia o seu caminho e aproximava-se de casa, o forasteiro pensava sobre as suas experiências erráticas e tomava que por certeza, mesmo que momentânea, que as narrativas que produzira traziam histórias de diversas cidades que também são Aracaju, mas que não se restringem a sê-la, por somente. Imaginava que, se por acaso, as narrativas escritas teriam a mesma efetividade de produzir interferências no presente de outras cidades, que não Aracaju? Se por tais narrativas, alguém em Paris, no Rio de Janeiro ou Abu Dhabi, poderia, a partir delas, problematizar as formas de se viver nesses locais? Ou seria necessário para que isso ocorresse que não fosse nominada a cidade, mas utilizasse os títulos ou nomes dados (muros e grades, lama, margens, rio, águas) às experiências imagéticas, como se fossem cidades distintas, uma das outras? Teriam as narrativas mais efetividade para produzir interferências no presente de outras cidades? As histórias narradas conseguiriam preservar a singularidade das imagens inquietantes do mangue, mesmo diante das constantes ameaças das forças reservam ao passado insurgente, o lugar do esquecimento? As respostas não estavam dadas. Apenas aspirava para que ao passo em que essas histórias marginais e insurgentes sobre Aracaju sejam contadas, que outras histórias também marginais sobre outras cidades possam ser tecidas.

i Segundo o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Plano Diretor é um instrumento básico que visa dar orientações às políticas de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município. De um modo geral o Plano Diretor objetiva fazer com que a propriedade cumpra sua função social, por meio da garantia do acesso à terra urbanizada e regularizada, reconhecendo a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos. A elaboração do mesmo é obrigatória para: municípios com mais de 20 mil habitantes; para os municípios que fazem parte de regiões metropolitanas; áreas de especial interesse turístico; e áreas que sejam de influência de empreendimentos ou atividades de significativo impacto ambiental na região ou no país. O processo de elaboração deve contar com a participação efetiva de todos os cidadãos, sendo de competência do poder executivo a condução do processo, atuando de forma articulada com poder legislativo e a sociedade civil, criando condições de incentivo dos munícipes na implantação e avaliação do sistema de planejamento territorial. Esse planejamento tem como função definir os modos de ocupação territorial, apontando onde determinadas coisas devem se localizar e o como deve ser usado o espaço. A ideia é fazer da cidade um espaço benéfico para todos. Um espaço democrático, que permita financiar o desenvolvimento sustentável, utilizando os recursos disponíveis na localidade.

ii Em uma conferência num circuito de estudos arquitetônicos, no ano de 1967, Foucault proferiu uma palestra com o título *Outros Espaços*. Nessa conferência, ela afirma que o espaço na experiência ocidental possui uma história, o que torna impossível pensar o espaço sem o tempo. Por meio de exemplos ele aponta que durante a idade média o espaço era concebido como espaço de localização, organizado de forma hierarquizada, marcando os lugares proibidos, sagrados, urbanos, rurais, dentre outros; já com as descobertas de Galileu sobre o universo infinito e aberto, o espaço passa ser encarado como extensivo, um ponto em movimento; e, à época da conferência, seria do espaço de posicionamento, no qual ele seria definido pela relação de vizinhança entre outros pontos e elementos. Tal espaço seria alvo dos estudos demográficos, que visavam a entender esses tipos de relação de vizinhança, de circulação e de localização deveriam ser mantidos para garantir, por exemplo, o melhor lugar de moradia para os habitantes de uma dada cidade. Mas esse tipo de estudo não levava em consideração o tempo ou o pensava como um dos jogos de distribuição possíveis das coisas no espaço. O tempo estaria negligenciado desde que o espaço fora apropriado por práticas políticas e científicas, relegando à filosofia os estudos do tempo. O espaço tratado com objeto de estudo de diversos saberes que buscam definir, por meio de um conjunto de ferramentas, a suas relações de posicionamentos e que por esse modo é visto por um viés sacralizado, ou seja, a existência de espaços intocáveis, tal como o espaço da família, do lazer, do trabalho, etc.; tal concepção se sustenta por acreditar ser o

espaço inteiramente homogêneo. E mesmo as discussões que tendem a pensar o espaço não como homogêneo, mas como algo carregado de qualidades, como não sendo fixo ou imóvel, essas análises costumam se referir ao espaço de dentro. Foucault propõe as análises dos espaços de fora, dos outros espaços. Esses espaços seriam de dois tipos: as utopias e as heterotopias. As utopias seriam os posicionamentos irreais, aqueles que estabelecem uma relação de analogia direta ou inversa com a sociedade. Ou é esta aperfeiçoada ou o inverso. As utopias acalmam. As heterotopias são lugares fora de outros lugares, espaços diferentes dos posicionamentos que refletem e dos quais falam. As heterotopias se põem a funcionar quando há uma ruptura absoluta no tempo tradicional do homem. As heterotopias inquietam. Foucault, M. Outros espaços. In: Foucault, M. Ditos e Escritos vol. III – Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 411-422.

iii As mudanças nos aspectos das cidades europeias, das novas formas de organização urbana, iniciadas no século XVIII, têm forte influência, dentre outras coisas, das teorias do médico, do século XVII, William Harvey, tal como destaca Richard Sennett (2006), em seu livro *Carne e Pedra*. Segundo ele, Harvey expõe as descobertas sobre a circulação sanguínea no corpo humano. O coração bombeia, por meio das artérias, o sangue para o corpo, que após isso retorna ao órgão pelas veias. Tal movimento é que é responsável por gerar o calor do corpo, sua condição de vida. Sendo assim, um corpo saudável é aquele no qual o sangue pode circular livremente, por entre as artérias e veias, sem qualquer tipo de obstrução. Assim como o sangue deve circular pelo corpo, o ar também deve ter livre acesso a pele. O acesso do bom ar a pele estaria comprometido, caso esta estivesse suja. O ar que chegava a pele, atravessava os poros e purificava o corpo. Assim, práticas de retenção de sujeira na pele, que acreditava protegê-la, passaram a ser desencorajadas, em favor de um asseio pessoal. O ar e o sangue deveriam ter um caminho livre. Isso provocou uma série de mudanças dos hábitos: novas vestimentas, não tão pesadas e abafadas; um cuidado maior com a limpeza da pele; limpeza das ruas; etc.; mas que isso, uma mudança no panorama das cidades. Para que um corpo saudável e limpo pudesse circular livremente, o seu espaço de trânsito deveria também permitir, por meio de estratégias de organização desse espaço, tal condição. Assim, mudanças no aspecto da cidade foram implementadas: ruas mais limpas; construção de uma rede subterrânea de esgotos para que os dejetos, que antes eram jogados nas ruas e calçadas, pudessem ser escoados. Com essas mudanças, legislações foram elaboradas para sustentar as transformações da paisagem urbana e o foco do planejamento estava em traçar as estratégias que permitissem um bom funcionamento da circulação por entre as ruas principais. Estas passaram a ser tratadas como artérias e veias, o bom movimento dependia, então, que estas duas vias fossem as mais fluidas possíveis. Já Sennett cita os aspectos estruturais do ponto de vista arquitetônico e urbanístico das cidades e o que estes intentavam inscrever sobre os corpos. Ele cita como exemplo as cidades de Londres e Paris do

século XIX. A Londres, do século XIX, era uma cidade que despertava os maiores suspiros de felicidade, de admiração e um pouco de inveja. Sua ordem interna, seu exemplo de disciplina política, eram vistos como aquilo que lhe dava ares de um grande império. Nessa época Londres apresentava características que a diferenciavam de outras cidades, vistas como centrais em diversas nações. Apesar de ser o centro do Reino Unido, ela não dependia de suas províncias para abastecê-la com os bens de consumo. Seus negócios eram feitos com diversos países, de onde conseguiam o algodão, a lã, os grãos, dentre outros. Os aspectos londrinos diferenciavam-se e muito das outras cidades britânicas, ou seja, o modelo da capital não se disseminou pelos outros cantos do reino. Até porque Londres carecia de uma estrutura de governo central, grande parte do poder estava nas mãos dos proprietários de terra que acumulavam grandes áreas na cidade. Diante de tal aspecto, o centro londrino era tomado por habitações em sua grande maioria ocupadas pela população mais pobre, as classes mais ricas viviam em pontos distantes do centro da cidade. Em meados do século XIX tal paisagem começa a sofrer consideráveis mudanças. Com o intuito de gerar benefícios do ponto de vista sanitário e social para a cidade de Londres, uma série de demolições dessas habitações pobres e humildes passaram a ocorrer. Uma renovação urbana que consistia, em um primeiro momento, em deslocar as classes pobres de habitantes dos centros da cidade para espaços mais distantes deste. Foram estabelecidos os espaços que cada classe social deveriam ocupar. Uma das preocupações nesse rearranjo era evitar ou desfazer as aglomerações desordenadas. Era preciso encorajar a livre circulação das multidões, mas desencorajar os movimentos de grupos organizados. E é aqui que adentram os projetos urbanísticos que em seu modelo de cidade tinham como intenção ensinar as pessoas como deveriam se locomover, de que forma viver e onde habitar. Não a toa diversas cidades daquela época, junto com a elaboração de seus projetos urbanísticos também elaboravam um código de posturas ou código de condutas para os seus moradores. Um dos exemplos de um tipo de arquitetura que tinha como princípio esse de modular os modos de circulação dos corpos, em Londres está disposto no projeto de construção do Regent's Park e da Regent's Street. O Regent's Park foi construído seguindo o princípio de os grandes parques, em uma cidade, serviriam como seus pulmões. Local no qual as pessoas que circulavam por entre as ruas-artérias passariam para respirar seu ar fresco e novamente se oxigenarem, tal qual o sangue. Só que o parque nasce como um ideal a mais: deveria adaptar a uma maior velocidade a circulação de seus habitantes. Apesar de uma área aberta ao público, a aglomeração de pessoas no parque era dificultada pelo modo como fora desenhado. Ao seu redor, pelo lado de fora, uma imensa calçada que permitia o movimento rápido das pessoas, fazendo com que as mesmas, no ritmo em que estavam logo estivessem fora dos seus limites. Uma grande avenida a Regent's Street, construída ao sul do parque, servia como uma das formas de acesso ao mesmo. Esta avenida foi projetada para dar conta de um grande tráfego contínuo de pessoas e veículos que deveria

circular em um sentido único. Tal como uma basílica, os pedestres eram obrigados a caminhar em uma linha reta, os veículos não poderiam fazer conversões para ruas laterais. O trânsito então se constituiu como um isolante do espaço, descentralizou os pontos de encontro, o que dificultava as aglomerações. Era dado o privilégio do corpo em movimento e com isso evitar-se-iam os tumultos. Este seria o legado do conjunto de Regent's Park e Regent's Street. Já na Paris, do mesmo século, temos as obras de urbanização executadas pelo Barão Haussmann. Este fez adaptações de inspiração romana, para desenvolver o traçado das ruas de Paris, do ponto de vista que os projetos romanos de urbanização visavam, dentre outras, coisas a domesticação dos povos conquistados, fazendo-os assimilar os hábitos romanos por meio de um modo específico e induzido de vida, que acreditavam eles que estava transparecido nas formas arquitetônicas. Haussmann, juntamente, com seus geômetras urbanos, estabeleceu como deveria ser o desenho urbano de Paris dali para frente. Um plano de artérias e veias urbanas foi estabelecido. As artérias instaladas na região central da cidade deveriam promover um fluxo por entre os monumentos, igrejas e outras estruturas. As veias instaladas entre o centro e a periferia, deveriam dirigir o trânsito em direção ao comércio e estabelecimentos industriais de pequeno porte, afastando a camada pobre da população da região central. Inclusive essas veias urbanas possuíam uma grande extensão e largura, que dividia uma região pobre e altamente povoada. Haussmann estruturara uma cidade que deveria, por meio da disposição dos espaços, impedir ou dificultar as aglomerações. As ruas de mão única e amplamente vigiadas, além de impedir, ou pelo menos, de assegurar vantagens nas ações de repressão de qualquer tentativa de revolta, também tinha seus aspectos positivos, num sentido foucaultiano de dizer, ou seja, elas imprimiram um modo específico de como os parisienses deveriam habitar a cidade. As grandes avenidas, com seu movimento frenético, forte e veloz, não permitiam a ninguém ter algum tipo de atenção com as coisas mais mezinhas que ocorriam ao seu redor. Era preciso continuar o movimento.

iv A Família Real havia fugido de Portugal por conta da invasão das tropas Napoleônicas. Ao chegarem ao Brasil, o rei determinou a abertura dos portos para o mercado mundial, em especial ao mercado inglês. Tal abertura fez com que a então capital da colônia, a cidade do Rio de Janeiro, começasse a ser inundada tanto de mercadorias manufaturadas, dos mais diversos tipos, quanto de novos habitantes. A cidade do Rio de Janeiro não parecia suportar essa nova configuração de pessoas e mercadorias circulando: suas ruas eram sujas, estreitas e sem passeio, fazendo com os pedestres disputassem o espaço com os veículos; não havia um rigor quanto a largura das ruas, o que acabava dificultando o trânsito de pessoas, veículos e dos produtos; as áreas próximas ao porto eram compostas por pântanos, lagoas e morros; as habitações não eram suficientes para todos que aqui chegavam; dentre outros. Era preciso fazer com que a cidade garantisse que essas novidades, essas mercadorias pudessem circular de forma

mais fácil. Além dessas questões voltadas para o mercado, a cidade do Rio passara a ser a sede da realeza e da corte e estas deveriam se entranhar nas tramas da cidade, fazendo com que os seus habitantes exalasses e respirassem esse “espírito” da nobreza. Para que tal questão pudesse ganhar forma, adentrasse na vida cidadina, era preciso que o espaço da cidade possibilitasse tal coisa. Com isso, o rei de Portugal, D. João VI convoca uma missão de artistas e arquitetos franceses, para que elaborassem e executassem projetos para que a cidade fosse um espaço propício e merecedor da importância de se ter a nobreza ali habitando. A contratação dos artistas franceses tinha como justificativa o processo de urbanização que passara a capital francesa, Paris, desde o período da Revolução até o Império Napoleônico, na qual os espaços da cidade foram pensadas a partir de uma razão burguesa, atrelada a revolução industrial e ao trabalhador assalariado livre. Essa forma francesa de organizar o espaço pautava-se em regras rígidas que regulamentavam a largura das ruas, a altura das casas, quais os tipos de materiais de construção seriam utilizados, dentre outros. Assim, a comissão francesa propôs uma organização do espaço, com estilo neoclássico, que permitisse ao poder real brasileiro exibir-se. Edifícios monumentais que ficavam estrategicamente postos em longas avenidas, traçados sob fiel regularidade simétrica, um traçado de vias, disposição dos equipamentos de uma forma que submetesse o povo a um urbanismo monárquico. Foram pensados também espécies de “fóruns”, que seriam locais destinados às festas e manifestações patrióticas, religiosas, local para passeio e descanso das pessoas, com chafarizes, lojas, bancos. E nesse espaço seria colocada uma estátua do Imperador. Muito desses projetos acabaram ficando no papel. Anos mais tarde, outros acontecimentos viriam a exigir novas formas de pensar a organização do espaço da cidade. Trata-se, no descrito, das primeiras tentativas de organizar os espaços da urbe sob a lógica de um pensamento racional e moderno. Benchimol, Jaime L. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

v Exemplo bem característico desses modelos tabulares de cidade pode ser descrito a partir das conquistas do Império Romano, do imperador Adriano, por volta dos anos 118 D.C. Os projetos romanos de urbanização visavam, dentre outras, coisas a domesticação dos povos conquistados, fazendo-os assimilar os hábitos romanos por meio de um modo específico e induzido de vida, que acreditavam eles que estava transparecido nas formas arquitetônicas. Baseando-se num princípio de simetrias bilaterais do corpo humano (ossos e músculos; olhos e ouvidos), na relação equivalente entre forma e simetria, os romanos, da época do Imperador Adriano, traduziram esse pensamento para arquitetura de um templo ou no planejamento das cidades. Para eles as linhas dos corpos, templos e cidades eram garantia de sociedades bem organizadas. Através de estudos sobre a simetria do corpo, pensou-se os aspectos da cidade, para

que a mesma privilegiasse um tipo de percepção visual de forma linear. Sendo esse tipo de pensamento a forma de garantia de uma sociedade bem organizada, os romanos implantavam seus modelos urbanísticos nos território conquistados. A descoberta pelos geômetras corporais romanos influenciaram os planejamentos das cidades, havia regras a obedecer em seus planos arquitetônicos. Essas regras baseavam-se na simetria do corpo humano. Segundo eles, o corpo humano apresentava simetria perfeita entre seus membros e a estrutura do corpo. A meta a ser seguida pelos construtores deveria estar baseada na relação entre o círculo e o quadrado. A harmonia dos prédios e monumentos em sua estrutura, seguindo dimensões proporcionais. Mesmo que um prédio fosse um misto de espaços circulares, retangulares e tabulares, estes deveriam manter entre si uma relação proporcional e harmoniosa. Tomado por essa geometria corporal cidades romanas foram construídas, multiplicando estruturas reticuladas, compostas de linhas entrecortadas, formada por quadrados inscritos num círculo, obedecendo a simetria e harmonia corporal. Para o planejamento das cidades imensos tabuleiros de ruas eram criados em torno de áreas ilhadas no seu interior. Essa forma urbana na concepção dos conquistadores romanos favoreceria a assimilação dos hábitos romanos pelos bárbaros. A arquitetura estabelecendo-se como um dispositivo para domesticação. Impondo, contribuindo e educando os povos a partir das tradições romanas, esperava-se que todos assimilassem as tradições e reverenciassem Roma. Os romanos praticaram de forma obsessiva esse tipo de planejamento urbanístico nas cidades, na região rural e nos acampamentos militares, gravando o desenho de Roma mundo afora. (Sennett, 2006)

vi Ver nota anterior IX.

vii Esse saber médico é o saber de uma medicina social, que emerge na Europa no século XVIII e chega pelo Brasil em pleno século XIX. Uma medicina caracterizada por um olhar não mais sobre a doença já instalada, e sim para a saúde, para entender aquilo que causam as doenças, bem como suas formas de prevenção. O saber preocupado em descobrir como a doença se manifesta, como ela atinge o corpo e percebendo que ela advém daquilo que circunda o indivíduo, do ambiente onde este se encontra. Para tanto, essa nova medicina teve que flertar com outros saberes, que a auxilie nos estudos do ambiente. Geologia, geografia, história, economia, estatística, etc. entrarão no hall dos saberes utilizados pela medicina e que serviu de base conceitual no processo de elaboração de um diagnóstico do social e poder pensar formas de intervir sobre ele. A medicina começou a se ver como uma ciência social e política. Passa a basear seus estudos por meio de técnicas de observação do clima, dos costumes, da cultura e da vida social. Foucault (2008b), em sua em sua conferência O Nascimento da Medicina Social, traz como problema a emergência da prática social da medicina. Apresenta como hipótese a ideia de que com o desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do XIX, o corpo, enquanto força de produção, desponta como primeiro objeto a ser socializado. As

estratégias de controle social dos indivíduos começam a ser montadas por meio de dispositivos que permitam a captura do corpo enquanto uma realidade bio-política. Dentre esses dispositivos estava o saber médico. Para traçar a história dessa medicina social, o pensador francês reconstituiu três etapas na formação desse novo saber e prática: medicina de Estado; a medicina urbana; e a medicina da força de trabalho - para o caso que interessa à discussão desse trabalho, a atenção será dada à etapa da medicina urbana. No caso da Medicina Urbana, Foucault cita o seu desenvolvimento na França. Segundo ele, a cidade de Paris, no século XVIII, caracterizava-se por sua pluralidade em seu domínio e território. Não havia uma centralidade de poder. Havia espaços sob a jurisdição da Igreja Católica e outros de parlamentares, por exemplo. Contudo, alguns problemas que surgiram na metade desse século, passavam a por em cheque tal característica parisiense. Abriam-se os caminhos para se buscar uma unificação do poder urbano, transformando as cidades em centros unitários e organizados. Razões políticas: pelo controle populacional, devido ao desenvolvimento das cidades que impulsionaram a saída do campo para meio que se urbanizava e geravam um clima de tensão e medo; razões econômicas: a multiplicidade de jurisdição tornava impossível fortalecer a cidade como um centro nacional de mercado e das relações comerciais. Medos das revoltas e das doenças surgiram com o fenômeno da população urbana. Com eles começam a imperar os modelos médicos de regulação do espaço urbano, principalmente no tocante à prevenção de doenças. Analisavam-se os possíveis focos de doença na cidade; estabelecia-se controle sobre a circulação das coisas, do ar e da água; e organização e distribuição espacial, determinando onde cada coisa na cidade deve ficar. Por fim, Foucault destaca que essas ações sobre a cidade produzem seus efeitos para a medicina social: 1. Uma prática médica que passa a dialogar com outros saberes não médicos; 2. Uma medicina que não é especificamente dos corpos, do homem, mas sim das coisas (ar e água), das condições de vida e do meio de existência; e 3. A construção da noção de salubridade, ou seja, das condições ou estado das coisas do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Essa noção será correlativa a de higiene pública, ou seja, o conjunto de procedimentos de controle político-científico deste meio. Em Roberto Machado (1978), no capítulo Nada do que é urbano, lhe é estranho, do seu livro *A danação da norma* discutir as questões relativas à medicina social e sua ação sobre o meio urbano. Machado toma o Brasil do século XIX como espaço da sua história. Assim como o pensador francês, ele também destaca que a passagem do saber médico enquanto um saber social se dá por conta de uma série de acontecimentos e que envolvem a configuração da cidade como centro urbano, político e econômico. As aglomerações populacionais eram vistas com temor, como risco e perigo eminente. A cidade era vista como causa das doenças, por conta de sua desordem. Era preciso criar estratégias de prevenção e por conta disso toda uma teoria da cidade começou a ser elaborada por meio das reflexões sobre a morbidade urbana e como forma de explicitar o tipo de vida ideal que deveria ser considerada

como instrumento normalizador da sociedade. As estratégias de decompor e isolar, de estabelecer registros dos sinais observáveis, para ver de que forma os elementos se intercomunicavam, também se fizeram presentes. O intuito era que daí se pudesse produzir um tipo de comunicação controlada entre a população e os vários aspectos da cidade. Os objetos de análise sobre o meio urbano se davam por dois aspectos: aspecto natural da cidade; e o aspecto urbanístico. Dentre os pontos levantados nas análises dos aspectos naturais estavam a situação geográfica e o clima da cidade. A intenção era estudar de que forma morros, planícies, planaltos, regiões pantanosas, ou mesmo questões relativas à umidade e o calor, influenciavam na disseminação e doenças na cidade. E dessas análises poder-se-ia conhecer a natureza e propor as modificações dos elementos negativos do meio. Criar um melhor espaço, controlado, que favorecesse o desenvolvimento de uma sociedade melhor. No que se refere aos aspectos urbanísticos da cidade, tinha-se a hipótese de que aquilo que fora produzido pelo homem, como forma de dominar o meio físico e torná-lo habitável para a grande população. Uma cidade que não primasse pelo seu planejamento, por um método de desenvolvimento, atrelado a uma observação minuciosa dos fenômenos urbanos, essa cidade corria sérios riscos e representava perigo para a sociedade e o Estado. Os médicos criticam os modelos insalubres das casas, as ruas estreitas e tortuosas, os animais mortos jogados em qualquer lugar, a sujeira nas ruas, a falta de áreas arborizadas, dentre outras coisas. Criou-se uma máxima de que a cidade deveria ser mudada: expansão de bairros salubres, as novas casas deveriam primar pela proteção da umidade das águas e por uma boa ventilação para o ar poder circular; redes de esgoto; estabelecimento de novos lugares para construir matadouros, cemitérios, mercados, que não mais o espaço central da cidade. O projeto da medicina social, no planejamento da cidade: intervir no modo como ela se organiza; ordená-la a partir de princípios de salubridade e higiene pública; estabelecer uma relação harmoniosa entre o meio natural, social e dos homens entre si, visando a manutenção do equilíbrio do estado de saúde físico-moral-social. As propostas da medicina social de um teoria e ação médica, além de querer a limpeza da cidade, também que a transformação da mesma, sua adequação a um plano geral de funcionamento e crescimento. Deve-se ordenar todo o tipo de contato. Nasce com a medicina social, do século XIX, o planejamento urbano. Assim, tanto pelo que o Foucault e Machado apresentam, o que se percebe é que a medicina passa a assumir a tarefa de trabalhar em favor do processo rumo à uma ideia de civilização, por meio da orientação racional para uma ação transformadora da sociedade e da cidade. Para que a ação modificadora do homem sobre a natureza chegue ao nível de uma política racional, científica, normalizadora, o controle médico deve ser o fundamento da cidade, no olhar atento à multiplicidade e intervenção das causas e dos efeitos. Pelo conhecimento produzido pela medicina social é que se pode articular o que se tem como diverso, heterogêneo e relacioná-los de modo a poder intervir para inverter a ordem das relações. Essa necessidade de articular e relacionar, de se ter uma

síntese dos mais variados e heterogêneos fatores naturais e sociais, que faz com que a medicina social tome para si o papel de uma intervenção totalizadora. Sua análise e síntese a nível do saber e prática produzem a cidade como objeto e objetivo; uma cidade submetida pelo controle à norma do conhecimento científico.

viii A Experiência do choque é descrita por Benjamin a partir do modo como o poeta francês, do século XIX, Charles Baudelaire estrutura seu estilo literário. Baudelaire cunhava suas escritas a partir de experiências erráticas pelas ruas, densamente povoadas, da Paris daquela época. Essa cidade passava por transformações consideráveis que vão servir de influência a Baudelaire. Transformações urbanas, impostas pelo Barão Haussmann; o aumento populacional; o intenso movimento das multidões pelas ruas, ritmo frenético ditado pelo processo industrial que forçava às pessoas uma vida sempre em ritmo fabril, de produção serial. Haussmann estruturara uma cidade que deveria, por meio da disposição dos espaços, impedir ou dificultar as aglomerações. As ruas de mão única e amplamente vigiadas, além de impedir, ou pelo menos, de assegurar vantagens nas ações de repressão de qualquer tentativa de revolta, também tinha seus aspectos positivos, num sentido foucaultiano de dizer, ou seja, elas imprimiram um modo específico de como os parisienses deveriam habitar a cidade. As grandes avenidas, com seu movimento frenético, forte e veloz, não permitiam a ninguém ter algum tipo de atenção com as coisas mais mezinhas que ocorriam ao seu redor (texto já citado). Esse aumento populacional era visto pela burguesia como algo temeroso. Em meio a multidão não era possível identificar ninguém. Pessoas suspeitas, malfeitores, transgressores, trabalhadores e demais personagens, que habitavam a cidade, ao adentrarem às multidões, estavam fadados à perderem-se, eram tragados pelas massas amorfas dos passantes e sumiam sem deixar vestígios. O perigo rondava as multidões. Andavam freneticamente, de um lado a outro, na ida e volta das fábricas. Pequenos esbarros eram inevitáveis, mas pouco produzia desvios no trajeto, apenas um pedido de desculpa, de ambos os transeuntes, e estes seguiam como se nada tivesse acontecido. Na contramão dessa massa complacente, desse ritmo frenético ligado aos processos de trabalho e da mercadoria. Podia-se observar, em meados do século XIX, nas galerias e bulevares parisienses, personagens que impunham um ritmo diferenciado, andanças erráticas por entre as ruas, seguindo passos de tartarugas encoleiradas, fora do ritmo da capital. Observam-se as vitrines, mas nada compram, observam as pessoas que passam. O flâneur, ao impor um ritmo mais lento, buscava questionar o tipo de vida capitalista, a divisão de trabalho que transforma a vida das pessoas. No contexto literário, essa visão temerosa da multidão como local de encerramento e abrigo do perigo em potencial, do suspeito, do malfeitor, faz surgir um novo estilo: o romance policial. Tal estilo apresentava histórias que tinham como personagem principal o detetive. Ser que saía em busca de pistas e vestígios dos criminosos, em meio a multidão, com o intuito de prendê-lo. Charles Baudelaire, imerso nesse contexto, bebe copiosamente dessas questões. A multidão lhe é

intrínseca, não é descrita explicitamente em seus textos, mas é sempre dela que ele parte. O flâneur não é tomada como autorretrato do poeta. Para Baudelaire, o flâneur está fadado a cair na tolice, por conta da sua observação obstinada das vitrines nas galerias. Para o poeta, as descrições reveladoras da cidade viriam de uma errância, na qual os passantes andam distraídos em seus pensamentos e preocupações. Ele escreve a partir do golpe que suas preocupações o atingem, da forma como ele apropria isso. Uma escrita vinda de uma série ininterrupta de pequenas improvisações, das pequenas coisas que o atingem. Tais experiências só podem se dar na multidão. Baudelaire não temia o choque, a multidão. Ele embrenhava-se na massa de passantes, perdia-se. A multidão não era encarada como inimiga, local de perigo. Ela era aquilo que traz o fascínio em meio à multidão, aos passantes, imagens perdidas, esquecidas e descartadas emergem, provocando inquietações. Para reagir a tais choques, o poeta ou aquele que erra pela cidade, saem tal qual o trapeiro, catando-caçando as rimas, palavras, aquilo que fora desprezado na cidade, capturam-nas, lá onde emergem fugazmente, separam cada coisa, selecionam-se aquilo que ao qual será dada outra função, será transformada em algo útil para entrecortar o presente. Fazer dos trapos algo útil às narrativas da cidade. a forma de enfrentar esse tumulto, essas experiências de choque é descrita por Baudelaire a partir da imagem do esgrimista. Trata-se de ver o estilo literário como um esforço físico. O esgrimista é aquele que abre caminho por entre a multidão, é ágil o suficiente para realizar esquivas, defesas e ataques precisos, sempre quando atingido. Artista de movimentos rápidos e exatos, que o permite aparar a imagem em sua efemeridade, não deixando-a perder-se na multidão. Assim, toma-se aqui a ideia de que a questão da experiência tratada por Benjamin a partir de Baudelaire é vista como algo que se dá num emaranhado de inquietações. Em meio as tramas da cidade somos bombardeados por algo que cintila nas ruas. A vida na cidade não para de trazer à superfície fragmentos de outrora (o mangue não para de processar os dejetos que lhe chegam e devolvê-los à cidade), muitas vezes descartadas, que provocam rupturas em um modo de vida que se queria hegemônico. Baudelaire via na arte da esgrima a capacidade de captar as imagens fulgurantes. O esgrimista não foge, ele ataca, é atingido, em seus movimentos rápido e precisos, a fim de que essas imagens não se percam, o poeta apreende esses fragmentos. Uma escrita que se faz a partir daquilo que nos desconcerta, mas que não tem por intenção amenizar fazer inofensiva a força da imagem, e sim que esse choque, a força do fragmento seja modelada e forma a continuar provocando inquietações. Assim, aquele que se dispõe, tal como o trapeiro, a ter a cidade como seu local de “trabalho” deve permitir-se à experiência do choque. Deve estar atento àquilo que destoa nos movimentos já dados. Ouvir os “burburinhos silenciosos”, captar o fragmento, não para domesticá-lo, mas para aplicar ao instante um pulso intenso e póstumo, mas que essa força se propague enquanto inominável e inquietante. Benjamin, W. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

ix Os problemas relacionados ao governo das condutas, de uma certa razão de Estado e das artes de governar, aos quais Foucault vai tratar ao longo do curso Segurança, Território, População, não se encerram com esse curso, dado no ano 1978. No ano de 1979, Foucault oferece um novo curso no College de France intitulado de Nascimento da Biopolítica. Pode-se considerar tal curso como uma extensão do curso do ano anterior, uma vez que os problemas levantados também giram em torno do governo das condutas, de uma razão de Estado e da governamentalidade. Se no primeiro, ele faz uma discussão a partir do modo como se uma espécie de governo sobre a conduta dos homens, apontando como tal governo vai funcionar a partir de uma razão de Estado de polícia (século XVII), que atua, principalmente, através de mecanismos de regulamentação da vida, das relações (comerciais inclusive), dizendo o que pode ou não pode ser feito, como deve ser feito e como não deve ser feito. Culminando com um momento, em meados do século XVIII, no qual o Estado de polícia perde força e passa a dar lugar a uma razão de Estado sustentada por uma racionalidade de bases de uma economia liberal. Ao invés de regulamentar cada passo da vida e das relações dos homens, o que se defende é acompanhar tais processos, entender suas variações e criar mecanismos que assegurem o seu bom funcionamento, ou seja, mecanismos de segurança. Do mesmo modo, no curso de 1979, Foucault traz como problema o modo de funcionamento dessa governamentalidade a partir da emergência de uma nova razão de Estado, fundamentada numa racionalidade de uma economia neo-liberal ou ordoliberal que surge ou começa a ganhar força com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial. De uma forma geral, os dois cursos nos permitem pensar sobre esses mecanismos relacionados ao governo dos modos de vida ou das condutas e de que forma eles, além criarem mecanismos ou tecnologias de poder que incidem sobre os corpos sujeitados a esse governo, ao mesmo tempo que dá ferramentas potentes para problematizar que tipos de sujeitos foram produzidos nesses contextos.

x FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008c. Michel Foucault vai chamar de governamentalidade uma forma específica de poder sobre a população, exercida por um conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos, reflexões e táticas, tendo como principal forma de saber a economia política. Nesse curso, ministrado entre os meses de janeiro a abril de 1978, no College de France, Foucault apresenta como objeto a problematização de um saber político que põe no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos capazes de assegurar sua regulação. A noção e os modos que possibilitaram, numa sociedade específica, o governo dos homens é tomado como fio condutor dessa problematização. A discussão referente e o uso do termo governamentalidade vai aparecer, primeiramente, na aula do dia 1º de fevereiro (p. 143). Na aula seguinte, do dia 08 de fevereiro, ele vai justificar a necessidade dos estudos sobre a governamentalidade, apontando de que forma é que se pode desenvolver os estudos sobre tal mecanismo. E ao longo do curso, ele

apresenta uma genealogia da governamentalidade, tomando como a questão do pastorado cristão como matriz dos procedimentos do governo dos homens. - Nas aulas dos dias 15 e 22 de fevereiro e 01 de março de 1978 é que Foucault vai fazer suas discussões sobre o poder pastoral cristão -. O pastorado cristão a se estruturar, a partir do século III, em meio ao processo pelo qual o cristianismo se constitui como igreja, como uma instituição e que passa a se voltar para o governo da conduta cotidiana dos homens, dos seus bens, riquezas e das coisas, tendo por objetivo a salvação. Queriam abarcar toda a humanidade. Modulado a partir do pensamento cristão que dá lugar a uma rede institucional complexa, disseminando-se por toda a sociedade e comunidade. Trata-se de uma arte de conduzir as almas, que incide sobre a comunidade, sobre todos os cristãos e sobre cada cristão em particular. Sobre suas riquezas, prosperidade familiar e salvação das almas por toda a sua vida. Sua originalidade está no fato de que faz aparecer uma forma de poder totalmente nova e que será o prelúdio das práticas de governamentalidade. E o que se destaca, como algo que deve perpassar as reflexões sobre a governamentalidade, é que o pastorado cristão elaborou formas específicas de individualização, por três maneiras: 1. Por um jogo de decomposição, definindo a cada instante o equilíbrio, o jogo e a circulação de méritos e deméritos (o pastor deve agir de forma sutil na busca pela salvação da sua “ovelha”, deve proteger a todas e a cada uma; deve estar disposto a se sacrificar, de experimentar tudo de bom e de ruim que acontecer com elas; salvá-las é salvar a si próprio); 2. Por uma rede de servidão geral de todo mundo em relação a todo mundo, individualização por sujeição (princípio da obediência cristã, obedecer é se por inteiramente na dependência de alguém, sem que haja algum tipo de explicação racional; aquele que obedece alcança um estado de obediência, por meio da qual se renuncia a vontade de si mesmo); 3. Individualização pela produção de uma verdade interior, secreta e oculta (o pastor tem responsabilidade pelo ensino, seja de forma verbal ou mesmo por suas próprias condutas; apesar de existir para cada indivíduo um modo de ensiná-lo, há duas coisas específicas no cristianismo: 1. Ensino que se baseia numa modulação cotidiana, por meio do qual se observa, vigia e dirige a cada instante as ovelhas, como uma forma de ter continuidade sobre a conduta integral de cada um; 2. O pastor deve dirigir a consciência, sendo essa prática de caráter obrigatório e permanente. Tal exame tem como função o controle de si, para que se possa relatar ao pastor tudo aquilo que foi pensado, feito e desejado, fazendo com que a cada instante o indivíduo forme de si mesmo certo discurso de verdade). O pastorado cristão se apresenta como um esboço da governamentalidade pelos modos com funcionam os princípios de salvação, lei (obediência) e verdade. Como também pela constituição específica de um sujeito, que seus méritos identificados de forma analítica, que é sujeitado numa rede contínua de obediências e que é subjetivado pela própria verdade que extrai de si. Não cabe aqui seguirmos as outras pistas apontadas por Foucault, na sua genealogia do poder pastoral, senão tomar esse aspecto singular do pastorado cristão, como uma técnica, um procedimento de individualização

dos sujeitos. Ele não age diretamente sobre o sujeito, seja pelo princípio da salvação, da lei ou da verdade, mas age intervindo de forma diagonal, que acabam interferindo nessas relações. Como também, no processo de constituição específica de um tipo de sujeito, que tem seus méritos pautados numa identificação analítica, numa sujeição em redes contínuas de obediência e de uma subjetivação do sujeito a partir da verdade que extrai de si mesmo. E tais modos de funcionamento são os rascunhos do que viria ser a governamentalidade, que começou a se erigir no fim do século XVII e início do século XVIII, a partir da estruturação de um Estado forte e racional.

xi É preciso ressaltar que Michel Foucault, nesses estudos referentes à governamentalidade, traz como campo de problematização um contexto histórico-político bem específico que se passa no que, hoje, conhecemos como Europa. Tomo aqui, especificamente, a discussão alusiva sobre a constituição desses Estados pautados em um tipo específico de racionalização, que passa a ocorrer a partir do século XVII em diante. Desse modo, não se trata de buscar elementos que sirvam de encaixe ao que se passa no processo de emergência da cidade de Aracaju. Foucault falava de um processo de emergência de tipos de governos, de Estados, a partir da constituição de uma ideia de relação diplomática, militar e comercial entre os diversos países ou nações, que permitissem um equilíbrio nessa relação. Tal ideia foi a constituição de algo que se chamaria Europa, um espaço comum entre os países, que permitisse uma circulação de mercadorias entre eles de forma regulamentada. Creio que o processo histórico-político do Brasil se coloca como diferente. Um território visto apenas como fornecedor de matéria prima, uma colônia que abastecia sua metrópole, mas que a partir do século XIX, com a chegada da Família Real e da Corte Portuguesa por aqui, passou a enfrentar diversas mudanças. Dentre essas mudanças estão estas que dizem da implantação de modo de governo que visava a ordenar o espaço urbano da sede da Corte que era a cidade do Rio de Janeiro. Projetos que visavam a transformações no aspecto urbano da cidade, visando ao ordenamento e regulamento das formas de circulação das pessoas, bem como das mercadorias, com o intuito de permitir que esse espírito da corte fizesse parte da vida cidadina, foram empreendidos. Tais modificações são influências consideráveis desses movimentos iniciados na Europa e que atravessaram o oceano, juntamente com a corte portuguesa e continuaram chegar, ao sabor das correntezas marítimas. Não se trata aqui de querer traçar uma genealogia de como esse Estado Moderno tomou formas aqui no Brasil, mas de perceber como os mecanismos sinalizados e problematizados pelo Foucault tiveram e têm influência, claro que devidamente atualizados a partir de um contexto histórico-político brasileiro, nesses processos de emergência e constituição da cidade de Aracaju.

xii No que tange às questões referentes às teorias da circulação sanguínea e o modo como isso reflete nos processos de urbanização das cidades, na Europa do século XVIII e XIX, ver discussão apresentada na Nota VII.

xiii Ressalto aqui destaque feito por Foucault, em diversas partes do curso Segurança, Território, População, quanto à questão de que ao falar do advento de uma nova razão de Estado, de um novo governo, em detrimento de outro, não quer dizer que esse outro seja extinguido. Ou seja, ao tratarmos da desarticulação e da perda de hegemonia do Estado de Polícia, não se quer dizer que as práticas de governo que lhe eram intrínsecas tenham sumido. Elas ainda continuam a funcionar, contudo não sendo mais protagonistas do processo de governo das condutas. No curso descontínuo da história, mudanças provocadas pelo pensamento de uma razão econômica, provoca uma série de novas articulações práticas e discursivas, que introduzem um novo regime de verdades que é responsável por legislar sobre essas práticas, em termos do verdadeiro e do falso. Um montante dessa atividade governamental é tomada por esse novo regime de verdade de uma economia liberal. Um montante majoritário, que não elimina por completo o que dele se diferencia, mas que o faz funcionar de modo correlacionado e sob as tratativas de uma razão de Estado liberal.

xiv Após o final da Segunda Guerra, a Alemanha era um país destruído, com um Estado enfraquecido e que precisava se reerguer. Ocupado, politicamente, pelas forças dos países aliados, que impuseram uma série de exigências a serem cumpridas pelo país. Exigências de reconstrução, de planificação econômica e de objetivos sociais. Era preciso recriar o Estado Alemão, de modo diferente, para se ter o perigo de se repetir a composição do Estado Nazista. Recria-se o Estado a partir da instituição econômico. Um Estado mais real, concreto e súbito, que toma a liberdade da economia como princípio.

xv Essa concorrência não está interessada em estabelecer um jogo que procura estabelecer um equilíbrio por uma igualdade nos preços das mercadorias, mas um jogo pautado na desigualdade, deixando que na própria prática comercial, preços diferenciados fossem ofertados, sendo aquele que mais fosse do interesse do comprador, seria o escolhido.

xvi Estimula-se a desigualdades, pelo entendimento de que num tipo de Estado neoliberal não se deve buscar o equilíbrio entre os diversos elementos que o compõem, a partir do estabelecimento de igualdade entre eles, mais sim na aposta da sustentação de uma diferenciação que age sobre todos. Assim, devem haver as pessoas que trabalham e as que não trabalham, os salários altos e os baixos, é preciso que preços subam e outros desçam, para que as regulações aconteçam. Regulações que criam condições para que, nos diferentes patamares, as coisas possam funcionar. Ou seja, para aqueles de baixa renda ou de quase nenhuma, cabe ao Estado dar-lhe condições, não de deixar de ser pobre, mas de ter o alcance a certos tipos de recursos que o permitam entrar no jogo concorrencial, poder consumir.

xvii As ações políticas também se dão de forma direta em questões econômicas, ao passo em que agem sobre mecanismos estão intimamente ligados ao controle da inflação, como a redução de gastos públicos ou estímulo a uma política de crédito.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, L. A. A reforma psiquiátrica e a presença da cidade. In: BAPTISTA, L. A. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999, p. 115-127.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. Experiência e Pobreza. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 114-119.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994c, 197-221.

_____. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994d, p. 222-232.

_____. Prólogo epistemológico–crítico. In: Benjamin, W. *Origem do drama trágico alemão*. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 13-47.

_____. Tiergarten. In: Benjamin, W. *Imagens de Pensamento*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p. 82-83.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos*. 2.^a ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1967.

COUTO, Mia. O guardador de rios. In: Couto, M. *E se Obama fosse africano? : e outras intervenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 7-9.

DIDI-HUBERMAN, G. A imagem crítica. In: Didi-Huberman, G. *O que vemos, o que nos olha*. 2.^a ed. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 169-199.

_____. Cascas. In: *Revista Serrote*, n. 13, p.99-133.

_____. *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: Foucault, M. *O que é um autor?*. Lisboa: Vega, 1992, p. 89-128.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. O nascimento da medicina social. In: Foucault, M. *Microfísica do Poder*. 25.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b, p.79-98.

_____. Outros espaços. In: Foucault, M. *Ditos e Escritos vol. III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 411-422.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FRANÇA, Sarah L. A.; e REZENDE, Vera F. Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos sócioambientais. *Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*. Ano II, nº 3, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/revistavitas/images/URBANIZAO%20DISPERSA%20DA%20ZONA%20DE%20EXPANSO%20URBANA%20DE%20ARACAJU.pdf> . Acessado em 01 de março de 2015.

Gagnebin, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Posfácio: uma topografia espiritual. In: ARAGON, Louis. *O Camponês de Paris*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 241-259.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. *Trajatória Urbana de Aracaju, em tempo de inferir*. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas – INEP, 1983.

MACHADO, ROBERTO; et al. Nada do que é urbano lhe é estranho. In: MACHADO, ROBERTO; et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 247-277.

NUNES, Shauane I. F. *A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza: permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras do povoado Mosqueiro/Aracaju-SE*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

PECHMAN, R. M. A invenção do urbano: a construção da ordem na cidade. In: Piquet, R.; e Ribeiro, A. C. T. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Fundação Universitária José Bonifácio, 1991, p. 123-133.

PORTO, Fernando de F. *A cidade do Aracaju: 1855/1865*. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

_____. de F. *Alguns nomes antigos do Aracaju*. 2ª ed. Aracaju, SE: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2011.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Rio, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTANA, Antônio S. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju, SE: 2005.

SANT'ANNA, Denise B de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANTOS, Tamyres. L; NOBRE, Maria. T. Discursos do estado e práticas de resistência da população no enfrentamento à degradação socioambiental da área de expansão de Aracaju. In: Filho, Manoel. M.; Ferreri, Marcelo de A. *Instituições e Cotidiano: formas e intensidades no enfrentamento do comum*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 181 – 207.

SENNETT, R. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Eder A. e. *Urbanesas Errantes: experiência e teimosia nos riscos da cidade*. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

VERGER, Pierre F. *Lendas africanas dos orixás*. 4ª ed. Salvador: Corrupio, 1997.

Chico Science & Nação Zumbi. Álbum Da Lama ao caos. Rio de Janeiro: Chaos, 1994.

GESSINGER, Humberto; e LICKS, Augusto. Muros e Grades. Álbum Várias variáveis. Rio de Janeiro: 1991, Faixa 09.

Notícias em Sítios Eletrônicos

CÂMARA aprova mudanças em nomes de bairros de Aracaju. Infonet. Aracaju. Disponível em: <http://infonet.com.br/politica/ler.asp?id=137654> . Acessado em 25 de fevereiro de 2015.

ESTÁCIO, Verlane. Maré alta provoca alagamentos no bairro 13 de Julho. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=170483>. Acessado em 23 de março de 2015.

FREITAS, Adriana; e SUSANA, Kátia. Trecho da Avenida Beira Mar foi interditado nessa manhã. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=143766>. Acessado em 10 de outubro de 2013.

IBGE garante que 75% da Zona de Expansão é de Aracaju. Infonet. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=151626> . Acessado em 01 de março de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Justiça aceita pedido do MPF/SE para garantir acesso da população ao Rio Santa Maria: áreas particulares impedem a

passagem da comunidade em geral ao rio. Disponível em: http://www.prse.mpf.mp.br/signo/vernoticiaInternet.php?cod_noticia=6021. Acessado em 02 março de 2015.

PLANO diretor: uma contribuição a ASMP para Aracaju. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/share.asp?id=126776&janelaenviar=sim&acao=imprimir>. Acessado em 02 de janeiro de 2014.

PREFEITURA de Aracaju. Prefeito apresenta planejamento para o futuro de Aracaju. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=58557>. Acessado em 03 de março de 2015.